

ALAIR FERREIRA DE FREITAS

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL
SOLIDÁRIO NA ZONA DA MATA MINEIRA**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Extensão Rural, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS, BRASIL
2011**



**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

F866c
2011

Freitas, Alair Ferreira de, 1986-

A construção social do cooperativismo de crédito rural
solidário na Zona da Mata Mineira / Alair Ferreira de
Freitas. – Viçosa, MG, 2011.

xiii, 169f. : il (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Nora Beatriz Presno Amodco.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 155-161

1. Cooperativas de crédito. 2. Cooperativismo.
3. Microfinanças. 4. Solidariedade. 5. Sociologia - Aspectos
econômicos. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22. ed. 334.22

ALAIR FERREIRA DE FREITAS

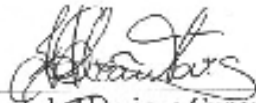
**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL
SOLIDÁRIO NA ZONA DA MATA MINEIRA**

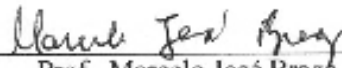
Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa como parte das
exigências do Programa de Pós-Graduação
em Extensão Rural, para obtenção do título
de *Magister Scientiae*

APROVADA: 11/02/2011


Prof. José Ambrosio Ferreira Neto


Prof. Edson Arlindo Silva


Prof.ª Fernanda Henrique Cupertino Alcântara
(Coorientadora)


Prof. Marcelo José Braga
(Coorientador)


Prof.ª Nora Beatriz Presno Amodéo
(Orientadora)

Dedico este trabalho aos agricultores familiares da Zona da Mata Mineira, especialmente àqueles envolvidos com o cooperativismo de crédito rural solidário, aos quais agradeço a oportunidade de aprender, na concretude de suas experiências, o “sentido” de se “construir” uma cooperativa.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Sebastião e Tereza Cristina, por toda dedicação, ensinamentos e lições que me foram transmitidos, pela oportunidade que me deram e o esforço que dedicaram em minha educação. Serei sempre grato e orgulhoso de tudo que fizeram!

Ao meu melhor amigo, grande parceiro profissional e também meu irmão gêmeo, Alan. Por seu companheirismo e cumplicidade em todos os momentos de minha vida. Se não estivéssemos juntos nessa caminhada, não chegaríamos aonde chegamos;

Ao meu irmão Alex, por todo carinho e cuidado que sempre demonstrou, pela sua força de vontade e sua fé. Obrigado por tudo. À minha cunhada Franceline e à minha linda sobrinha e afilhada Milena, que será sempre uma graça em nossas vidas;

A minha irmã Geanne, que iluminou nossa família com sua chegada. Por todo amor fraternal e amizade que sempre demonstrou;

A Michelle, por sua dedicação e amor incondicionais. Por toda atenção que me deu e por compartilhar comigo uma de suas maiores qualidades: o companheirismo. Sem dúvida você foi fundamental nesse processo e o tornou mais prazeroso;

A todos os meus familiares, em especial aos meus avós, pelos exemplos e estímulos;

Aos meus grandes amigos da Escola Estadual Effie Rolfs;

Ao Márcio Gomes, um amigo com quem compartilho inúmeros projetos, experiências e reflexões, por se fazer presente em toda minha trajetória acadêmica;

A todos os amigos do curso de Gestão de Cooperativas e do Mestrado em Extensão Rural da UFV;

A minha orientadora, Nora, pela confiança, pela grande liberdade que me deu na construção dessa pesquisa, pelas reflexões que compartilhamos sobre o cooperativismo e por acreditar em meu potencial;

Aos meus co-orientadores: Fernanda, por acompanhar minha trajetória no mestrado, e Marcelo Braga, por estar sempre disposto a contribuir e pelos valiosos ensinamentos sobre cooperativismo de crédito.

Aos membros de minha banca de defesa, Ambrósio e Edson, pelas contribuições para qualificar a dissertação;

Aos demais professores do Departamento de Economia Rural (DER) da UFV. Em especial, Marcelo Miná, Norberto, Izabel, France e José Horta.

A todos os funcionários do DER, em especial à Carminha, Anísia, Elena e Tedinha;

Ao CNPq, pelo financiamento da bolsa;

A UFV, pela oportunidade de realizar a graduação e o mestrado com excelência;

As organizações de agricultura familiar da Zona da Mata e a seus representantes. Ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM), pelo apoio em minha formação profissional e em minha pesquisa;

Não caberiam nestas páginas os nomes de todas as pessoas a quem devo meus agradecimentos. Por isso, de forma sincera, agradeço a todos aqueles que contribuíram para o meu crescimento, pessoal e intelectual, porque sempre serei grato a todos vocês;

Agradeço a Deus, por todas as bênçãos que tem me concedido.

BIOGRAFIA

ALAIR FERREIRA DE FREITAS, filho de Sebastião José de Freitas e Tereza Cristina Ferreira de Freitas, nasceu aos 08 dias do mês de fevereiro do ano de 1986, no município de Viçosa, Minas Gerais.

Cursou o ensino fundamental e médio na Escola Estadual Effie Rolfs, em Viçosa. Em 2004 ingressou no curso de Bacharelado em Gestão de Cooperativas, na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Durante a graduação foi bolsista e colaborador de projetos de extensão universitária, colaborador em projetos de pesquisa e prestou assessoria a cooperativas e outras organizações de agricultura familiar na Zona da Mata Mineira, dentre elas as cooperativas de crédito rural solidárias do sistema Ecosol. Concluiu sua graduação em julho de 2008.

Também em julho de 2008, pouco antes de se formar, começou a trabalhar no Instituto de Governança Social, como técnico do programa de fortalecimento gerencial de associações comunitárias e conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável beneficiados pelo Programa de Combate a Pobreza Rural do estado de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha, onde permaneceu até dezembro do mesmo ano.

Em dezembro de 2008 foi aprovado em 1º lugar para cursar o mestrado em Extensão Rural na UFV, iniciando o curso em 2009. Durante o mestrado continuou realizando trabalhos junto a organizações de agricultura familiar na Zona da Mata Mineira, em colaboração a projetos de extensão e pesquisa na UFV. Atuou como consultor no desenvolvimento de estudos e trabalhos técnicos ligados à política de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, especialmente no território Médio Rio Doce. Entre agosto de 2010 e janeiro de 2011, atuou como consultor da Central Exportaminas, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado de Minas Gerais, no processo de fomento e constituição de uma cooperativa agropecuária no norte do estado.

Em outubro de 2010 foi aprovado em 1º lugar no concurso público para professor efetivo da área de desenvolvimento agrário da Universidade Federal Rural da Amazônia, campus Parauapebas/PA.

Em fevereiro de 2011 obtém o título de mestre em Extensão Rural pela UFV.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE FIGURAS	ix
ABREVIATURAS E SIGLAS	x
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Metodologia.....	5
2. COOPERATIVISMO DE CRÉDITO	11
2.1. Contextualização histórica e normativa.....	11
2.1.1. As cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional.....	16
2.2. Organização do cooperativismo de crédito no Brasil.....	18
2.3. Cooperativismo de crédito rural solidário	22
3. MICROFINANÇAS E ISOMORFISMO	35
3.1. A lógica do setor bancário tradicional e suas limitações.....	35
3.2. Microfinanças: Inovações na oferta de serviços financeiros para populações de baixa renda	38
3.3. Governança e Isomorfismo	42
3.4. Isomorfismo: uma abordagem conceitual	45
4. REDES SOCIAIS E CONFIANÇA: AS BASES SOCIAIS DOS SERVIÇOS FINANCEIROS NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO SOLIDÁRIAS	50
5. CONTEXTUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ECOSOL EM MINAS GERAIS	62
5.1. A Zona da Mata Mineira	62
5.2. Contextualização sócio-histórica: a tecelagem das redes sociais	69
5.2.1. Os alicerces sociais das cooperativas de crédito rural solidárias.....	70
5.3. Trajetória institucional do sistema Ecosol em Minas Gerais	91

5.3.1. Expansão das redes sociais e protagonismo sindical na constituição das cooperativas	91
5.3.2. A identidade pelo crédito e a “lógica da proximidade”	105
5.3.2.1. A regulação social das operações de crédito: a lógica da proximidade	110
5.3.3. Mudanças organizacionais e isomorfismo.....	125
6. CONCLUSÕES	149
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155
8. APÊNDICES.....	162
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA COOPERADOS	162
APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA DIRETORES	164
APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA DIRETORES DA BASE MINAS	166
9. ANEXOS	168
ANEXO A: LOGOTIPO DO SISTEMA ECOSOL.....	168
ANEXO B: AVALIAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UFV SOBRE A PESQUISA.	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: O cooperativismo de crédito em números no Brasil – Data-base: jun/2010.	21
Tabela 2: Cobertura do atendimento do cooperativismo de crédito no Brasil – Data- base: jun/2008.	22
Tabela 3: População residente nos municípios pesquisados	65
Tabela 4: Área e número de estabelecimentos agropecuários	67
Tabela 5: Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários.....	67
Tabela 6: FCR gerenciados pelo CTA no período ago/2000 a dez/2004.....	87
Tabela 7: Produtos financeiros do sistema Ecosol disponibilizados aos cooperados	104
Tabela 8: Evolução do sistema Ecosol/MG.	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução do número de cooperativas de crédito no Brasil (1940- 2007).	13
Figura 2: Evolução do número de cooperativas no Brasil (1990-2001).	20
Figura 3: Relação das dimensões regulatória e econômica.....	30
Figura 4: Zona da Mata e microrregiões.	62
Figura 5: População residente segundo a situação dos domicílios.	65
Figura 6: Área plantada de café.	66
Figura 7: Área dos estabelecimentos agropecuários ocupada por parceiros.....	68
Figura 8: Representação analítica da expansão das redes sociais através das	92
Figura 9: O sistema Ecosol no Brasil e em Minas Gerais.....	100
Figura 10: Organograma das cooperativas Ecosol em MG.	101
Figura 11: Distribuição de Gênero no quadro social da Ecosol ZM.....	102
Figura 12: Perfil etário do quadro social da Ecosol ZM (Set./2010).	102
Figura 13: Evolução do número de Cooperados do Ecosol em MG 2006-2010.	107
Figura 14: Evolução do capital Social do Ecosol em MG 2006-2010.....	107
Figura 15: Operacionalização do crédito usando o aval no sistema Ecosol/MG.	120
Figura 16: Evolução das carteiras de depósitos e empréstimos na Ecosol	123
Figura 17: Evolução do índice de inadimplência nas cooperativas	124
Figura 18: Evolução das carteiras de depósito e empréstimo da Ecosol ZM.....	126

ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

ANCOSOL - Associação Nacional das Cooperativas de Crédito de Economia familiar e solidária

ASCOOB - Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar

BC - Banco Central do Brasil

BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPC - Conselho Nacional de Previdência Complementar

CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados

CONFESOL - Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária

CREDITAG - Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar

CRESOL - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária

CTA - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FCRs - Fundos de Crédito Rotativo

FETAEMG - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais

FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

IMFs - Instituições de Microfinanças

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MOBOM - Movimento da Boa Nova

NSE - Nova Sociologia Econômica

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

OCIPs - Organizações Cíveis de Interesse Público

ONGs - Organizações Não Governamentais

PACs - Postos de Atendimento Cooperativo

PL - Patrimônio Líquido

PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

PROES - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Estadual

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT - Partido dos Trabalhadores

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SFN - Sistema Financeiro Nacional

SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

STR - Sindicatos de Trabalhadores Rurais

UNICAFES - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNICRED - Cooperativas de Crédito dos profissionais da área de saúde

UNITRABALHO - Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares

RESUMO

FREITAS, Alair Ferreira de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro, 2011. **A construção social do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata Mineira.** Orientadora: Nora Beatriz Presno Amodeo. Co-orientadores: Marcelo José Braga e Fernanda Henrique Cupertino Alcântara.

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar o desenvolvimento do sistema Ecosol de cooperativas de crédito rural solidárias em Minas Gerais, buscando compreender a lógica de operacionalização dos serviços financeiros e os fundamentos das mudanças organizacionais que acompanham o crescimento dessas cooperativas. As cooperativas analisadas são edificadas sobre as lutas políticas da agricultura familiar e possuem forte influência ideológica de setores da Igreja Católica. A proximidade entre a estrutura operacional da organização e os espaços de interação do público-alvo permite às cooperativas se apropriarem de mecanismos sociais no monitoramento e controle do crédito, como a reputação e a confiança. Isso dinamiza as avaliações de risco, que não se centram apenas em técnicas instrumentais. Entretanto, as cooperativas passam por um processo singular de crescimento e mudança, induzido pelo ambiente institucional. A ampliação do quadro social e a expansão das operações foram acompanhadas do aumento dos riscos, principalmente da inadimplência. Esse contexto demanda a formalização de estruturas funcionais, notadamente para aumentar o controle. Trata-se de um processo de isomorfismo coercitivo que conduz as organizações à padronização de certas práticas, diante de pressões das entidades de regulação. A incerteza vivida pelas cooperativas induziu também ao isomorfismo mimético, onde as cooperativas do sistema Ecosol buscaram se assemelhar ao sistema Cresol, considerado o mais legítimo do campo organizacional, adotando práticas similares. O mimetismo foi reforçado através de um convênio de cooperação técnica entre esses dois sistemas cooperativos e a futura integração das cooperativas Ecosol/MG ao sistema Cresol. Pode-se concluir que o isomorfismo mimético no sistema Ecosol configura um processo estratégico de reestruturação organizacional, para relativizar os impactos do isomorfismo coercitivo. Nesse sentido, a integração das cooperativas do sistema Ecosol/MG ao sistema Cresol não pode ser considerada apenas a consequência de um fracasso organizacional.

ABSTRACT

FREITAS, Alair Ferreira de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2011. **The social construction of rural solidary credit union in Zona da Mata Mineira.** Adviser: Nora Beatriz Presno Amodeo. Co-adviser: Marcelo José Braga and Fernanda Henrique Cupertino Alcântara.

This research had aims to analyze the development of Ecosol rural solidary credit union in Minas Gerais, seeking to understand the logic of operationalisation of financial services and the basis of organizational changes that follow the growth of cooperatives. The cooperatives analyzed were built on the political struggles of family farmers and have strong ideological influences of groups of the Catholic Church. Social and physical proximity among the operating structure of the Organization and the spaces of interaction with the target people allow the cooperatives to incorporate social mechanisms in credit monitoring and control, as reputation and trust. This streamlines risk assessments, which does not focus only on instrumental techniques. However, cooperatives undertake a natural process of growing and changing, induced by the institutional environment. The expansion of membership and operations were followed by increased risks, mainly defaults. This context requires the formalization of functional structures, notably to increase control. There was a coercive isomorphic process, leading the organization to standardize certain practices due to pressures from regulators. Uncertainty experienced by cooperatives induced also mimetic isomorphism, with Ecosol cooperatives becoming similar to those of Cresol system, considered the most legitimate of the organizational field, adopting similar organizational practices. The mimicry has been reinforced through a technical cooperation agreement signed between these two cooperative systems and the integration to-be of cooperatives Ecosol/MG in system Cresol. It can be concluded that the Ecosol mimetic isomorphism configures a strategic organizational restructuring process, which in turn relativizes the impacts of the coercive isomorphism. Accordingly, the integration of the Ecosol/MG cooperatives with Cresol cooperative system cannot be considered merely the consequence of an organizational failure.

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo pode ser considerado um importante instrumento de organização social e econômica. A organização cooperativa já se mostrou, ao longo da história, inserida em todos os tipos de mercado e segmentos econômicos. Uma de suas grandes expressões está no mercado financeiro. O cooperativismo de crédito é um dos ramos mais dinâmicos do cooperativismo no mundo inteiro¹. Desde a sofisticação das operações à capilaridade que possuem no mercado, alcançando públicos antes nunca atendidos por outras instituições financeiras, esse ramo aporta experiências emblemáticas de sucesso empresarial e de inclusão financeira.

A partir da década de 1990, o cooperativismo de crédito brasileiro viu surgir experiências inovadoras no meio rural, quais sejam as cooperativas de crédito da agricultura familiar. São organizações que nascem e se edificam sobre as lutas políticas e demandas concretas da agricultura familiar². As mobilizações e articulações entre as organizações de agricultura familiar, Organizações Não Governamentais (ONGs) e agentes governamentais foram verdadeiras incubadoras que imprimiram características singulares a estas organizações, as quais ultrapassaram o “simples” manejo das finanças. A valorização da solidariedade por meio do crédito e a preocupação com a inclusão social e financeira contribuíram para

¹ Além do ramo de crédito, o cooperativismo se divide nos seguintes ramos, de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB): educacional, agropecuário, habitacional, consumo, mineral, produção, infra-estrutura, saúde, trabalho, turismo e lazer, transporte e especial.

² Em uma definição normativa, o Estado brasileiro, através da Lei nº 11.326/2006, caracteriza “Agricultor Familiar” como aquele que pratica atividades no meio rural e atende simultaneamente aos seguintes requisitos: i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Entende-se neste trabalho que agricultura familiar designa uma diversidade de atores que têm em comum a ligação com o campo, por meio de alguma atividade agrícola, com a utilização dos recursos naturais de que dispõe e o emprego de mão de obra familiar. Estes se diferenciam de várias maneiras: pelo nível de renda, forma como exploram os recursos, tipos de atividades, tradições, além de diferenciarem-se de acordo com a região onde está inserida sua propriedade. Desse modo, o ambiente físico, geográfico e cultural que circunda a unidade familiar rural intervém diretamente na construção da identidade dos agricultores bem como nas práticas econômicas destes com vistas a sua reprodução (MDA, 2007).

que estas cooperativas fossem denominadas de “cooperativas de crédito rural solidárias³”, configurando um “cooperativismo solidário” (BÚRIGO, 2006).

A apropriação de tecnologias creditícias inspiradas nas instituições de microfinanças, como o *Grameen Bank*, no atendimento a um público historicamente excluído dos circuitos formais de crédito, sinaliza para as “inovações institucionais” (BITTENCOURT e ABRAMOVAY, 2003) apresentadas por essas cooperativas. As iniciativas exitosas do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) e da Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (Ascoob) são as origens dessas experiências no Brasil e referências importantes para o cooperativismo solidário contemporâneo. O cooperativismo de crédito rural solidário se expandiu no Brasil, contando atualmente com uma diversidade de sistemas cooperativos organizados em todo o território nacional.

Não obstante suas diferenças, as cooperativas de crédito rural solidárias focalizam sua atuação nos agricultores familiares considerados de baixa renda (BÚRIGO, 2006). Para atuarem com esse público, tais organizações precisam desenvolver estratégias que possibilitem atender aos imperativos do Banco Central do Brasil (BC), principal órgão de controle e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que determina os padrões de funcionamento das instituições do setor visando à segurança sistêmica deste. As cooperativas de crédito estão inseridas na estrutura do SFN como instituições financeiras captadoras de depósitos à vista, sujeitando-se às demais regulamentações do setor e equiparando-se às outras instituições financeiras. Existem, portanto, interferências diretas do ambiente institucional no comportamento dessas organizações.

O funcionamento das cooperativas de crédito rural solidárias está condicionado, justamente, pela associação existente entre a racionalidade bancária de uma instituição financeira – reforçada pelo ambiente institucional – e a solidariedade das organizações sociais de sua base de atuação (MAGALHÃES, 2005). Estas questões salientam o desafio das cooperativas de crédito rural solidárias em constituírem organizações que permitam conciliar a lógica de articulação das bases

³ Os termos “cooperativas de crédito rural solidárias” e “cooperativismo de crédito rural solidário” são empregados para distinguir uma forma de organização e atuação de cooperativas de crédito e para seguir a terminologia adotada no meio acadêmico (em teses, dissertações, artigos e outros tipos de publicação que antecederam esta, como as de Búrigo (2006), Junqueira (2003), Schröder (2005) e Magalhães (2005)). Além disso, esses termos são também usados por órgãos oficiais de regulação, como o próprio Banco Central, e referem-se à autodenominação dos sistemas cooperativos de crédito.

sociais em que apóiam seu trabalho, atendendo simultaneamente às regulações de uma instituição que atua segundo uma lógica sistêmica e uniformizante.

Parte-se do pressuposto de que as tentativas de minimizar os impactos da carga regulatória (pressões institucionais) são empreendidas por estas cooperativas visando à manutenção de sua dimensão sociopolítica. Estratégias estas diferentes das aplicadas sob a lógica do setor financeiro tradicional, qual seja, as instituições bancárias. Neste sentido, seriam buscadas estratégias que possibilitassem qualificar os mecanismos de governança e que articulassem um arranjo institucional dinâmico para a superação do dilema que circunscreve sua operacionalização.

Esta dissertação analisa, particularmente, dentre as várias experiências do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil, o caso do Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária em Minas Gerais (sistema Ecosol/MG). O sistema Ecosol/MG é formado por duas cooperativas de crédito (sediadas nos municípios de Tombos e Araponga), quatro Postos de Atendimento Cooperativo - PACs (sediados em Espera Feliz, Simonésia, Divino e Catuné – distrito de Tombos) e uma Base de Serviços de Apoio às cooperativas (sediada em Espera Feliz). De acordo com a pesquisa, estas cooperativas surgiram por meio da ação das organizações de agricultura familiar da Zona da Mata Mineira, principalmente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Elas foram constituídas no seio das mobilizações políticas com o propósito de contribuir com o fortalecimento da agricultura familiar. A identificação da ocorrência de mudanças substanciais na forma de organização e de gestão dessas cooperativas ao longo de seu desenvolvimento, em seus quase seis anos de vida, notadamente induzidas pelo cumprimento de metas estabelecidas pelo BC e pela necessidade de crescimento e legitimidade, foi um elemento que definiu o recorte analítico desta pesquisa.

Como forma de compreender o fenômeno, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa algumas questões centrais a direcionaram: de que forma e em que medida o contexto sociopolítico do qual emergiram, interferiu na atuação dessas organizações cooperativas? Qual é a lógica de operacionalização dos serviços financeiros construída por essas cooperativas de crédito? Quais estratégias e mudanças estão sendo adotadas visando a sua consolidação institucional? O acesso ao crédito para os segmentos sociais de baixa renda, especialmente no meio rural e a mobilização de poupança para investimento nas pequenas localidades têm sido

tradicionalmente um gargalo para o desenvolvimento rural (CAZELLA e BÚRIGO, 2009). Estas cooperativas podem ser um mecanismo eficiente de superação desta limitação, no entanto, elas não se criam espontaneamente nem alcançam sua sustentabilidade econômica facilmente. É de grande relevância entender, portanto, como elas surgem e quais são os fatores que interferem em seu desenvolvimento.

Os trabalhos já realizados sobre o sistema Cresol e Ascoob (JUNQUEIRA, 2003; MAGALHÃES, 2005; SCHRÖDER, 2005; BÚRIGO, 2006) deixaram pistas importantes para compreender estas questões no caso particular do sistema Ecosol/MG. Baseado nestes trabalhos, que focam organizações similares em contextos diferentes, e nas referências teóricas adotadas, construiu-se as seguintes hipóteses de trabalho: H1) A lógica de operacionalização dos serviços financeiros destas cooperativas é sedimentada sobre as redes sociais das quais elas emergem, se apropriando de mecanismos sociais, como a reputação e a confiança, por meio da proximidade entre diretores e cooperados, na regulação das operações financeiras; H2) À medida que as cooperativas crescem em seus indicadores econômicos, induzidas principalmente por pressões e exigências de órgãos reguladores, elas se tornam mais heterogêneas e complexificam sua organização, aumentando o nível de formalização dos contratos e reduzindo a influência dos mecanismos sociais na avaliação, concessão e monitoramento do crédito.

Tendo em mente as indagações centrais e outras correlatas, esta pesquisa estabeleceu como objetivo geral analisar o desenvolvimento do sistema Ecosol/MG, identificando as principais mudanças e estratégias que marcam a construção social⁴ do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata Mineira.

A partir destas orientações não se pretendeu apenas descrever as situações e os processos vivenciados pelas cooperativas de crédito rural solidárias estudadas, mas compreender como se produzem e quais são os fundamentos das estratégias e processos que caracterizam a dinâmica destas organizações. Sob essa perspectiva, buscando compreender o fenômeno, a pesquisa procura analisar as particularidades que o demarcam e os desafios que implicam.

Para desenvolver as análises propostas, esta dissertação está dividida em cinco partes, além desta introdução, na qual serão apresentados os procedimentos

⁴ O termo “construção social” não está sendo utilizado neste trabalho com base na corrente teórica da fenomenologia.

metodológicos da pesquisa. No capítulo 2 é apresentada uma revisão sobre o cooperativismo de crédito, percorrendo, genericamente, sua trajetória histórica e normativa e desembocando em sua organização no Brasil. É apresentado também o *cooperativismo de crédito rural solidário*, concepções e definições com as quais se compreende essa forma de atuação de cooperativas de crédito e as dimensões que compõem o fenômeno.

O capítulo 3 é dedicado a construir referências conceituais sobre microfinanças, apresentando as tecnologias creditícias das instituições de microfinanças e os fundamentos que inspiraram o cooperativismo de crédito solidário. A governança é adotada como um dos mecanismos que orientam a forma de relacionamento entre as instituições de microfinanças e seu público-alvo e o *isomorfismo* como um processo institucional de mudança organizacional.

No capítulo 4 são apresentadas referências conceituais da chamada Nova Sociologia Econômica, imprescindíveis para a interpretação da lógica de operacionalização dos serviços financeiros e de elementos característicos da construção social do cooperativismo de crédito rural solidário na agricultura familiar da Zona da Mata Mineira. Os conceitos de *enraizamento*, *redes sociais* e *confiança* são mobilizados como ferramentas analíticas para esse exercício interpretativo.

Em seguida, iniciam-se no capítulo 5 as análises empíricas propriamente ditas. É neste capítulo que convergem os principais esforços de relacionar a teoria com as experiências estudadas. A análise do desenvolvimento do sistema Ecosol em Minas Gerais começa a ser tecida com uma contextualização sócio-histórica que analisa os alicerces sociais dos quais emergiram as cooperativas. Prossegue-se com a trajetória institucional do sistema, desde sua constituição, passando pela análise da lógica de operacionalização dos serviços financeiros às mudanças institucionais em curso que marcam novas configurações no *campo organizacional* do cooperativismo de crédito rural solidário em Minas Gerais. Por fim, no capítulo 6, são apresentadas as principais conclusões da pesquisa.

1.1. Metodologia

As motivações que levaram o autor a pesquisar as cooperativas de crédito rural solidárias surgiram através de aproximações com o sistema Ecosol/MG. Estas

aproximações se deram a partir de 2007 na assessoria ao planejamento das cooperativas. A partir da elaboração e execução dos planejamentos iniciaram-se uma série de atividades com o cooperativismo de crédito rural solidário, como cursos de capacitação e participação em reuniões⁵. Esta incursão empírica deu origem ao interesse de aprofundamentos teóricos sobre o fenômeno (por exemplo, FREITAS, FREITAS e BRAGA, 2008; e FREITAS *et al.*, 2009) e também à proposta de pesquisa para o mestrado. A proximidade foi intensificada ao longo dos trabalhos e possibilitou a familiaridade do pesquisador com os dirigentes das cooperativas do sistema Ecosol/MG e, conseqüentemente, o acesso a informações e discussões privilegiadas. É importante ressaltar o esforço pessoal para que essa familiaridade com os sujeitos não fosse um impeditivo ao estranhamento e ao distanciamento teórico do fenômeno.

Assim, após a definição do quadro de análise, foi delineado o encaminhamento metodológico da pesquisa. Optou-se por uma pesquisa exploratória e explicativa, de natureza qualitativa. Exploratória porque visava identificar as principais características e particularidades das cooperativas de crédito rural solidárias do sistema Ecosol/MG, ainda não exploradas por pesquisas anteriores⁶. De acordo com Babbie (1992), a pesquisa exploratória é recomendada quando o objeto de estudo é relativamente novo e sem estudos precedentes, como no caso do sistema Ecosol/MG. Para este autor, os estudos exploratórios são fonte de princípios teóricos, pois permitem apreender as características dos fenômenos estudados e ampliam o discernimento sobre a pesquisa. A pesquisa foi explicativa porque utilizou do estudo exploratório como base analítica para explicar as mudanças organizacionais e seus fundamentos. O autor argumenta ainda que a pesquisa explicativa envolve diferentes aspectos de uma situação ou os acontecimentos simultâneos de determinado

⁵ Esses trabalhos também foram realizados através de um estágio no primeiro semestre letivo de 2008 no Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA) e posteriormente em assessorias independentes, acompanhando a gestão das cooperativas do sistema Ecosol em Araponga e Espera Feliz, participando de planejamentos, reuniões de diretoria, reuniões dos comitês de crédito (responsável pela avaliação e concessão de empréstimos) e capacitação de cooperados. Esses trabalhos foram fundamentais para a decisão de pesquisar o cooperativismo de crédito solidário e especialmente o sistema Ecosol, pois permitiram uma série de observações que aguçaram o interesse sobre o tema.

⁶ Nas pesquisas bibliográficas realizadas para a elaboração desta dissertação e em consultas feitas nas cooperativas com seus diretores não foram detectadas pesquisas anteriores sobre o sistema Ecosol em Minas Gerais. Recentemente foi publicada uma dissertação de mestrado que envolvia as cooperativas singulares em Tombos e Araponga (MARTINS, 2010), mas se dedicava a analisar as representações sociais da cooperação para os cooperados.

contexto, buscando elementos que contribuam para aumentar a capacidade de explicação do fenômeno.

Utilizou-se como estratégia de pesquisa o estudo de caso, visando compreender o caso específico do sistema Ecosol/MG. Esta modalidade se tornou mais viável uma vez que as características das cooperativas de crédito variam de acordo com o sistema ao qual se vinculam e com o ambiente com o qual se relacionam. Para Babbie (1999, p. 73), "[...] o estudo de caso é uma descrição e explicação abrangentes dos muitos componentes de uma determinada situação social" e, no caso desta pesquisa, permitiu o aprofundamento do contexto de manifestação do fenômeno que se buscou compreender.

A coleta de dados da pesquisa foi realizada principalmente nos meses de agosto e setembro de 2010⁷. Ocorreram também incursões empíricas anteriores, derivadas dos trabalhos realizados junto às cooperativas desde 2007. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados a observação participante, as entrevistas semi-estruturadas e a pesquisa documental⁸.

Os documentos coletados e analisados são ligados a sistematizações e registros produzidos no âmbito de atuação das cooperativas, como atas, relatórios de planejamento e projetos de viabilidade econômica; documentos de normatização e controle interno, como as resoluções internas e Estatutos; e documentos contábeis, que expressavam indicadores de desempenho. Os documentos foram utilizados principalmente como suporte para complementação das informações coletadas nas entrevistas e observações.

A observação participante durante a pesquisa de campo foi realizada em 15 espaços diferentes de reunião do sistema Ecosol/MG. As observações possibilitam verificar detalhes das situações no momento em que ocorrem, enriquecendo a quantidade e o conteúdo dos dados passíveis de serem mobilizados como fontes da pesquisa. Na observação participante, segundo Richardson (1985, p. 215), “o observador não é apenas um espectador do fato que está sendo estudado, ele se

⁷ Essa coleta de dados foi facilitada com o apoio do CTA, através do qual o autor participou de diversos espaços de discussão das cooperativas de crédito rural solidárias na Zona da Mata mineira.

⁸ Antes da utilização dos instrumentos de coleta de dados os objetivos da pesquisa foram apresentados aos informantes. Somam-se ao material empírico desta pesquisa os dados coletados através da aplicação de questionários com sócios e diretores da Ecosol Araponga por meio de uma pesquisa de iniciação científica da qual o autor é co-orientador. Esta pesquisa totalizou a aplicação de 55 questionários em Araponga, que foram utilizados como dados complementares neste trabalho.

coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno”. As atividades observadas se referem a planejamentos estratégicos, reuniões de conselhos diretores (conselho administrativo, conselho fiscal e comitê de crédito), dias de liberação de empréstimo e cursos de formação/capacitação (tanto para diretores como para cooperados). As observações diretas (sistemáticas e assistemáticas) ocuparam um lugar privilegiado nesta investigação ao acrescentarem novos elementos à pesquisa e confirmarem informações obtidas por meio de entrevistas.

Todas as informações captadas nas instâncias em que se realizou observação participante durante a pesquisa de campo foram registradas em um diário de campo, que se tornou um importante instrumento de coleta de dados, anotando-se as falas, comportamentos e atitudes. Nele também se registrou o cotidiano das cooperativas a partir da percepção do pesquisador, incluindo fatos inesperados e eventos especiais que não podiam ser captados mediante outros instrumentos de pesquisa.

As entrevistas semi-estruturadas partiram de um roteiro pré-determinado, estabelecido em razão dos objetivos e hipóteses da pesquisa, com tópicos e/ou perguntas gerais orientadas para obter informações específicas, que serviram, substancialmente, para dar encadeamento à “conversa” entre o pesquisador e o entrevistado. Foram elaborados três roteiros distintos, direcionados a cooperados, dirigentes das cooperativas e dirigentes da Base de Serviços Ecosol/MG, por representarem níveis diferentes de interação com o cotidiano operacional das organizações e de relacionamento com entidades externas. Antes de iniciar a pesquisa de campo foram realizados pré-testes que levaram à revisão e ao aperfeiçoamento dos roteiros⁹.

Foi adotado o método de entrevista focalizada ou *focused-interview* (MERTON, FISKE e KENDALL, 1998), cuja principal função é centrar a atenção do respondente sobre a experiência concreta que se pretende abordar a partir da delimitação de pontos ou aspectos que merecem relevância para o encadeamento da argumentação. É um tipo de pesquisa que pode introduzir pistas verbais explícitas sobre uma situação-estímulo, mas sem restringir a profundidade e a amplitude das respostas. Para garantir a qualidade da técnica, as entrevistas foram devidamente gravadas, com autorização prévia dos respondentes.

⁹ Os roteiros utilizados para esta pesquisa encontram-se nos apêndices.

Como sujeitos da pesquisa foram considerados todos aqueles agricultores que fazem parte do quadro dirigente das cooperativas e os cooperados considerados ativos¹⁰, localizados nos municípios onde existem unidades de atendimento (PACs e singulares) do sistema Ecosol em Minas Gerais. Apenas não foram realizadas entrevistas com representantes do município de Divino. Este procedimento foi intencional, uma vez que este é o PAC mais recente do Ecosol/MG e está em estágio ainda embrionário de operação de serviços financeiros. Contudo, neste município foram realizadas observações participantes em três reuniões, incluindo o planejamento do PAC.

Sob essa definição da população, a seleção da amostra levou em consideração os critérios de acessibilidade e exaustão, sendo assim, critérios não probabilísticos. A exaustão foi considerada a partir da repetição e reincidência das informações. A acessibilidade diz respeito à seleção de elementos conforme a facilidade de acesso a eles e é, com frequência, critério de definição em pesquisas qualitativas (VERGARA, 1998).

Foram realizadas, no total, 39 entrevistas com cooperados e dirigentes, dentre as quais apenas nove não foram gravadas. Foram entrevistados os diretores gerais e os diretores financeiros, principais cargos da estrutura organizacional, de todas as unidades da Ecosol/MG (PACs e singulares), exceto em Divino. Destes, quatro foram entrevistados como membros da Base de Serviços Ecosol/MG, além do contador do Ecosol/MG, que também é cooperado. Esta categoria foi selecionada por representar as principais lideranças do sistema Ecosol/MG, cujos entrevistados participam de atividades da Central Ecosol e outros espaços extra-locais. Quanto aos cooperados, estes foram definidos aleatoriamente, sendo escolhidos aqueles que estavam nas sedes realizando algum tipo de movimentação durante a pesquisa de campo ou foram indicados pelos diretores a partir do critério apresentado pelo pesquisador. Todos os entrevistados são vinculados a alguma outra organização local de agricultura familiar, principalmente aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Do total de entrevistados, vinte e um declararam ser sócios fundadores das unidades às quais estão vinculados.

¹⁰ Os dirigentes das cooperativas consideram cooperados ativos aqueles que movimentam, com frequência mínima de seis meses, recursos financeiros através das cooperativas e que tenham mais de seis meses de filiação.

Na etapa de organização e análise das entrevistas foi realizada a transcrição completa das mesmas. Após a transcrição, procedeu-se uma leitura vertical de cada entrevista, seguida de sua releitura, ou seja, as entrevistas foram analisadas inicialmente de forma individual a partir de uma leitura integral do texto transcrito, desde as respostas iniciais até as finais. O objetivo dessa leitura vertical foi apreender ao máximo os traços específicos do conteúdo. Em seguida, os entrevistados foram classificados por siglas referentes ao seu município de origem (Espera Feliz – EF; Tombos – T¹¹; Simonésia – S; Araponga – A) e pelo número ordinal de entrevista (por exemplo, o primeiro entrevistado de Espera Feliz – 1EF). Portanto, quando forem citadas passagens das entrevistas no texto, os entrevistados estarão nominados com essa classificação, entretanto foram adicionadas características de cada entrevistado, como a relação com a terra (proprietário, arrendatário, meeiro, etc.) e vínculo com o sistema Ecosol/MG (sócio fundador, diretor, etc.), seguindo as informações declaradas por cada entrevistado.

Após essa classificação foi efetuada uma leitura horizontal de cada questão, em todas as entrevistas, organizando e classificando os fragmentos das respostas por proximidades de sentido. Posterior a esta organização, foi digitalizado o diário de campo e realizada uma leitura minuciosa de seu conteúdo, buscando organizar e classificar também as passagens por proximidades de sentido. Em seguida foram criadas categorias analíticas que representassem os fragmentos com sentidos próximos, tanto das entrevistas como do diário de campo. A análise dos dados se deu de forma comparativa, para cada categoria constituída, de forma que pudesse ser realizado o cotejo das informações. Simultaneamente, construíram-se relações entre o sistematizado pelo campo e as definições conceituais que orientavam a pesquisa, buscando definir e organizar uma linha de argumentação coerente com os objetivos propostos.

¹¹ Os entrevistados do PAC Catuné estão inseridos na classificação de Tombos, pois trata-se do mesmo município.

2. COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o cooperativismo de crédito, contextualizando-o do ponto de vista histórico e normativo especialmente, sua trajetória no Brasil e sua inserção no Sistema Financeiro Nacional. Faz-se importante esta apresentação, pois se trata do objeto de estudo desta pesquisa. Para fundamentar tal discussão e os argumentos construídos nesta dissertação, parte-se também, neste capítulo, da análise do cooperativismo de crédito rural solidário, no sentido de esboçar uma noção sobre este tipo de cooperativa e delimitar suas especificidades.

2.1. Contextualização histórica e normativa

O surgimento do cooperativismo é marcado pela experiência pioneira de 28 tecelões na cidade inglesa de Rochdale, em 1844, quando constituíram uma sociedade de consumo, caracterizada mais tarde como cooperativa de consumo. De acordo com Pinheiro (2008), o cooperativismo de crédito especificamente, tem seu marco inicial três anos depois, em 1847. Friedrich Wilhelm Raiffeisen, natural da Renânia, criou no povoado de Westerwald a primeira associação de apoio à população rural. Essa associação inspirou seu idealizador a constituir em 1864, as chamadas “*Heddesdorfer Darlehnskassenvereine*” (Associações de caixas de empréstimo de Deddesdorf), as quais configuram o marco de fundação do primeiro modelo de cooperativas de crédito existente, denominadas de cooperativas do tipo Raiffeisen. Estas cooperativas eram tipicamente rurais, caracterizadas pela responsabilidade ilimitada e solidária dos sócios, a singularidade de votos – independente do número de quotas-parte –, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não-distribuição das sobras (PINHEIRO, 2008).

Após a experiência inicial no meio rural, o cooperativismo de crédito desenvolveu-se também no meio urbano em 1856, por iniciativa de Hermam Schulze através das “associações de dinheiro antecipado” na cidade de Delitzsch, Alemanha. Esse é um modelo de cooperativa de crédito que veio a ser denominado de Schulze-Delitzsch, o qual se diferenciava das cooperativas do tipo Raiffeisen por considerar o retorno das sobras líquidas em termos proporcionais ao capital investido, pela área de atuação não ser restrita e pelo fato de seus dirigentes serem remunerados.

Inspirado nas experiências pioneiras alemãs, o italiano Luigi Luzzatti, em 1895, na cidade de Milão, constituiu outro modelo de cooperativas de crédito, que herdaram seu sobrenome. As principais características desse tipo de cooperativa de crédito eram: não-exigência de vínculo para a associação, exceto algum limite geográfico; quotas de capital de pequeno valor; concessão de crédito de pequeno valor sem garantias reais; não-remuneração dos dirigentes e responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito (PINHEIRO, 2008).

Movido pelos modelos anteriores, Alphonse Desjardins idealizou nas Américas, especificamente em Quebec, Canadá, a constituição de um modelo de cooperativa de crédito distinto, constituindo a primeira cooperativa em 1900 (PINHEIRO, 2008). Esse modelo de cooperativa foi denominado Desjardins e possuía como principal característica a existência de alguma espécie de vínculo entre os sócios, reunindo grupos homogêneos como os de clubes, moradores de uma mesma região, trabalhadores de uma mesma fábrica, funcionários públicos, etc. No Brasil esse modelo de cooperativa é comumente conhecido como cooperativa de crédito mútuo.

No que se refere ao Brasil, vários autores (por exemplo, PINHEIRO, 2008 e BÚRIGO, 2006) apontam como a primeira experiência do cooperativismo de crédito a “Caixa de Economia e Empréstimos Amstad”, protagonizada pelo padre suíço Theodor Amstad. Iniciada em 1902, no município de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, esta iniciativa foi denominada posteriormente de “Caixa Rural de Nova Petrópolis” e formou uma cooperativa de crédito no modelo Raiffeisen, a qual continua em atividade, sob a denominação de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Pioneira da Serra Gaúcha. De acordo com Pinheiro (2008), entre 1902 e 1964 surgiram 66 cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen no estado do Rio Grande do Sul.

Quatro anos mais tarde, em 1º de março de 1906, no município de Lajeado (RS), foi constituída a primeira cooperativa de crédito sob o modelo Luzzatti no Brasil, denominada de “Caixa Econômica de Empréstimo de Lajeado”. Ainda em funcionamento, esta cooperativa atua sob a denominação de “Cooperativa de Crédito de Lajeado”.

Essas são experiências iniciais consagradas como as primeiras cooperativas de crédito do Brasil, as quais inspiraram uma longa trajetória do movimento

cooperativista de crédito até os dias atuais. Esta trajetória é marcada por diversos acontecimentos que orientaram o desenvolvimento desse tipo de cooperativa (especialmente ligados às mudanças nas normas aplicadas às cooperativas) e demonstra como as regulações oficiais influenciam o comportamento deste segmento que faz parte do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Com base na compilação feita por Pinheiro (2008)¹², pode-se identificar três principais períodos vivenciados pelo cooperativismo de crédito no Brasil: i) surgimento e expansão (1907-1962); ii) repressão jurídica (1962-1988); e, iii) consolidação do segmento no Brasil (1988-atual). A Figura 1 apresenta a evolução do número de cooperativas de crédito no Brasil entre 1940 e 2007, além de expressar a variação quantitativa entre os períodos.

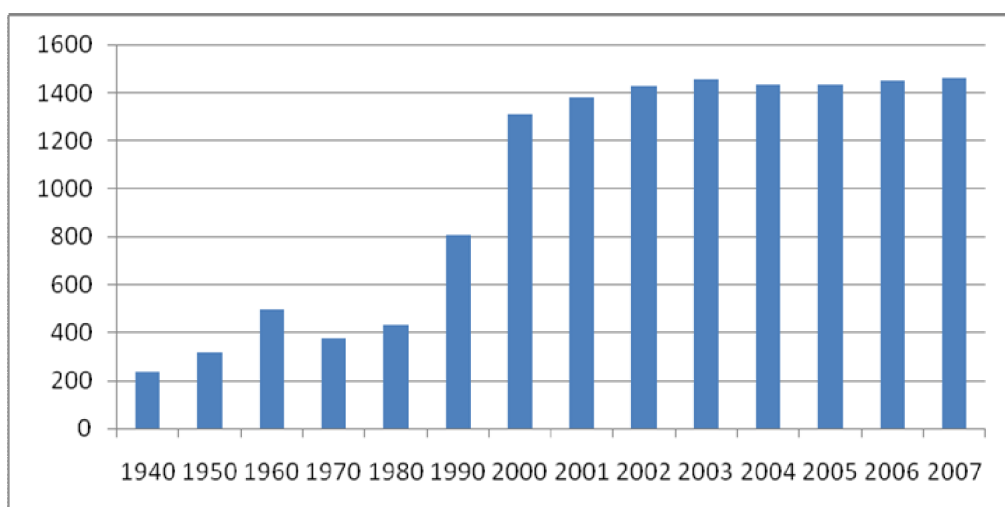


Figura 1: Evolução do número de cooperativas de crédito no Brasil (1940-2007)¹³.

Fonte: Pinheiro (2008).

O primeiro período, demarcado entre 1907, com a primeira norma disciplinar (Decreto nº 1.637/1907)¹⁴ é um período que marca o surgimento e a expansão do cooperativismo de crédito no Brasil, acompanhada das primeiras normatizações e mudanças dos órgãos reguladores e a criação e expansão das seções de crédito em

¹² O trabalho de Pinheiro (2008) é uma das principais referências sobre a trajetória normativa do cooperativismo de crédito no Brasil, que foi editada pelo Banco Central, principal órgão de regulação do setor financeiro.

¹³ Não computadas as cooperativas mistas com seção de crédito, assim como, a partir de 1970, as federações e as confederações que não atuam como instituição financeira.

¹⁴ De acordo com Pinheiro (2008), este decreto definia que as cooperativas de crédito poderiam ser constituídas sob forma de sociedades anônimas, sociedades em nome coletivo ou em comandita. O decreto permitia ainda, que as cooperativas recebessem dinheiro a juros, não apenas de seus sócios, mas também de indivíduos fora de seu quadro social.

cooperativas mistas, que impulsionou o cooperativismo de crédito (PINHEIRO, 2008). A organização do segmento também começa a se intensificar, principalmente com a regulamentação das cooperativas centrais e a criação do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), extinto em 1990. Neste período percebem-se constantes mudanças do órgão oficial de fiscalização das cooperativas de crédito, variando entre o Ministério da Fazenda e o Ministério da Agricultura.

Entre os anos de 1945 e 1964, o Brasil atravessou um período politicamente conturbado e instável, o qual culminou no golpe militar em 1964 e o início do regime militar (1964-1985). Este período, na trajetória política nacional, foi marcado pela estatização de diversas iniciativas dinâmicas de organização popular, expresso na forte supervisão estatal sobre os movimentos populares, destacando-se também o cooperativismo, principalmente no meio rural. Constitui uma nova fase do cooperativismo de crédito (repressão jurídica), marcada inicialmente, em 1962, pelo Decreto do Conselho de Ministros nº 1.503, que sobrestou as autorizações e os registros de novas cooperativas de crédito ou de seções de crédito. Neste mesmo período as cooperativas sofreram fortes repressões, as quais lhes retiraram parte das condições para sua operacionalização, tiveram a captação de recursos limitada e as taxas de juros controladas (PINHEIRO, 2008).

Em 1964, com a instituição da reforma bancária, promovida pela Lei nº 4.595/1964, as cooperativas de crédito passaram a ser equiparadas às demais instituições financeiras. A autorização de funcionamento e a fiscalização de tais empreendimentos se tornam função exclusiva do Banco Central do Brasil. E, em 1965 volta a ser autorizada a constituição de cooperativas de crédito (Resolução nº. 11 do Banco Central), mas apenas para duas modalidades (de crédito de produção rural e aquelas com quadro social formado por empregados de uma mesma organização). Tal período, caracterizado pelo aumento da regulação sobre o segmento, marca definitivamente a forma de atuação das cooperativas de crédito, as quais se transformaram em organizações que trabalham exclusivamente com crédito, em operações para seus cooperados.

É nesse período que se institui o atual regime jurídico das sociedades cooperativas com a Lei nº 5.764/1971. Esta Lei mantém a fiscalização das cooperativas de crédito sob a responsabilidade do BC. Em 1988, a Constituição Federal revogou a parte dessa Lei que condicionava a constituição e o funcionamento

das cooperativas à aprovação do Estado. As cooperativas de crédito continuaram sendo subordinadas em todos os aspectos ao BC.

Em 1992, a Resolução nº 1.914 do BC proibiu a criação de cooperativas do tipo Luzzati e estabeleceu como tipos básicos para o segmento no Brasil as cooperativas de economia e crédito mútuo e as de crédito rural. Em 1995, cinco anos após a extinção do BNCC, foi autorizada a constituição de bancos comerciais controlados por cooperativas de crédito (Bancos Cooperativos) e, posteriormente, os bancos múltiplos. Neste período foram criados o Bancoob, controlado pelo Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) e o Bansicredi, controlado pelo Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), que representam os maiores sistemas de cooperativas de crédito do Brasil.

É perceptível, neste período, um aumento geral no número de cooperativas, o que tem certa relação com a Resolução nº 2.771/2000 do BC, que reduziu os limites mínimos de patrimônio líquido exigidos para a constituição de cooperativas de crédito. Posteriormente foi autorizada a constituição de cooperativas de crédito de empresários e empreendedores, independente do ramo de atividade, o que também ampliou as possibilidades de formação de cooperativas. A partir de 2003, com a Resolução nº 3.106 do BC, foi autorizada a constituição de cooperativas de crédito de livre admissão, sem restrição quanto ao perfil dos cooperados, porém, com algumas limitações, como constituírem-se somente em localidades com menos de 100.000 habitantes e alguns limites mínimos de patrimônio de referência. Assim, seguiu-se a ampliação da participação das cooperativas de crédito no SFN. Elas foram ganhando espaço e ampliando suas operações, sendo autorizadas a contratar correspondentes no país (como as demais instituições financeiras), a atuar na distribuição de cotas de fundos de investimento abertos e foram ampliadas as condições de constituição das cooperativas de livre admissão, retirando algumas limitações.

Durante essa fase ainda surgiram importantes regulamentações: i) A Resolução nº 3.442/2007 do BC, que gerou transformações como a possibilidade de cooperativas de crédito de livre admissão em áreas com até 1,5 milhão de habitantes e a constituição de uma entidade de auditoria cooperativa composta por centrais cooperativas; ii) a Lei Complementar nº 130 de 2009, que inseriu definitivamente as cooperativas de crédito no SFN; e iii) a Resolução nº 3.859/2010, que alterou e

consolidou as normas referentes à constituição e funcionamento das cooperativas de crédito. Esse cenário conferiu ao cooperativismo de crédito maiores possibilidades de expansão e a sua consolidação no SFN.

Essa apresentação dos períodos vivenciados pelo cooperativismo de crédito no Brasil, sem querer aprofundar na história da evolução normativa¹⁵, tem o objetivo de indicar que o cooperativismo de crédito acompanhou as mudanças na regulação e está a elas condicionado. Por estarem integradas ao SFN, estas organizações estão autorizadas a realizarem uma série de serviços, como a captação de depósitos à vista, mas também se submetem ao enquadramento regulatório do setor financeiro, como discutiremos adiante.

2.1.1. As cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional

Sistema financeiro se refere a um conjunto de instituições que operam na manutenção de fluxos adequados entre poupadores e investidores, possibilitando a disponibilização de recursos financeiros a quem necessita e a remuneração daqueles que disponibilizam os recursos. O SFN é composto por diversas instituições, com diferentes finalidades: Instituições financeiras monetárias, Instituições financeiras não monetárias (não criam moeda escritural), Instituições financeiras auxiliares (apenas fazem intermediação entre poupadores e investidores) e as Instituições não financeiras (BITTENCOURT, 2001).

A estrutura do SFN é composta por subsistemas, responsáveis pela coordenação e execução de suas funções. O subsistema normativo, que regula as instituições financeiras, é composto principalmente pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). O subsistema de supervisão, responsável pela fiscalização e supervisão das instituições financeiras, é composto pelo Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Ainda existe o subsistema operativo, formado por aquelas instituições responsáveis pela execução das intermediações financeiras, por instituições financeiras captadoras

¹⁵ Para maiores aprofundamentos na história da evolução normativa do cooperativismo de crédito no Brasil, consultar Pinheiro (2008).

de depósitos à vista, bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros e demais instituições financeiras que realizam formalmente a intermediação de serviços e produtos financeiros.

As cooperativas de crédito são enquadradas pela Lei nº 4.595/1964 no subsistema operativo, como instituições financeiras captadoras de depósitos à vista, assim como os bancos comerciais com os quais estão equiparadas. De acordo com o Art. 47 desta Lei, consideram-se instituições financeiras “as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros”.

Esta inserção das cooperativas de crédito na estrutura do SFN lhes permitiu ampliar sua forma de atuação, possibilitando a captação de recursos. Elas se equiparam às demais instituições financeiras no que concerne à fiscalização e às normatizações. As cooperativas podem prestar basicamente os mesmos serviços que os bancos, porém, seus sócios são também os seus clientes. E como tal, almejar lucros exorbitantes através das intermediações financeiras seria retirar o ganho de seus sócios. Por essa natureza, as cooperativas de crédito são também caracterizadas como sociedades de pessoas sem fins lucrativos (Lei 5.764/1971), entretanto essa distinção, na prática, não lhes confere tratamento diferenciado. Para operarem com captação de depósitos precisam estar inseridas na estrutura do SFN e se enquadrarem às suas regulamentações. Portanto, como argumenta Pinheiro (2008), elas estão sujeitas à maioria das normas e determinações às quais são submetidas as demais instituições financeiras bancárias e conseqüentemente à lógica desse setor, induzida por essas normas.

Pode-se inferir, a partir da análise dos trabalhos de Soares e Melo Sobrinho (2008) (sobre o BC e as cooperativas de crédito) e de Pinheiro (2008) (sobre a história da evolução normativa dessas cooperativas), que o ambiente institucional no qual essas organizações estão inseridas estimula a criação de padrões desejáveis de comportamentos entre as instituições financeiras e determina mecanismos externos de monitoramento com vistas à missão de segurança sistêmica. Assim, desde a constituição e em seu funcionamento cotidiano, as cooperativas de crédito devem seguir rigorosos padrões para manterem-se operando e evitar a coerção dos órgãos fiscalizadores.

2.2. Organização do cooperativismo de crédito no Brasil

A Lei nº 5.764/1971, em seu art. 6º, dispõe sobre a caracterização das categorias de cooperativas, as quais podem ser cooperativas singulares (1º grau), formadas por no mínimo 20 cooperados, independente do tipo de cooperativa (crédito, agropecuária, habitação, etc.); as cooperativas centrais ou federações de cooperativas (2º grau), constituídas por no mínimo três cooperativas singulares; e as confederações de cooperativas, formadas por no mínimo três cooperativas centrais ou federações de cooperativas. Para as cooperativas de crédito a filiação de uma singular a uma central é um item de avaliação para autorização de funcionamento pelo BC. Inclusive, para se constituir uma cooperativa singular, quando não filiada a alguma central, os valores mínimos de capital social exigidos para a constituição são maiores.

As cooperativas centrais de crédito são entidades que exercem também a fiscalização das singulares, sendo este papel reconhecido legalmente pelo BC. A Resolução nº 3.321 de 2005, expedida pelo BC, dispõe sobre as funções das centrais cooperativas, indicando seu papel de supervisão do funcionamento das singulares filiadas, realização de auditorias periódicas, dentre outras. As centrais tornam-se, assim, um apoio operacional e técnico das singulares, provendo melhores resultados por meio da centralização de recursos e serviços. São também entidades mediadoras entre as singulares e o BC.

No Brasil, o cooperativismo de crédito está organizado em sistemas cooperativos, que geralmente envolvem cooperativas de todos os graus¹⁶. Os sistemas atualmente em operação apresentam perfis diferenciados e são classificados de acordo com suas características de organização (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008): *verticalizados e horizontalizados*, denominados também como *tradicionais e solidários*, respectivamente.

Os sistemas verticalizados objetivam ganhos por escala e estão organizados sob uma estrutura organizacional centralizada e piramidal, com as cooperativas singulares formando a base de sustentação, as centrais na zona intermediária e a

¹⁶ Vale ressaltar que algumas cooperativas no Brasil não estão vinculadas a sistemas cooperativos e são, por isso, denominadas como “independentes” ou “solteiras”.

confederação como poder central, localizada no topo da pirâmide. Estão representados no país pelos sistemas Sicoob, Sicredi e Unicred. Esses sistemas conformam a maior parte das cooperativas de crédito do Brasil. Como já mencionado, os sistemas Sicoob e Sicredi possuem bancos próprios, o Bancoob e o Bansicredi, respectivamente.

Já os sistemas horizontalizados trabalham com o público de baixa renda e fundamentam sua organização na formação de redes, sem a determinação hierárquica da estrutura organizacional e dos padrões de funcionamento das cooperativas verticalizadas, apesar de possuírem centrais e, recentemente, uma confederação (a Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária – Confesol). São formados por cooperativas de economia solidária, organizadas sob a forma radial e representadas no Brasil pelos sistemas Cresol, Ecosol, Ascoob, Creditag, Integrar, Credsol e Crehnor, todos vinculados à Associação Nacional das Cooperativas de Crédito de Economia familiar e solidária (Ancosol), que atua como representação política das cooperativas de economia solidária e agricultura familiar no Brasil.

As cooperativas dos sistemas verticalizados são filiadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), principal entidade de representação política do cooperativismo no Brasil, regulamentada na Lei nº 5.764/1971. De acordo com esta Lei, a OCB é a entidade responsável pela representação do sistema cooperativista nacional, por isso, as cooperativas deveriam se filiar a ela. Contudo, por divergências políticas e ideológicas, as cooperativas dos sistemas horizontalizados não são filiadas à OCB. As identidades do “cooperativismo solidário”, envolvendo populações de baixa renda e prezando por uma concepção de economia solidária, divergem quanto à unicidade de representação do cooperativismo no Brasil. Esse formato do cooperativismo ganha maior expressão a partir da constituição da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), em 2005, que se tornou a entidade nacional de representação política do cooperativismo solidário.

Com o apoio do Governo Federal, no mandato do presidente Lula, o cooperativismo solidário ganhou respaldo do Estado e se fortaleceu com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A Ancosol está filiada à Unicafes e juntas estas organizações articulam nacionalmente o cooperativismo

solidário. As cooperativas de crédito solidárias são as organizações de maior expressão na Unicafe. A partir da constituição dessas entidades, as cooperativas de crédito solidárias puderam ampliar seus diálogos e construir juntas pautas de atuação do segmento.

Tal ampliação da representação do cooperativismo demonstra que, embora a Lei ampare à OCB na representação nacional do cooperativismo, esta não é a única referência na área. A Figura 02 indica a evolução do número de cooperativas registradas na OCB e nas Juntas Comerciais do Brasil de 1990 a 2001. Para Búrigo (2006), mesmo que as organizações recém formadas possam demorar certo tempo para se filiarem aos respectivos órgãos de representação estaduais da OCB, os dados demonstram uma tendência crescente de cisão.

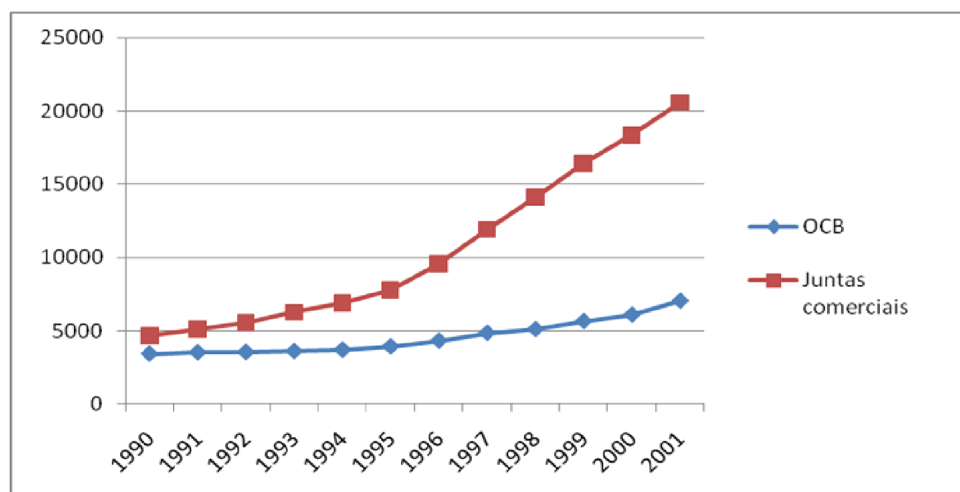


Figura 2: Evolução do número de cooperativas no Brasil (1990-2001).
Fonte: adaptado de Pires (2004) *apud* Búrigo (2006).

Além das diferenças nos públicos atendidos e nas entidades de representação, os sistemas cooperativos de crédito se diferenciam também, como já sinalizamos, pela forma de organização e estruturação das cooperativas. Como o nome indica, os sistemas verticalizados priorizam a integração vertical, diferente dos sistemas horizontalizados, que buscam uma integração horizontal e articulação em redes, mantendo uma intencional limitação de tamanho para facilitar o controle (BÚRIGO, 2006; SCHRÖDER, 2005; BITTENCOURT e ABRAMOVAY, 2003). A Tabela 1, a seguir, esboça um panorama geral sobre a expressão quantitativa do cooperativismo

de crédito no Brasil, entre as confederações existentes, e indica elementos da forma de organização dos sistemas cooperativos.

Tabela 1: O cooperativismo de crédito em números no Brasil – Data-base: jun/2010.

Tipo	Sicoob	Sicredi	Unicredi	Confesol	Outros	Independentes	Total no Brasil
Crédito Rural	77	14	-	202	11	31	335
Livre Admissão	122	80	7	-	2	5	216
Empresários	57	13	14	-	7	-	91
Outras	320	21	98	10	39	219	707
Total - coop. singulares	576	128	119	212		255	1.349
Centrais por confederação	14	5	10	5			39
PACs	1.301	999	268	263	93	119	3.043
Média de PACs/cooperativa	2,2	7,8	2,2	1,2	1,5	0,5	2,2

Fonte: BC (2010).

A média de PACs por cooperativa sinaliza o grau de verticalização dos sistemas. Em geral, quanto maior o número de PACs por cooperativa maior é a integração vertical, priorizando a centralização na estrutura organizacional, que facilita ganhos por escala. As cooperativas de crédito solidárias, vinculadas à Confesol, apresentam baixo grau de verticalização, assinalando uma característica fundamental entre os sistemas cooperativos solidários. Esta característica de organização leva o BC a categorizar os sistemas cooperativos de crédito em verticalizados e horizontalizados (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008). Tal característica tem a ver também com o tipo de cooperativa, uma vez que os sistemas Sicoob e Sicredi possuem amplo número de cooperativas de crédito de livre admissão e os sistemas do cooperativismo solidário são especialmente voltados para o meio rural, formados basicamente por cooperativas de crédito rural.

Contudo, independentemente do tipo ou forma de organização das cooperativas de crédito, a Tabela 1 aponta números importantes sobre o cooperativismo de crédito no Brasil. Com uma rede de atendimento composta por 1.349 cooperativas e 3.043 PACs espalhados pelo país, entre os mais variados sistemas de cooperativas, esse ramo do cooperativismo, apesar de ainda se mostrar “tímido” frente ao seu potencial, já se apresenta como um importante instrumento de

acesso ao crédito. Estes fatos contribuem para que o BC reconheça cada vez mais a importância estratégica do cooperativismo de crédito para a inclusão financeira no Brasil (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008). A Tabela 2 sintetiza a cobertura do atendimento do cooperativismo de crédito no Brasil, estratificado por região e apresentando o percentual dos municípios atendidos por cooperativas de crédito.

Tabela 2: Cobertura do atendimento do cooperativismo de crédito no Brasil – Data-base: jun/2008.

Regiões	Municípios				
	Total	Não atendidos		Atendidos	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Norte	449	402	89,50	47	10,50
Nordeste	1.793	1.643	91,60	150	8,40
Centro-Oeste	466	293	62,90	173	37,10
Sudeste	1.668	905	54,30	763	45,70
Sul	1.188	261	22	927	78
Total Brasil	5.564	3.504	63	2.060	37

Fonte: BC (2010).

Com essa margem de cobertura de 37% dos municípios brasileiros, o cooperativismo de crédito possui o desafio de ampliar sua capilaridade e expandir sua atuação. Isso se reflete em sua participação no SFN, que gira em torno de 2% das movimentações financeiras (BC, 2010), demonstrando que aumentar esse valor também deverá ser um foco deste ramo.

O cooperativismo de crédito solidário é importante nesse sentido. Mesmo tendo surgido apenas na década de 1990, já apresenta o quarto maior sistema cooperativo do Brasil, o sistema Cresol. Essas cooperativas ocupam um espaço importante no sistema financeiro, oferecendo produtos e serviços financeiros formais para um público de baixa renda, muitas vezes fora do escopo de atuação de outras instituições financeiras.

2.3. Cooperativismo de crédito rural solidário

O cooperativismo de crédito solidário, como observado na Tabela 1, começa a ser expressivo no Brasil através de sua representação pela Confesol, possuindo 212 cooperativas singulares e 263 PACs, além do quarto maior sistema. Tais questões

indicam a consolidação desse “novo” modo de funcionamento de cooperativas de crédito no Brasil (BÚRIGO, 2006), que vem despontando no cenário cooperativista nacional. Modelo assinalado também em estudos do BC, principalmente aqueles ligados às diferenças nas estruturas de governança nas cooperativas de crédito (BC, 2009a)¹⁷.

O movimento que deu origem ao cooperativismo de crédito rural solidário floresceu no período de redemocratização do país, entre os anos 1980 e 1990, protagonizado por movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais e setores vinculados à Igreja Católica. Estava em pauta nas mobilizações a exclusão financeira da agricultura familiar, a falta de políticas de crédito rural específicas ao segmento e a “bancarização das cooperativas de crédito” (BÚRIGO, 2006, 2007).

A bancarização das cooperativas de crédito foi relatada em Búrigo (2006, 2007) e em Schröder (1998) sobre experiências no sul do país, retratando um processo que tinha o objetivo de inserir as cooperativas de crédito como agentes financeiros na estrutura econômico-produtiva das cooperativas agropecuárias, tornando-se uma alternativa diante da redução do crédito rural oficial, que historicamente incentivou (e até subsidiou) seu crescimento. De acordo com Schröder (2005), foi especialmente no sul e no sudeste do país que surgiu um movimento de retomada das cooperativas de crédito rural após um período de dormência (caracterizado anteriormente como repressão jurídica). A OCB, por meio de suas representações estaduais, coordenou um movimento de constituição de cooperativas de crédito a partir das cooperativas agropecuárias, que seriam as “patrocinadoras” desse processo. Em contrapartida, estas cooperativas teriam agentes financeiros acoplados a sua estrutura, que poderia captar recursos oficiais e lhes oferecer serviços financeiros. Assim, as cooperativas de crédito tenderam a acompanhar as estratégias das cooperativas agropecuárias, selecionando o público beneficiado, em grande parte agricultores mais capitalizados, e também sua forma de gestão, conduzidas por técnicos especializados.

¹⁷ A pesquisa do Banco Central do Brasil sobre governança em cooperativas de crédito, denominada “Governança Cooperativa”, indicou que nas cooperativas de crédito solidárias a governança é diferenciada dos demais sistemas de cooperativas de crédito. A participação, por exemplo, é um elemento de diferenciação, pois nas cooperativas de crédito solidárias ela recebe importância especial, se manifestando não somente em assembleias, mas também nas discussões diárias e na vivência da rotina da cooperativa.

Nessa época, de acordo com Búrigo (2007), as cooperativas agropecuárias se tornaram grandes empresas agroindustriais, em determinados casos.

Esse processo acabou impondo níveis tecnológicos não compatíveis com a realidade da maioria das unidades familiares de produção agrícola, além de levar a uma seleção dos tomadores de crédito, já que o crédito estava disponível somente aos que adotassem o padrão tecnológico recomendado. (BÚRIGO, 2007, p. 50)

Este contexto fez com que o potencial das cooperativas de crédito fosse reduzido, reproduzindo condições de exclusão financeira, já apontadas nas políticas de crédito rural oficiais. O descompasso na atuação dessas cooperativas gerou o descrédito destas junto aos agricultores familiares (BÚRIGO, 2006, 2007; SCHRÖDER, 1998).

No meio rural brasileiro, os agricultores familiares e suas organizações representativas (sindicatos e associações) e de apoio (ONGs e entidades de assessoria) somente começaram a ver o cooperativismo de crédito como uma alternativa para ampliar e democratizar o acesso ao crédito rural no início dos anos 1990. Os projetos se desenvolveram a partir do trabalho de organizações não-governamentais e entidades de agricultores familiares, por meio da constituição de fundos de crédito rotativo, apoiados em recursos oriundos da cooperação internacional (BITTENCOURT, 2001; BÚRIGO, 2007). A primeira experiência do cooperativismo de crédito vinculada exclusivamente aos agricultores familiares ocorreu em Santa Catarina, com a fundação da Crediquilombo, em 1993 (SCHRÖDER, 1998). Esta experiência se expandiu e gerou uma série de iniciativas de organização popular para a constituição de cooperativas de crédito rural vinculadas à agricultura familiar a partir da “interação solidária”, que deram origem posteriormente ao sistema Cresol.

Esse tipo de cooperativa surgiu, portanto, como uma tentativa de recuperar o potencial do cooperativismo de crédito junto aos segmentos econômicos excluídos do sistema financeiro tradicional (BÚRIGO, 2006). Nesse sentido, o movimento denota um caráter “alternativo” ao cooperativismo de crédito tradicional, em que as cooperativas são inicialmente denominadas de cooperativas de crédito alternativas (SCHRÖDER, 1998). Como o cooperativismo de crédito solidário surge amparado por movimentos sociais e organizações sindicais, ganha rapidamente visibilidade nos

movimentos populares de organização da sociedade civil, ampliando as experiências por todo o Brasil.

O termo “alternativas”, que inicialmente caracterizou essas experiências, vai sendo gradativamente substituído pelo adjetivo “solidárias”, com o qual as organizações passam a se autodenominar e que também era utilizado por pesquisadores que a elas se referiam. O adjetivo, porém, não é apenas uma distinção de nomenclatura. Segundo Búrigo (2006), além de demarcar um campo político próprio de articulação que emergiu dentro do cooperativismo brasileiro, o termo solidário pretendeu sinalizar um conjunto de procedimentos e princípios que orientavam o funcionamento dessas organizações.

Uma cooperativa solidária é aquela que não se preocupa apenas em obter benefícios para seus sócios, mas procura estender a sua ação ao máximo de pessoas, buscando ainda se fortalecer em outras dimensões (social, cultural, política, etc.), que não só a econômico-financeira. A cooperativa solidária depende, portanto, de uma forte imersão na realidade de seu público-alvo para alcançar e manter sua legitimidade e cumprir seus objetivos (BÚRIGO, 2006).

Para Schröder (2005), o papel de garantir o acesso ao sistema financeiro será mais eficientemente exercido por organizações próximas da realidade do público que se pretende alcançar, pois relações duradouras e diversificadas entre instituições financeiras e segmentos de baixa renda dependem de instrumentos e estruturas de governança em que a flexibilidade do seu funcionamento seja seu principal ingrediente. Uma maior flexibilidade para a atuação possibilita igualmente um maior potencial criativo na formulação de produtos e serviços financeiros adequados à realidade de seu quadro social.

Desta forma, aponta-se a distinção de tais organizações em relação às demais cooperativas de crédito por três fatores, os quais caracterizam ainda a concepção adotada aqui sobre o que é uma cooperativa de crédito rural solidária: i) sua constituição é fruto de intensas mobilizações sociais e políticas da agricultura familiar e suas organizações representativas, indicando que a organização política precedeu a organização econômica; ii) os princípios que orientam sua ação estão diretamente associados à manutenção de relações solidárias através do crédito para contribuir com a qualidade de vida das comunidades nas quais estão inseridas, buscando superar uma atuação estritamente financeira; e iii) seu funcionamento se dá

de uma forma diferenciada, priorizando a proximidade com os cooperados e a flexibilização na concessão do crédito, buscando aumentar a amplitude (número de cooperados) e a profundidade (menores níveis de renda) de sua atuação. Neste sentido, a “proposta alternativa” que estas cooperativas carregam diz respeito ao manejo das finanças, com participação e inclusão social.

As experiências das cooperativas de crédito solidárias acabaram contribuindo para qualificar as discussões sobre a democratização do uso dos recursos financeiros oficiais e a participação dos setores de baixa renda no SFN. De acordo com Abramovay (2004b), essa contribuição se origina da vocação dessas cooperativas, qual seja fazer da oferta de crédito um meio para fortalecer o tecido econômico local e os horizontes de inserção social dos indivíduos para os quais o sistema bancário muito dificilmente abre as portas.

Estas questões fazem parte do referencial empírico utilizado por Bittencourt e Abramovay (2003) ao considerarem este tipo de cooperativa como uma inovação institucional no financiamento da agricultura familiar. A inovação está no fato de buscarem estratégias mais adequadas para atuação com um público desprovido de renda e garantias patrimoniais. Outra inovação é o fato de elas serem uma tentativa de fortalecer a luta política dos agricultores e, ao mesmo tempo, lidar com a formação de uma racionalidade econômica na gestão dos negócios.

Apesar de representarem uma forma particular de operacionalização do cooperativismo de crédito rural e abarcarem um público à margem dos circuitos formais de crédito, as cooperativas de crédito rural solidárias precisam atender as mesmas condições de funcionamento exigidas pelo BC para as cooperativas tradicionais. Não existe distinção jurídica ou legal destas cooperativas. Assim, a busca pela sustentabilidade econômica, articulando suas características próprias com a lógica de padronização do SFN, é um desafio constante para esse tipo de organização.

O panorama apresentado leva a analisar esse tipo de organização evidenciando seus componentes analíticos, distinguindo assim, três principais dimensões que lhe são constitutivas: i) regulatória; ii) econômica; iii) sociopolítica. Essas dimensões serão separadas apenas para fins analíticos, pois se articulam indissociavelmente no cotidiano do funcionamento das cooperativas de crédito rural solidárias.

Regulatória

A dimensão regulatória já foi sinteticamente apresentada na discussão sobre os marcos regulatórios que condicionam o funcionamento das cooperativas de crédito, por isso não será retomada a discussão que assinala que as organizações operam sobre intensa fiscalização e controle.

O marco legal do cooperativismo no Brasil, como já foi apresentado, está ancorado na Lei 5.764/71. Nos termos desta lei, uma cooperativa é definida como uma sociedade de pessoas, com natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos seus cooperados. Percebe-se aqui uma distinção das cooperativas de crédito em relação às demais instituições financeiras: o fato destas serem consideradas juridicamente como sociedade de pessoas e não de capital. Esta distinção, porém, pouco se reflete nas exigências legais e nos custos que elas implicam, o que prejudica as cooperativas de crédito em relação aos bancos tradicionais, que têm uma atuação com maior escala que as primeiras.

Como instituição financeira enquadrada na estrutura do SFN, as cooperativas de crédito devem obedecer também aos normativos que determinam a forma de operação das instituições no setor financeiro. Relembrando algumas das Leis que regulam a atuação das cooperativas de crédito é preciso mencionar a lei da reforma bancária (Lei nº 4.595/1964), que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e insere as cooperativas como captadoras de depósito à vista. Em abril de 2009 foi sancionada uma das mais importantes regulações, a Lei complementar nº 130, que dispõe sobre o sistema nacional de crédito cooperativo e altera vários artigos da lei anteriormente mencionada. As cooperativas de crédito, portanto, são regulamentadas por diversas resoluções, circulares e cartas circulares do Banco Central, principal órgão de fiscalização. São regulamentadas ainda pelas determinações estatutárias e as resoluções internas das Centrais Cooperativas e, ainda, pelo próprio estatuto social da cooperativa.

Até o ano 2000, para se constituir uma cooperativa de crédito, a Resolução nº 2.608 do CMN determinava a necessidade de R\$ 50.000,00 de patrimônio líquido, fato que inviabilizava iniciativas populares em todo o país. O sistema Cresol é uma exceção nesse sentido. Após consolidar uma rede de cooperativas de crédito

solidárias, promoveu uma série de mobilizações e discussões com o poder público, contribuindo para revogar a Resolução nº. 2.608 e instituir a Resolução nº. 2.771. Segundo Pinheiro (2008), esta nova resolução reduziu os limites mínimos de patrimônio líquido (PL), mas pouco alterou o quadro de limitações, pois torna necessária a adoção dos limites de PL ponderados pelo grau de risco do ativo, passivo e contas de compensação.

Atualmente, para se constituir uma cooperativa de crédito é necessário um projeto prévio, contendo principalmente uma descrição dos controles internos e das estimativas de crescimento em números de sócios e em PL nos cinco anos seguintes de funcionamento, sendo obrigatório para uma cooperativa singular, vinculada a uma Central, atingir R\$ 60.000 em PL no final desse período, sob pena de coerções legais (Resolução nº 3.859/2010). Essa medida exige o crescimento constante da cooperativa nos cinco primeiros anos, considerando, independentemente de sua forma de organização, que o crescimento gradual através de metas é sinônimo de estabilidade e segurança para as cooperativas de crédito.

Destacar a dimensão regulatória das cooperativas de crédito rural solidárias não implica em questionar a regulamentação das cooperativas no sistema financeiro, pois é fato que a manutenção da solidez do sistema depende de mecanismos de controle para as instituições. A questão é evidenciar que essas cooperativas obedecem a regras externas, elaboradas com base na lógica econômica do sistema financeiro. Tais regras e lógicas operam diretamente no cotidiano das organizações e seu atendimento é medida prévia para a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito.

Econômica

As cooperativas de crédito enquanto instituições financeiras possuem direcionamentos econômicos, os quais são parâmetros para a avaliação dos órgãos fiscalizadores. A dimensão econômica é, pois, o resultado esperado – e monitorado – pelo sistema financeiro para com as instituições que lhe compõem.

Como a cooperativa é uma organização que movimenta recursos financeiros, precisa demonstrar sua “saúde financeira” para continuar realizando tais operações. Expor condições de manutenção de sua liquidez é um dever também para com seus cooperados, que confiam o depósito de seus recursos à cooperativa. A liquidez de

uma cooperativa de crédito é, além disso, condição para ela se manter operando, pois qualquer indicativo contrário encontrado pelas auditorias periódicas do BC e de sua Central Cooperativa são motivos para intervenção externa. Assim, como qualquer outro empreendimento econômico, a cooperativa deve a todo tempo mostrar-se consolidada economicamente.

A dimensão econômica influencia diretamente o crescimento das organizações cooperativas. À medida que uma cooperativa cresce economicamente, cria condições para expandir sua atuação e seu portfólio de produtos e serviços. O crescimento, no entanto, deve ser acompanhado de uma mudança na estrutura da organização, pois uma estrutura inicialmente projetada para determinado porte, deverá se adequar para poder acompanhar o crescimento econômico da cooperativa. Geralmente, isso implica em maiores níveis de sistematização, uniformização de processos e na definição de parâmetros supostamente mais objetivos aplicados na avaliação de riscos.

Esta dimensão deve estar explícita para as cooperativas de crédito, mesmo para aquelas cuja atuação privilegia populações de baixa renda, pois está ligada à capacidade de operação da organização, como constata Jones (2004) em estudo sobre cooperativas de crédito britânicas. Este autor sinaliza que as cooperativas de crédito precisam manter certa taxa de crescimento para salvaguardarem sua saúde financeira, pois sem sócios suficientes para gerar ativos e poupanças consideráveis, dificilmente poderão se estabelecer como instituições financeiras eficazes e sustentáveis. A baixa adesão resulta em falta de força organizacional e financeira, interferindo na capacidade de oferecer uma gama de serviços financeiros de qualidade a custos acessíveis.

De acordo com os estudos de Jones (2004), pode-se inferir que, sem atender à perspectiva econômica, dificilmente as cooperativas de crédito poderão realizar seu potencial no combate à exclusão financeira. Encontra-se aqui uma interseção com a dimensão sociopolítica, pois o fortalecimento desta está relacionado ao fortalecimento das condições econômicas da organização, dado que as cooperativas precisam arcar com seus custos e diluir os riscos incidentes em sua operacionalização.

Assim como qualquer instituição financeira, as cooperativas estão sujeitas a vários tipos de riscos (principalmente de liquidez, operacional e de crédito) e de

custos. No que tange aos riscos, vale destacar o risco de crédito, relacionado ao fato de o credor não conseguir cumprir o pagamento de sua dívida (a inadimplência). Esse é um risco importante nessa contextualização, pois quando as cooperativas expandem seu quadro social para além das redes sociais a que pertencem seus diretores, o risco de transacionarem com atores oportunistas teoricamente aumenta e, conseqüentemente, o índice de recursos emprestados e não devolvidos também é elevado. A inadimplência e outros riscos são inerentes às instituições financeiras e se inserem na dimensão econômica.

Dentro da estrutura de custos podem-se inserir os custos regulatórios¹⁸, decorrentes da alta carga regulatória que incide sobre as cooperativas de crédito. Encontra-se aqui um ponto de convergência entre as dimensões regulatória e econômica. As atividades e custos de oportunidade gerados pela regulação formam custos reais às cooperativas, que interferem diretamente na organização.

A Figura 3 representa a relação entre as dimensões. Nota-se que, no eixo da ordenada que expressa a complexidade dos requisitos normativos incidentes sobre as cooperativas, existe uma “mínima admissível”, representando a carga regulatória mínima necessária para a constituição e o funcionamento de uma cooperativa de crédito. Quanto maior o porte e os riscos de uma cooperativa de crédito maior será a complexidade dos requisitos normativos e vice-versa, sendo essa uma tendência induzida pelos órgãos reguladores.

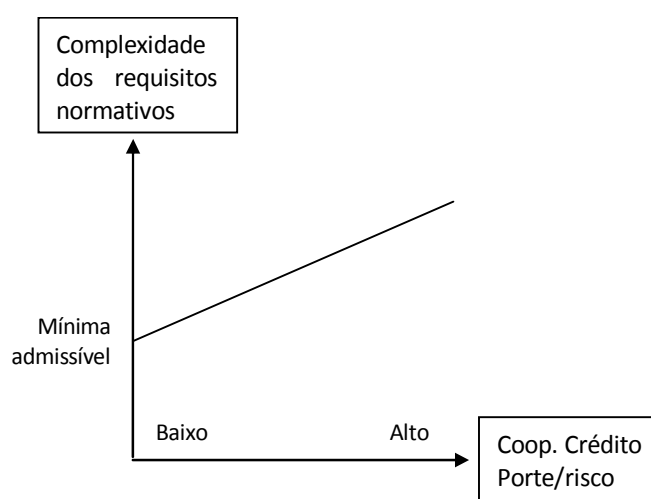


Figura 3: Relação das dimensões regulatória e econômica.

¹⁸ Os custos regulatórios são formados por custos de oportunidade e custos operacionais, que surgem de atividades ou mudança na atividade que são exigidas pela regulação.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de BC (2009).

Neste sentido, uma cooperativa de crédito solidária tendendo ao crescimento e à complexidade de suas normas, poderia estar se afastando de seu público-alvo na medida em que exija formas mais seletivas de concessão do crédito para diminuir os riscos. Afastar-se-ia, assim, de sua dimensão sociopolítica, expressa pelos objetivos e princípios da ação socialmente referenciada. Para Abramovay (2006), técnicas administrativas convencionais e formas rígidas de controle podem ameaçar os objetivos sociais das cooperativas, através de sua condução a um processo seletivo de concessão de crédito, o que pode levá-las a lidar com segmentos mais capitalizados das regiões onde atuam.

Essa dimensão destaca a importância da preocupação com a situação econômica das cooperativas. É inclusive o principal elemento de legitimidade no sistema financeiro, como também parâmetro para a fiscalização das instituições financeiras. A convergência entre as dimensões regulatória e econômica indica a formação de uma racionalidade bancária na condução da instituição financeira, reforçada constantemente pelas formas de regulamentação, baseadas numa lógica estratégica para o sistema financeiro, de padronização sistêmica.

Sociopolítica

Por sua dimensão sociopolítica, as cooperativas de crédito rural solidárias buscam as seguintes distinções em relação aos outros tipos de instituições financeiras: i) como donos e clientes, os cooperados devem ter vez e voz; ii) apoiarem-se em princípios sólidos de cooperação e solidariedade; iii) não se orientarem pela expectativa de maximização do lucro; mas sim, para iv) relações interpessoais de longo prazo com seus cooperados.

Segundo os principais estudos sobre o tema, abordando os sistemas Cresol no Sul do Brasil (BÚRIGO, 2006, 2007; SCHRÖDER, 1998, 2005; BITTENCOURT, 2003; JUNQUEIRA, 2003) e Ascoob na Bahia (MAGALHÃES, 2005), esse tipo de cooperativa possui forte orientação social e não apenas econômica; atuam próximas ao seu público-alvo, buscando a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde estão inseridas; são cooperativas que se articulam com outras organizações locais, se engajando na luta política pelo fortalecimento da agricultura familiar.

Por terem sido edificadas sobre um segmento que possui histórica orientação social (agricultura familiar), devido ao seu modo de vida e sobre a concepção política que orienta sua ação, as cooperativas de crédito rural solidárias mantêm seus objetivos sociopolíticos explícitos na condução de suas atividades. A herança político-religiosa das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica exerceu forte influência na estrutura organizativa da agricultura familiar das localidades onde surgiram os sistemas de cooperativas de crédito solidário e se reflete em seus padrões de comportamento (JUNQUEIRA, 2003; MAGALHÃES, 2005). Portanto, não se trata apenas de viabilizar o acesso ao crédito, mas de constituir cooperativas que possibilitem transformá-lo em um instrumento de inclusão social e luta contra a pobreza.

A dimensão sociopolítica está expressa nas ações empreendidas pelas cooperativas em conjunto com organizações de base da agricultura familiar. Trata-se, como sinalizaram Junqueira (2003), Magalhães (2005) e Búrigo (2006), de ações ligadas principalmente à: i) questão fundiária – garantia de acesso a terra aos agricultores familiares; ii) questão ambiental – preservação do meio ambiente e manejo sustentável das propriedades, baseado nos princípios da agroecologia; e iii) economia solidária, baseada na organização de empreendimentos econômico-solidários e no comércio justo. Estas são questões que do mesmo modo orientam a atuação destas cooperativas e que notadamente demarcam suas especificidades.

Esta dimensão salienta o contexto no qual tais organizações se edificam, o qual lhes imprime características particulares na operacionalização dos serviços financeiros. Isso indica que existe outra lógica que condiciona o funcionamento e a gestão das cooperativas, que não apenas as determinações dos órgãos oficiais ou os imperativos de competitividade do mercado.

Ao se criar, pois, as cooperativas de crédito, a racionalidade formada pela trajetória política da agricultura familiar vai de encontro à racionalidade de uma instituição financeira. Nesse tipo de cooperativa, como argumenta Abramovay (2006), a racionalidade mercantil é introduzida no interior das comunidades rurais por atores que fazem parte de movimentos sociais organizados e que não têm a pretensão de renunciar a seus ideais emancipatórios quando constroem as organizações.

As cooperativas de crédito rural solidárias estão expostas, portanto, a uma dupla pressão: (i) do grupo social que a constitui, orientado por sua trajetória sociopolítica marcada por lutas sociais em defesa de direitos; e, (ii) do ambiente institucional que regula a operacionalização das instituições financeiras, induzindo padrões de comportamento e o desempenho das mesmas. Isso configura um dilema no desenvolvimento destas organizações, pois ceder a formatos organizacionais tradicionais (como os bancos comerciais) para garantir o crescimento dos negócios, por exemplo, poderia obstruir sua via de acesso ao seu público-alvo.

Esse dilema, formado pela divergência entre a lógica das dimensões econômica e regulatória e a lógica formada pela dimensão sociopolítica é constatado também por Magalhães (2005), em estudo empírico sobre o sistema Ascoob na Bahia. Tal dilema é central nas cooperativas de crédito solidárias analisadas por ele, cuja conclusão é que,

[...] de um lado impera uma racionalidade formal, condicionada pelos resultados financeiros da organização e de outro uma racionalidade substantiva, condicionada por determinados postulados valorativos, como inclusão social, redução da pobreza, organização democrática, valores comunitários, etc. (MAGALHÃES, 2005, p. 132).

Junqueira (2003, p. 17), ao analisar os desafios das microfinanças a partir do sistema Cresol, assinala a vivência do dilema citado como um desafio das instituições de microfinanças. Para o autor, é importante que se reconheça que “[...] existe um *trade-off* entre os objetivos de ampliar a base social em direção aos mais pobres e garantir a saúde financeira da entidade”. O dilema é recorrente nos empreendimentos cooperativos, entretanto é especialmente delicado quando se trata das cooperativas de crédito rural solidárias, construídas por movimentos sociais, mas fortemente reguladas por órgãos externos. Esta questão particulariza tal dilema e sinaliza a possibilidade de inflexão no comportamento das organizações¹⁹.

Contudo, é importante relativizar o dilema, pois este não deve, de maneira estrita, ser considerado um “mundo bipolarizado” dessas organizações. O funcionamento das cooperativas de crédito solidárias e sua consolidação institucional perpassam essas dimensões de seu contexto e devem considerá-las em suas

¹⁹ A inflexão no comportamento organizacional corresponde a um momento a partir do qual o sistema ingressou numa trajetória de transição após um período de estabilidade estrutural e funcional.

estratégias. O formato organizacional cooperativo inserido no contexto específico de populações rurais de baixa renda precisa se adequar aos padrões institucionais do setor financeiro. Superar este dilema se torna, então, fator decisivo para que as cooperativas consigam disponibilizar o crédito a segmentos anteriormente excluídos do sistema financeiro e das políticas de crédito implementadas pelo Estado.

3. MICROFINANÇAS E ISOMORFISMO

Pretende-se, neste capítulo, sublinhar os fundamentos das experiências de microfinanças que serviram (e ainda servem) de referência para construção de novos formatos organizacionais no cooperativismo de crédito, tornando-se a base para as estratégias de operacionalização das cooperativas de crédito rural solidárias. É foco também neste item o *isomorfismo* nas Instituições de Microfinanças, especialmente nas cooperativas de crédito.

3.1. A lógica do setor bancário tradicional e suas limitações

O setor financeiro brasileiro sofreu importantes transformações na transição de um contexto de alta para baixa inflação. A intervenção do Estado nesse segmento foi decisiva, promovendo uma reestruturação do sistema, especialmente mediante a execução do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) e do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Estadual (Proes)²⁰. Os bancos, principais instituições financeiras deste setor, tornaram-se mais eficientes na intermediação financeira e obtiveram melhores resultados, como uma resposta dinâmica ao cenário de estabilidade monetária e conseguiram a preservação de elevados níveis de rentabilidade (OLIVEIRA, 2008). Contudo, este autor constata que se por um lado observou-se grande eficiência, por outro estas instituições têm se mostrado ineficientes, seja no âmbito de sua contribuição para o financiamento do desenvolvimento seja no que compete à integração de uma parcela importante da população ao mercado de serviços financeiros.

Notadamente, a sofisticação do setor bancário brasileiro não se traduz em termos de ampliação e diversificação do alcance dos serviços financeiros e da eficiência social das instituições. Com efeito, destaca-se uma situação de “agonia financeira” (OLIVEIRA, 2008) para uma parcela significativa da sociedade, que fica

²⁰ Embora com objetivos diferentes, os programas implementados foram decisivos para definir a atual estrutura do Sistema Financeiro Nacional, no marco dos quais houve privatização de bancos estaduais, fusões bancárias, fechamento de bancos e socorro a bancos falidos, assim, segundo Couto e Abrucio (2003) foi de fato realizada uma grande reforma, adequando o sistema bancário brasileiro aos padrões internacionais.

à margem dos circuitos financeiros formais e sujeita a relações de exploração pelo crédito, reproduzindo desigualdades sociais.

A lógica de atuação das IF na mediação com populações de baixa renda esbarra constantemente em elevados custos fixos para operações de baixos montantes. Esta mediação é expressa pela relação entre credores e devedores e é marcada por uma assimetria de informação nas transações, gerando comumente dois tipos de problemas que interferem diretamente na capilaridade ou seletividade da organização: i) a seleção adversa, que envolve, muitas vezes pelo distanciamento social, o desconhecimento por parte do credor para com o tomador, limitando a qualidade da avaliação da capacidade de pagamento – é, portanto, anterior à realização da transação; e ii) o risco moral (*moral hazard*), relacionado às dificuldades de previsão e monitoramento dos comportamentos futuros e das condições de viabilidade dos investimentos realizados – é um problema posterior à concessão do empréstimo.

Na tentativa de explicitar as dificuldades que permeiam as relações entre instituições bancárias e os segmentos econômicos de baixa renda, Schröder (2005) argumenta que é preciso considerar o processo de diferenciação social entre os mesmos, pois dificilmente integram circuitos sociais semelhantes. Geralmente, a oferta bancária de serviços financeiros não está conectada às demandas da população de baixa renda pelo fato destes desenvolverem atividades produtivas diversificadas e em escala reduzida, além de possuírem pouca ou nenhuma garantia patrimonial como contrapartida para as instituições financeiras.

Segundo Schröder (2005), os arranjos institucionais bancários apresentam limites para o atendimento das famílias de baixa renda, pelas barreiras culturais, organizacionais e institucionais que os separam e por não possuírem tecnologias financeiras adequadas a este segmento. Isso permeia o debate sobre a lógica de atuação e organização das instituições bancárias, traduzida em suas principais características, de acordo com a autora:

- Altas taxas de juros praticadas no mercado, *spreads*²¹ elevados e um número reduzido de operações. A consequência é o elevado custo do crédito bancário que, em conjunto com sua oferta reduzida, amplia e reforça as restrições para o acesso;
- Estrutura de gestão verticalizada, onde o processo decisório depende dos imperativos de competitividade nos mercados financeiros, que estimulam processos de fusão, privatização e concentração bancária. Fatores que perpetuam uma grande distância entre a estrutura de gestão e os espaços de interação de seus clientes;
- A existência de elevados custos de transação leva os mercados formais (e tradicionais) de crédito a incorporarem determinados elementos ao seu *modus operandi*, como a exigência de garantias patrimoniais como contrapartida nos contratos. Todavia, a requisição dessas garantias para os agricultores familiares, por exemplo, é frequentemente, uma restrição para o acesso ao crédito;
- Falta de familiaridade das instituições bancárias com a dinâmica econômico-produtiva das populações de baixa renda, intensificando os custos e problemas nas operações de crédito com esse segmento.

Tendo em vista que a intermediação bancária não é adaptada ao perfil e as necessidades de funcionamento dos pequenos empreendimentos, as técnicas convencionais de avaliação do risco e da capacidade de pagamento tornam o processo de concessão do crédito algo bastante oneroso. O estudo de Ferrary (2003), sobre diferentes formas de avaliação do risco em instituições bancárias francesas, aponta para o fato de que os mecanismos instrumentais de monitoramento e avaliação do crédito nos bancos são limitados e tendem a seletivizar os clientes por lidar apenas com informações objetivas, baseadas principalmente em bens materiais e recursos monetários. Neste sentido, financiar empreendimentos de agricultores familiares não seria viável, pois é impossível determinar uma distribuição estatística da probabilidade de falência no âmbito de um perfil objetivo dos pequenos negócios.

²¹ *Spread* corresponde à diferença entre os juros cobrados pelas instituições financeiras aos tomadores em operações de crédito (principalmente em empréstimos) e os juros pagos aos poupadores e investidores em suas aplicações na instituição financeira. Assim, quanto maior o *spread*, maior será o lucro obtido nas operações financeiras.

A eficiência da instrumentalização, portanto, é negada pela heterogeneidade do ambiente.

As características de um mercado de crédito diversificado com o perfil de baixa renda não são de fácil leitura pelas estruturas bancárias, considerada a distância entre os circuitos sociais que integram, por exemplo, agricultores familiares e gerentes de agências bancárias. Estes elementos combinados tornam as operações microfinanceiras pouco atraentes ou de retorno muito lento segundo a lógica mercantil do setor bancário tradicional.

Sob a lógica bancária, por conseguinte, pode-se sintetizar dois principais grupos de fatores que restringem o acesso ao crédito a indivíduos e famílias de baixa renda, os quais são também apontados por Neri (2008): i) o alto custo operacional e a representação de alto risco no manejo de pequenas operações de crédito para populações de baixa renda, e ii) as fragilidades metodológicas de natureza informacional que resultam em dificuldades de monitoramento e exigência de garantias patrimoniais e de histórico de crédito.

3.2. Microfinanças: Inovações na oferta de serviços financeiros para populações de baixa renda

Para facilitar a apreensão do termo, pode-se definir microfinanças a partir da noção de Neri (2008), como uma série de serviços financeiros de baixo valor concedidos a pessoas e famílias de baixa renda, sejam elas do meio rural ou urbano. Microfinanças, então, não se limitam a pequenos empréstimos, mas referem-se a uma gama de serviços financeiros diversos, que incluem microcrédito, micropoupanças, microseguros, crédito imobiliário e remessas de imigrantes, para citar apenas os principais. Sua principal função, segundo aquele autor, é aumentar a capilaridade do sistema financeiro em seus diversos segmentos, dando ênfase ao crédito, à poupança e ao seguro como instrumentos financeiros da reprodução social de famílias de baixa renda.

Nesta perspectiva, o objetivo principal das microfinanças é ampliar o alcance dos financiamentos, buscando atingir aqueles sujeitos que não interessam ao sistema financeiro tradicional. Suas distinções fundamentais estão nos princípios e metodologias empregados para atingir este objetivo. A questão central das microfinanças, como argumenta Junqueira (2003), está em efetivar mecanismos de

seleção e monitoramento coerentes com os propósitos das organizações, aliando sustentabilidade institucional, capilaridade do crédito e taxas de juros condizentes com as condições dos potenciais beneficiários.

A operacionalização dos serviços microfinanceiros é feita pelas chamadas Instituições de Microfinanças (IMFs) e por alguns bancos, principalmente públicos. Ao lidar com um público cuja demanda financeira é heterogênea e diversificada²², estas instituições precisam compreender o tempo e as condições de acesso para formularem mecanismos de operacionalização dos serviços – que não se limitem ao fornecimento de crédito.

Uma das principais experiências nesse sentido é o já citado *Grameen Bank*, em Bangladesh, que contribuiu para o reconhecimento internacional das microfinanças a partir da concessão do prêmio Nobel da Paz a Muhammad Yunus, em 2006. No Brasil, uma experiência emblemática é a do Banco do Nordeste com o CrediAmigo, possibilitando a inclusão financeira no meio rural através do microcrédito. Estas experiências se apropriam de tecnologias que conjugam as garantias formais e individuais com formas de empréstimos e avaliação de risco mais flexíveis, alguns avalizados coletivamente por grupos de pessoas e não apenas por bens materiais.

O *Gramem Bank* inaugurou, no campo das microfinanças, importantes contribuições metodológicas, hoje institucionalizadas por diversas organizações (YUNUS, 2000). De acordo com Neri (2008), suas principais contribuições estão relacionadas aos empréstimos solidários (*group lending*) realizados em grupos de indivíduos como forma de seleção e garantias, a adaptação sazonal no fornecimento de empréstimos, além da visão pró-ativa de um banco que vai em direção às pessoas.

A inovação das metodologias microfinanceiras está no fato de que elas criaram canais viáveis para operacionalização do crédito, uma vez que conseguiu reduzir custos fixos e custos operacionais para disponibilizar pequenos empréstimos, o que com frequência se colocava como principal entrave para disponibilização de

²² Abramovay (2004) organizou uma série de estudos que analisam a vida financeira de populações pobres, com destaque para agricultores familiares, em diversas regiões do Brasil. É apresentada por vários estudos de caso, a rica densidade da vida financeira de famílias pobres, que manejam cotidianamente uma grande variedade de serviços financeiros, muitos deles informais, e que mesmo em situação de extrema pobreza as famílias esforçam-se para fazerem poupanças e seguros. Foi constatado que a pluriatividade, com frequência, se torna a característica mais importante da formação da renda dos agricultores familiares, o que contribui para diversificar as demandas financeiras.

crédito a populações de baixa renda. Estas metodologias microfinanceiras são igualmente relevantes por suprirem falhas de mercado de natureza informacional, como os problemas de assimetria de informação. Os lastros de financiamento por garantias grupais, ou seja, formas de monitoramento dos investimentos através de empréstimos coletivos auxiliam na substituição de exigências, como propriedades regularizadas e fluxos de renda comprováveis, na medida em que a própria pressão social no interior dos grupos, ligada à reputação de seus membros, age funcionalmente como mecanismo de monitoramento.

Os empréstimos solidários ou empréstimos com aval solidário podem ser considerados como uma das principais contribuições metodológicas. Partindo do pressuposto de que os indivíduos de baixa renda têm capacidade de investir e empreender negócios, mas lhes faltam garantias para acessar capital financeiro para investimentos, o aval solidário surge como uma forma de concessão de crédito em IMFs, não a um indivíduo isoladamente, mas a um grupo de indivíduos que tomam os empréstimos em conjunto e se obrigam mutuamente a pagar, sendo todos mutuamente responsáveis pelos mesmos. O aval é solidário porque todos são avalistas de todos e solidariamente se comprometem com o grupo.

Esta forma de conceder empréstimos já é em si mesma um mecanismo de seleção e monitoramento prévio que utiliza de dispositivos sociais e não apenas formais e é por isso denominado por Neri (2008) como “colateral social”. A seleção tende a acontecer na medida em que um indivíduo não fará parte de um grupo de empréstimo coletivo se desconfiar que algum membro desse grupo não tenha capacidade de pagar sua dívida ou não irá avalizar e assumir riscos de alguém em quem não confia²³. O conhecimento pessoal prévio e a *confiança* são fatores inerentes a este processo de seleção, assim como mostrou Ferrary (2003). A eficiência destes mecanismos sociais é identificada na importância dos bens em jogo. Não se tratam apenas de bens patrimoniais dados como garantia, já que os indivíduos de baixa renda pouco têm a oferecer nesse sentido às instituições bancárias, mas de bens intangíveis, como a reputação individual e familiar, as quais, neste contexto, se tornam alguns dos maiores patrimônios preservados pelas famílias de baixa renda.

²³ Esse argumento não considera que um indivíduo deixe de participar de um grupo de empréstimo coletivo ou não avalizar outro indivíduo por discriminação ou formas de desavença, apesar de ser uma possibilidade concreta.

A apropriação da dinâmica social dos grupos na operacionalização dos serviços financeiros permite, em princípio, que os vínculos sociais pré-existentis atuem mecanismos de regulação do comportamento (questão moral – se um não pagar vai comprometer todos). Este monitoramento social amplia as formas de punição, principalmente à medida que pode induzir a perda de reconhecimento dentro de uma comunidade para aqueles que comprometerem o grupo do qual fazem parte, metodologia inicialmente operada pelo *Grameen Bank* (YUNUS, 2000), que resultou numa capilaridade surpreendente do banco, conjugada à baixa inadimplência dos tomadores.

No Brasil, o aval solidário é utilizado principalmente em programas de crédito rotativo e mais recentemente pelas cooperativas de crédito solidárias. Os exemplos do sistema Cresol no Sul do Brasil são contundentes na avaliação da eficiência dos mecanismos sociais de monitoramento do crédito (BÚRIGO, 2006; SCHRÖDER, 2005). As cooperativas de crédito rural solidárias do sistema Cresol são exemplos em que o aval solidário foi institucionalizado como mecanismo de concessão de empréstimos.

Outra metodologia de microfinanças, muito utilizada e apropriada por diversas organizações, é o que Neri (2008) denominou “incentivos dinâmicos”. É uma estratégia que explora interações repetidas e periódicas entre tomadores e credores, criando uma estrutura de incentivos dinâmicos ao pagamento e continuação das interações sob ordem progressiva de créditos liberados. Para o autor, a dinâmica desta metodologia se dá da seguinte forma:

O banco fornece empréstimos crescentes ao longo do tempo (*progressive lending* ou *step lending*), condicionados ao pagamento dos anteriores, e não renovação do contrato com os tomadores no caso de calote (*default*), reforçada pelo esperado fluxo futuro crescente de empréstimos, atua como um forte incentivo ao pagamento. (...) Além disso, o fato de se começar a relação com pequenos montantes permite ao banco testar os tomadores antes de expandir o valor do empréstimo, e separar os maus tomadores antes da expansão (NERI, 2008, p. 37).

Aliado a essas metodologias, foi inaugurada também a figura do agente de crédito, que se tornou amplamente difundida no cooperativismo de crédito como um todo. No campo das microfinanças, especialmente nas cooperativas de crédito solidárias, a literatura aponta este agente como um “tecelão de redes sociais”

(JUNQUEIRA, 2003), pois atua no monitoramento das carteiras de crédito por meio de contatos pessoais com os tomadores e potenciais tomadores de empréstimo, fortalecendo laços financeiros e sociais. Além de permitir conhecer o público-alvo, permite ainda caracterizar as demandas financeiras e os perfis de cada tipo de público. O contato direto e pessoal pode viabilizar a formação de vínculos de confiança entre as partes, o que facilitaria a captação de informações sobre os tomadores pelos credores e o acesso ao crédito pelos tomadores.

Este tipo de metodologia adotada para o fornecimento de serviços financeiros a populações de baixa renda torna-se uma distinção ponderável sobre os formatos tradicionais de concessão de crédito dos bancos comerciais. As metodologias de operacionalização dos serviços transformam-se em instrumentos de modelagem organizacional por imprimirem nova dinâmica ao funcionamento das instituições financeiras. As microfinanças, portanto, criam uma nova lógica de funcionamento para se tornarem financeiramente viáveis, economicamente contextualizadas e socialmente úteis. Apesar do rigor técnico não ser abandonado nas análises das carteiras de crédito, as IMFs utilizam-se de vínculos de *confiança* e relações de proximidade na avaliação e no monitoramento.

Sob esta lógica os serviços financeiros são concebidos como parte das estratégias de reprodução social das famílias de baixa renda, de intensa necessidade no cotidiano da unidade de produção. Assim, a necessidade de manter as fontes de financiamento é evidente, contribuindo para a promoção de esforços familiares no pagamento de empréstimos e na realização de poupanças e seguros. O crédito na hora certa, em quantidade suficiente e a um preço adequado é um instrumento de promoção de atividades produtivas e de melhoria da qualidade de vida de populações carentes, especialmente no meio rural (ABRAMOVAY, 2004b).

3.3. Governança e Isomorfismo

IMFs podem ser ONGs, Organizações Civas de Interesse Público (OCIPs), Bancos Comunitários, Cooperativas de Crédito e também alguns bancos. No entanto, independente do tipo, elas apresentam desafios similares. Neste quesito, concorda-se com Lapenu e Pierret (2007, p. 7), para as quais “[...] el actual desafío de la mayoría de las instituciones de Microfinanzas consiste en su institucionalización y

perennidad”. As autoras apontam que a perenidade das IMFs não se restringe a sua viabilidade financeira e a adaptação aos marcos jurídicos existentes, mas também a uma visão estratégica bem definida e uma organização transparente, eficiente e legítima para todos os atores diretamente envolvidos, principalmente ao seu público-alvo. Desta forma, as IMFs, apesar de poderem tender à massificação e expansão contínua, precisam partir de um conhecimento autêntico e profundo do segmento de mercado no qual operam, respondendo a uma demanda concreta.

A regulação das IMFs é um fator preponderante nesta discussão, pois estabelece padrões de comportamento organizacional e pode definir sua capacidade operacional. O Banco Central é o principal órgão oficial de regulação do setor no Brasil, que impõe normas e diretrizes para a operação de instituições financeiras. No Brasil, várias organizações que compõem o rol das IMFs não podem captar depósitos, pois a legislação pertinente ao setor apenas permite às cooperativas de crédito e aos bancos realizar atividades formais de poupança, excluindo da operação desse serviço os Bancos do Povo, as ONGs, OCIPs e Sociedades de Crédito Mútuo.

Sob este aspecto, a maioria das IMFs ainda não se enquadra em sistemas oficiais de regulação, o que restringe seu portfólio de serviços. Por outro lado, de acordo com Jansson (2000), em um ambiente regulado oficialmente, como aquele onde se inserem as cooperativas de crédito, as IMFs enfrentam quatro problemas potenciais, quais sejam: i) capital mínimo para constituição e operação; ii) classificação de empréstimos; iii) restrições às taxas de juros; e, iv) custos regulatórios, oriundos das atividades mínimas despendidas para atender a normas regulatórias.

Estimativas realizadas por Jansson (2000) apontam que no primeiro ano de funcionamento de IMFs reguladas oficialmente, 3% de seus ativos ficam comprometidos com os requerimentos para a regulação. Estes custos regulatórios tendem a decrescer ao longo do tempo de funcionamento à medida que a instituição se ajusta às regulações. Esta estimativa na visão das autoridades supervisoras gira em torno de 1% do ativo das IMFs (JANSSON, 2000).

Com efeito, além das características acima mencionadas, a capacidade de atuação das IMFs está associada principalmente à natureza das relações que estabelecem com seu público. A capacidade de estender sua atuação aos segmentos de baixa renda, de efetivar parcerias estratégicas e se consolidar como agente

democratizante das finanças vai depender dos mecanismos de coordenação e controle das transações. Estes mecanismos fazem parte da capacidade de resposta das IMFs às condições ambientais, ligadas às demandas financeiras e condições de acesso do público e às formas de regulação às quais são submetidas. Tais questões dizem respeito à *governança*, conceito frequentemente usado por instituições financeiras em todo o mundo.

A *governança* em instituições financeiras é caracterizada pela forte regulação e supervisão externas, seja pela via legislativa, seja pela ação de instituições como o Banco Central, no caso do Brasil. Os trabalhos sobre *governança* em IMFs requerem ampliar os marcos e categorias analíticas de estudo para levar em conta a totalidade dos atores implicados nos sistemas de financiamento (funcionários, tomadores, gerentes, diretores, assessores, entidades parceiras, Estado, etc.), assim como a diversidade e a homogeneidade de formas organizacionais (LAPENU e PIERRET, 2007).

Em termos conceituais,

[...] la gobernabilidad de una institución de Microfinanzas, basada sobre su estructura de propiedad, agrupa la totalidad de mecanismos a partir de los cuales los actores (directivos, asalariados, otros) definen y persiguen la misión de la institución (particularmente la población meta, los servicios y la cobertura geográfica) y aseguran su perennidad adaptándose al entorno, previniendo y superando las crisis. (LAPENU e PIERRET, 2007, p. 8)

Nesta definição de *governança* entram em cena elementos referentes ao sistema de poder da organização e a capacidade de resolver os conflitos que dele derivam. De acordo com as autoras citadas anteriormente, as preocupações das instituições de microfinanças, como as cooperativas de crédito, em termos de *governança*, se inscrevem no marco de um objetivo global de perenidade e de busca por legitimidade.

No que se refere ao cooperativismo de crédito, os mecanismos de *governança* devem ser adequados à regulação do sistema financeiro. Como já discutido, essas organizações precisam se submeter a fortes regulações do Banco Central, que induz a padronização entre as instituições financeiras. As pressões normativas com as quais

precisam lidar as cooperativas de crédito configuram o ambiente institucional²⁴ do qual fazem parte. Um ambiente regulatório comum entre as instituições financeiras, que são compostas por diferentes tipos de organizações, reflete numa série de pressões institucionais com vistas à segurança sistêmica.

Independente do público a que se destinam e do tipo de organização que representam, as cooperativas de crédito, devido ao seu enquadramento no SFN, precisam se submeter a normas e padrões de funcionamento similares aos das demais instituições financeiras. Os mecanismos de governança e o próprio formato organizacional precisam estar em conformidade com as exigências do BC. Valadares (2003) também sinaliza essas pressões coercitivas. Para o autor trata-se de um processo institucional que contribui para o *isomorfismo* entre as organizações.

No campo das microfinanças, principalmente entre as organizações reguladas oficialmente, a busca por legitimidade e sustentabilidade pode levar ao *isomorfismo*. Para Carvalho *et al.* (2009), o segmento microfinanceiro vem passando por transformações recentes e, especificamente as IMFs, apresentando direcionamentos mais focados em sustentabilidade e resultados, o que leva as organizações a buscarem se adaptar ao ambiente e adotarem práticas e formas organizacionais já consagradas e legítimas. Entretanto, para os autores, as organizações podem vir a ser mais funcionais e instrumentais, num processo isomórfico de adequação normativa e de busca por eficiência que preze pela predominância da gestão estratégica sobre seus valores e ideais sociopolíticos.

3.4. Isomorfismo: uma abordagem conceitual

Ao falar desse fenômeno não se poderia deixar de trazer à baila a vertente institucionalista da teoria organizacional²⁵, especificamente os conceitos de *isomorfismo* e *campo organizacional*, empregados neste trabalho para explicar teoricamente o fundamento das mudanças organizacionais em curso nas cooperativas do sistema Ecosol/MG. Estes conceitos estão inseridos na escola de pensamento do

²⁴ Entende-se por “ambiente institucional” o meio no qual são estabelecidas e difundidas regras e normas de atuação necessárias para o alcance da legitimidade organizacional (DIMAGGIO e POWELL, 2005). Os autores distinguem o ambiente institucional do ambiente técnico, definido pela troca dos bens e serviços.

²⁵ Para maiores referências e aprofundamentos sobre essa vertente teórica consultar a compilação feita por Powel e DiMaggio (1991) na obra “*The new institutionalism in organizational analysis*”.

institucionalismo sociológico, a qual tenta explicar por que as organizações adotam um conjunto de formas, procedimentos ou símbolos institucionais específicos (HALL e TAYLOR, 2003).

O artigo “A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais”²⁶ de autoria de DiMaggio e Powel (2005) é uma referência seminal para essa análise. Os autores partem do questionamento de por que existe homogeneidade de formas e práticas organizacionais e procuram explicar esta homogeneidade e não a variabilidade. A abordagem destes autores enfatiza o caráter macro-estrutural do comportamento organizacional e o tomam como unidade de análise. Para estes autores a homogeneização das organizações está associada à estruturação dos campos organizacionais dos quais fazem parte.

Por *campo organizacional* DiMaggio e Powel (2005, p. 75) entendem “[...] aquelas organizações que, em conjunto, constituem uma área reconhecida da vida institucional: fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências regulatórias e outras organizações que produzam serviços e produtos similares”. Na abordagem dos autores o campo não é formado apenas por empresas concorrentes, mas abrange a totalidade dos atores envolvidos.

A estruturação institucional dos *campos organizacionais* consiste em quatro elementos: i) aumento na amplitude da interação entre organizações; ii) surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizão interorganizacionais claramente definidos; iii) aumento na carga de informações com a qual as organizações dentro do campo devem lidar; iv) conscientização mútua de que estão em um negócio comum (DIMAGGIO e POWEL, 2005).

Nesta pesquisa, o cooperativismo de crédito rural solidário pode ser considerado um *campo organizacional*, estruturado no estado de Minas Gerais através dos sistemas cooperativos atuantes e das entidades de regulação das cooperativas. Assim, o sistema Ecosol é parte integrante de um determinado *campo organizacional*, regido por regras externas ao cotidiano das organizações. Estruturas de dominação são representadas pelas Centrais Cooperativas e pela Confederação (Confesol).

²⁶ Título da versão original do artigo: “*The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality*”.

Uma vez estruturadas em um campo organizacional concreto, as organizações tendem a se assemelharem umas às outras através de um processo de homogeneização: o *isomorfismo* (DIMAGGIO e POWEL, 2005). O *isomorfismo* seria então um processo persuasivo que força as organizações a se tornarem similares àquelas que vivenciam as mesmas condições ambientais. Todavia os autores distinguem dois tipos de *isomorfismo*, que apresentam fundamentos diferentes: o *isomorfismo competitivo* e o *isomorfismo institucional*. O *isomorfismo competitivo* está ligado à competição nos mercados, à mudança de nichos e às medidas de adequação. Para eles, este tipo de *isomorfismo* não apresenta um quadro completo para a interpretação das organizações no mundo moderno.

Já o *isomorfismo institucional* parte da constatação de que

[...] as organizações não competem somente por recursos e clientes, mas por poder político e legitimação institucional, por adequação social, assim como por adequação econômica. O conceito de isomorfismo institucional constitui uma ferramenta útil para se compreender a política e o cerimonial que permeiam parte considerável da vida organizacional. (DIMAGGIO e POWEL, 2005, p. 76)

Esses autores distinguem três mecanismos de mudança isomórfica institucional: i) o *isomorfismo coercitivo*, derivado de influências políticas e da busca por legitimidade; ii) o *isomorfismo mimético*, que resulta de respostas uniformizadas à incerteza; e iii) o *isomorfismo normativo*, associado à profissionalização das organizações.

O *isomorfismo coercitivo* “[...] resulta tanto de pressões formais quanto de pressões informais exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais dependem, e pelas expectativas culturais da sociedade em que as organizações atuam” (DIMAGGIO e POWEL, 2005, p. 77). As mudanças organizacionais decorrem, portanto, de pressões institucionais. O Estado em seu papel de regulação pode concentrar forças concretas de mudanças isomórficas nos campos organizacionais. A existência de um ambiente legal comum, como é o caso do setor financeiro e das cooperativas de crédito, afeta diversos aspectos do comportamento e da estrutura das organizações.

O *isomorfismo mimético* difere de outras formas de imitação porque se trata de um processo institucional de adequação das organizações por legitimidade em um

determinado campo e não estritamente por almejarem melhor desempenho econômico. Esta diferença entre o que é institucionalmente legítimo (não necessariamente o que é mais eficiente) e operacionalmente eficiente distingue dois processos diferentes nas análises organizacionais.

Um determinado aspecto ritualístico acompanha, portanto, os processos miméticos de mudança, aquele pelo qual as organizações adotam as "inovações" para aumentar sua legitimidade. Para demonstrar que, pelo menos, buscam melhorias em suas condições de trabalho (DIMAGGIO e POWEL, 2005). A moldagem das organizações em um campo organizacional busca legitimá-la também perante seus membros. As mudanças decorrentes dos processos isomórficos precisam ser legitimadas pelos membros de uma organização para que outorguem validade à mudança. A incorporação da mudança precisa também ser regulamentada pela estrutura institucional das organizações.

Já o *isomorfismo normativo*, é um processo institucional de mudanças derivadas da profissionalização, através das quais, membros de uma mesma profissão definem métodos e condições de trabalho comuns, para estabelecer uma base cognitiva de legitimação para a autonomia da profissão. As similaridades das condições de trabalho e das práticas empregadas pelos profissionais conduzem as organizações também à similaridade de suas formas e práticas.

Essa discussão, que buscou apresentar os conceitos e não aprofundar na teoria, será operacionalizada nesta dissertação na análise dos resultados da pesquisa, especificamente como subsídio para interpretação das mudanças que acompanham o crescimento das cooperativas do sistema Ecosol e os processos que induzem esse crescimento. Contudo, é importante evidenciar que o *isomorfismo* faz com que as organizações se tornem parecidas entre si, o que para cooperativas de crédito solidárias poderia representar um risco, dado que precisam manter estruturas de concessão do crédito mais flexíveis e acessíveis a um público de baixa renda. O ambiente legal comum às instituições financeiras condiciona justamente a padronização entre elas. Assim, o cooperativismo de crédito solidário precisa manter suas especificidades, mas também lidar com as pressões coercitivas que configuram o *isomorfismo*. Como essas cooperativas lidam com essa questão? É possível evitar os impactos do *isomorfismo* nesse tipo de organização?

Estes questionamentos são importantes para orientar as análises empíricas e salientam desafios interpretativos desta pesquisa. É igualmente importante aprofundar-se em referências que auxiliem na análise das especificidades que caracterizam essas organizações e a operacionalização dos serviços financeiros. Esta é a discussão do próximo capítulo, que se apóia nos argumentos teóricos da nova sociologia econômica.

4. REDES SOCIAIS E CONFIANÇA: AS BASES SOCIAIS DOS SERVIÇOS FINANCEIROS NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO SOLIDÁRIAS

Como fundamento para as análises empíricas, especialmente a interpretação da lógica de funcionamento das cooperativas de crédito rural solidárias, buscou-se referência teórica na Nova Sociologia Econômica (NSE)²⁷. A NSE contribui diretamente para a análise das estruturas de relacionamento, dos laços sociais e das formas de controle social sobre a atividade financeira. Diferentemente de abordagens baseadas no individualismo metodológico²⁸, a NSE sublinha as relações entre os atores e seu papel na mediação de ações econômicas e na modelagem das instituições.

Steiner (2006, p.03) sintetiza três principais dimensões da NSE:

[...] 1) as relações sociais influenciam as ocorrências econômicas (construção social das relações econômicas). Mostram, por exemplo, como as relações sociais (domésticas, principalmente) redefinem sensivelmente o uso da moeda conforme a origem da renda. 2) dimensão analítica na explicação sociológica das variáveis mercantis. Mostra, por exemplo, o poder das relações sociais na busca pelo emprego. 3) a sociologia econômica comporta uma dimensão cultural e cognitiva.

As raízes históricas da NSE remontam a clássicos como Emile Durkheim, Karl Polanyi e Max Weber. Parte do legado desses autores diz respeito à construção das bases epistemológicas da sociologia e da interpretação de que os fenômenos econômicos são socialmente construídos. Para além das especificidades de cada abordagem, um resgate dos pressupostos da sociologia econômica traz à baila a constatação de que os fenômenos econômicos são também, por natureza, fenômenos sociais (SMELSER e SWEDBERG, 1994). Para Steiner (2006), o objetivo mais específico da NSE é analisar a construção social das relações de mercado (concebido de maneira ampla) e a origem (histórica) social dos fenômenos econômicos.

²⁷ Adota-se aqui o termo “Nova Sociologia Econômica” que, segundo Swedberg (2004), foi cunhado por Mark Granovetter numa conferência pronunciada na Associação Norte-Americana de Sociologia, em Washington, em 1985. O autor contrastava aí a moderna sociologia econômica com a “velha sociologia econômica” dos anos de 1960 (Parsons, Moore etc.).

²⁸ O Individualismo Metodológico sustenta que a ação humana é conduzida por interesses individuais, sendo estes o principal fundamento da conduta. As escolhas dos indivíduos, neste sentido, são consequência da combinação das decisões individuais.

De acordo com Swedberg (2004, p. 07), sob o enfoque de Weber considerado teórico da “velha sociologia econômica”, a sociologia econômica estuda tanto o

[...] setor econômico da sociedade (‘fenômenos econômicos’) como a maneira pelo qual esses fenômenos influenciam o restante da sociedade (‘fenômenos economicamente condicionados’) e o modo pelo qual o restante da sociedade os influencia (‘fenômenos economicamente relevantes’).

Weber (1991) analisa o *mercado* como resultado de duas formas de interação social: a troca e a competição. Ele estabelece a noção de luta no interior dessa discussão, sendo o *mercado* a arena em que essas lutas se manifestam. Como argumenta Raud (2005), a introdução da noção de poder na análise dos *mercados* feita por Weber explicita uma dimensão política no interior do fenômeno econômico.

Na NSE, datada principalmente a partir dos anos 1980, Mark Granovetter emerge como um dos mais expressivos autores. Ele defende, redefinindo e redimensionando alguns postulados de Karl Polanyi, que a maior parte do comportamento humano (inclusive as atividades econômicas) encontra-se profundamente *enraizado (embedded)* em *redes sociais* (GRANOVETTER, 1985). Esta perspectiva gera subsídios essenciais para compreender, de acordo com Fligstein (2003), que os atores envolvem-se em ações sociopolíticas e constroem culturas locais que orientam a sua interação numa trama de relações concretas e contextualizadas.

Sob o aporte da NSE, a noção de *enraizamento social (social embeddedness)* nos trará um enfoque particular para a compreensão das relações financeiras constituídas nas cooperativas de crédito e sua modelagem pelo contexto sociopolítico no qual estão enraizadas.

Polanyi (2000), em sua abordagem antropológica e histórica, constatou que o sistema econômico se encontrava *enraizado* no sistema social. Para ele, a economia não era uma esfera autônoma da vida social. Contudo, sua abordagem remetia a sociedades ditas primitivas, enquanto nas sociedades modernas haveria um deslocamento das relações econômicas para as relações sociais.

Granovetter (1985) concebe o mesmo fenômeno sob nova ótica, sustentando que mesmo nas sociedades capitalistas o comportamento econômico encontra-se *enraizado* nas relações sociais. Para o autor as ações econômicas são também ações

sociais, concluindo assim, que as relações econômicas são amplamente condicionadas por relações sociais. Por esta via constata-se que instituições econômicas estáveis resultam de padrões de atividade em torno de *redes sociais* (GRANOVETTER, 1991).

A perspectiva de Granovetter descortina a dimensão estrutural da sociedade ao enfatizar as redes como categoria analítica na interpretação dos fenômenos econômicos. Para Steiner (2006, p. 41), esta perspectiva “[...] propõe uma descrição original do alicerce social das relações mercantis; da mesma forma, desponta como uma configuração irrepreensível das relações sociais que garantem a articulação entre os agentes no mercado”.

Sob essa abordagem deve-se elucidar o papel das relações sociais²⁹ na modelagem das instituições e como as instituições orientam essas relações. Ressalta-se que as instituições resultam das interações sociais, são estruturas do tipo *regulativo, normativo e cognoscitivo* que dão estabilidade, significado e coerência ao comportamento social (SCOTT, 1995 *apud* APPENDINNI e NUIJTEN, 2002). Enquanto as organizações caracterizam-se como estruturas que permitem o funcionamento das instituições, são *entidades construídas em torno de processos definidos* que asseguram o alcance de objetivos definidos (SCOTT, 1995 *apud* APPENDINNI e NUIJTEN, 2002). As instituições, desta forma, podem ser formais ou informais e são socialmente construídas. Parafraseando Abramovay (2004a), o importante neste trabalho é mostrar as instituições não como premissas, mas, antes de tudo, como resultados da interação social³⁰.

As instituições orientam os comportamentos ao ajustarem quadros cognitivos ao conjunto de significados que os atores disponibilizam para interpretar o comportamento de outros atores em uma dada situação social. Elas “[...] são intersubjetivas (podem ser reconhecidas pelos outros); cognitivas (dependem das habilidades cognitivas dos atores); e, em certo nível, requerem a auto-reflexão dos atores” (FLIGSTEIN, 2009). O comportamento econômico sob essa perspectiva não pode ser compreendido como o resultado automático de interesses individuais, pois

²⁹ As relações sociais são entendidas aqui como o [...] “comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência” (WEBER, 1991, p. 228).

³⁰ O termo “interação social” não será utilizado neste trabalho com base na corrente teórica da interacionismo.

esses próprios interesses derivam das interações sociais e são por elas condicionados. A produção/construção de regras de relacionamento ou de convivência em certas comunidades ou organizações trata, pois, da criação/reprodução de instituições.

Uma vez criadas, as instituições não são imutáveis. Ao contrário, a modelagem das instituições – as mudanças nas regras – também é produzida, entre outras coisas, pelas relações sociais. As mudanças institucionais são socialmente construídas e especialmente formuladas diante das incertezas e da necessidade de adaptação ao ambiente. Considera-se que o comportamento econômico não reflete uma resposta racional às demandas dos mercados, como do mesmo modo assinalou Raud (2005). Segundo esta autora,

[...] tanto para Weber como para Durkheim, o ator econômico não se comporta como um autômato, que reage aos estímulos do mercado, mas de acordo com elementos subjetivos, que não são individuais, mas sociais, isto é, enraizados no longo prazo e veiculados pelas instituições (RAUD, 2005, p. 139).

As *redes sociais* importam para a construção e a modelagem de instituições. Elas podem transmitir regras definidas de comportamento convencionadas em certos grupos sociais e, por isso, orientadoras das interações. O não cumprimento de *convenções coletivas* pode resultar em sanções que podem ser subjetivas, como a repressão moral ou o desprezo. A *confiança*, por exemplo, pode ser uma forte marca das relações sociais, que determina padrões de relação e certas regras tácitas, respeitando os acordos e elementos que a motivaram e a sustentam.

Notadamente, a partir da década de 1970 inicia-se um caminho de crescente investimento teórico sobre as *redes sociais*, utilizadas não apenas metaforicamente, mas a partir de suas características morfológicas. Para alguns autores da NSE (GRANOVETTER, 1985, 1991; STEINER, 2006; SMELSER e SWEDBERG, 1994; SWEDBERG, 2004), uma de suas principais conclusões é que as *redes sociais* modificam a regulação econômica. O uso das *redes sociais* como instrumento analítico emerge como auxílio na interpretação dos padrões de relações entre indivíduos e grupos. Segundo Marques (2007), é possível reconhecer ao menos três tipos de análise sobre *redes sociais*. O primeiro investiga as implicações das posições dos atores nas redes sobre certos fenômenos; o segundo tipo de análise focaliza os efeitos da estrutura de rede sobre os fenômenos em dadas situações e o terceiro foca

nos tipos de estrutura e suas implicações para certos fenômenos. O segundo tipo será mais esclarecedor para os efeitos desta pesquisa, tendo em vista que se busca identificar algumas possíveis interferências das redes sociais sobre as operações financeiras nas cooperativas de crédito solidárias.

Redes sociais constituem padrões de relações que existem porque ações individuais (e também coletivas) colocam os atores (indivíduos ou organizações) em contato. A estrutura das relações sociais que tece contatos continuados configura, portanto, uma *rede social*. A operacionalização empírica das *redes sociais*, como argumenta Marques (2007), parte de que estas sejam concebidas como representações analíticas dos contextos e padrões de relações que circunscrevem uma dada situação social.

De acordo com Granovetter (1973), *redes sociais* são compostas por diferentes tipos de vínculos entre os atores, que podem se distinguir em *laços fortes* ou *laços fracos*, de acordo com a intensidade do vínculo, e também por seu conteúdo. Para este autor (p. 1361, tradução nossa), “[...] a forma de um laço é uma combinação (provavelmente linear) de tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua) e os serviços recíprocos, os quais caracterizam esse laço”³¹. *Laços fracos* (*weak ties*) são aqueles vínculos definidos por pouca frequência nos contatos (colegas, amigos dos amigos, conhecidos, etc.), mas que oferecem às pessoas acesso a informações e recursos além daqueles disponíveis em seu círculo social mais próximo. Os *laços fortes* são formados por relações de maior frequência e com maior proximidade no círculo de convívio mais íntimo (pais, filhos, cônjuges e amigos) (GRANOVETTER, 1973, 1983).

As conclusões de Granovetter derivaram da observação da mobilidade no mercado de trabalho. O autor considera que os *laços fracos* são melhores pontes para novos contatos e empregos do que os *laços fortes*, pois possibilitam informações inovadoras e não superpostas. Ao generalizar esta descoberta, Granovetter defende que o papel dos *laços fracos* é, com frequência, lançar “pontes locais” entre um conjunto de atores que de outra forma se encontrariam isolados em suas *redes sociais*

³¹ Versão original da passagem: “[...] the strength of a tie is a (probably linear) combination of the amount of time, the emotional intensity, the intimacy (mutua confiding), and the reciprocal services which characterize the tie”. Ao fazer essa afirmação o autor destaca em nota que os “laços” como discutidos no artigo são considerados positivos e simétricos e que uma teoria compreensiva exigiria a discussão aprofundada de relações negativas e assimétricas.

particulares ou se relacionariam entre si através de desvios estruturais mais longos (LEMIEUX e OUIOMET, 2008).

A *força dos laços fracos*, como descreve Granovetter (1973), reside justamente na capacidade inovativa desse tipo de vínculo. Este conceito aponta também para as posições dos atores nas redes e as relações inter-redes. Os vínculos fracos representam atores que não estão restritos a uma única rede, mas que transitam em várias redes, cujas características podem ser diferentes, acessando informações distintas e se configurando como pontes entre redes igualmente distintas. Portanto, pode-se considerar que os *laços fracos* representam conexões entre *redes sociais* e a ampliação do tamanho de certas redes.

Outros estudos alegam que existe certo nível de solidariedade que vincula os membros de uma *rede social* (FERRARY, 2003). A solidariedade é expressa na natureza do conteúdo que flui (informações, afeições e recursos), pois pode alterar a natureza das próprias trocas (materiais ou imateriais) efetuadas ao longo da rede. As *redes sociais* podem permitir, conseqüentemente, descrever e explicar as interações entre os indivíduos, vínculos entre organizações e também as relações no interior de grupos.

Um conceito bastante operacional de *rede social* é apresentado por Castilla *et al.* (2000, p. 219, tradução nossa), definindo-a como “[...] um conjunto de ‘nós’ ou atores (pessoas ou organizações) ligados por relações sociais ou vínculos de um tipo específico”³². Neste sentido, as relações sob uma estrutura de rede têm sempre força e conteúdo, que podem incluir informações, conselhos, amizade, interesse compartilhado, e algum nível de *confiança*. Acredita-se que o nível de *confiança* na relação é crucial para a permanência de um indivíduo e para a coesão de uma rede social.

Dois aspectos essenciais das *redes sociais* afetam a *confiança* (CASTILLA *et al.*, 2000). Um é *relacional*: tem a ver com a história particular de um vínculo, que produz concepções sobre o que cada ator deve para o outro (obrigação moral). O outro é *estrutural*: algumas estruturas de rede tornam mais fácil aos atores formar relacionamentos de confiança e evitar oportunismos. Como exemplo desses aspectos pode-se citar uma cooperativa de crédito formada por uma densa rede social, as muitas conexões fazem com que as informações sobre a reputação de um cooperado

³² Versão original da passagem: “[...] a set of nodes or actors (persons or organizations) linked by social relationships or ties of a specified type”.

se espalhem facilmente para os membros da rede, interferindo na avaliação do risco sobre a concessão do crédito pela cooperativa e na necessidade de aplicação de salvaguardas contratuais mais rígidas.

Ferrary (2003) analisando o uso das *redes sociais* em atividades financeiras na França, especificamente empréstimos através de bancos, argumenta, corroborando os pressupostos de Castilla *et al.* (2000), que este conceito está relacionado a “[...] um grupo de indivíduos, entre os quais a frequência da interação econômica e a densidade das relações sociais reduz o risco moral (*moral hazard*), diferenciando membros desonestos de membros honestos”³³ (p. 679, tradução nossa). Para este autor, as *redes sociais* apresentam duas características principais: a primeira é similar ao aspecto estrutural apontado por Castilla *et al.* (2000), onde a informação que diz respeito aos seus membros circula muito depressa e os efeitos da reputação se disseminam rapidamente entre eles. A segunda é a existência de uma forte solidariedade entre seus membros, de forma que interagir com um dos membros pode equivaler a interagir com toda a rede. Estas duas dimensões combinadas (relacional e estrutural) refletem a transitividade das *redes sociais* (eu confio em X, que não conheço, porque Y, que eu conheço, confia em X). Tal característica reforça e mantém a *rede social*, multiplicando as relações interpessoais e reforçando vínculos. Contudo, a transitividade nas redes é tanto maior quanto maior for a proximidade da relação (*laços fortes* possuem maior transitividade que *laços fracos*).

Frente a esta análise, constata-se que, no âmbito das cooperativas de crédito rural solidárias, a percepção subjetiva do potencial tomador de empréstimo (cooperado) pelo credor (diretores) e a aquisição compartilhada de informações gerais e específicas, conseguidas por meio das *redes sociais*, são determinantes na decisão de conceder ou não um empréstimo. Por isso, a utilização de *redes sociais* como instrumento de coleta de informações sobre os cooperados pode diminuir incertezas, auxiliar a avaliação do risco nas cooperativas e contribuir para flexibilizar a concessão do crédito. Contudo, o papel das *redes sociais* nas operações de crédito está associado à estrutura organizacional e aos mecanismos institucionais de gerenciamento das cooperativas, os quais podem (ou não) facilitar o pertencimento

³³ Versão original da passagem: “[...] group of individuals among whom the economic interaction frequency and the social relationship density reduces the moral hazard by differentiating dishonest members from honest members”.

de diretores e cooperados a *redes sociais* comuns e valorizarem as relações sociais como mecanismos de monitoramento do crédito.

Como um elo para as *redes sociais*, a *confiança* torna-se, então, fundamental na construção de organizações econômicas e na operacionalização de atividades financeiras. A manifestação da *confiança* pelos atores econômicos ocorre principalmente quando, em situações de baixa informação e incerteza, expõem-se apesar disso aos riscos, porque têm razões para acreditar que os atores com quem transacionam não tirarão proveito desta oportunidade (LOCKE, 2001). Para Gambetta (1988), a *confiança* parte de uma predisposição dos atores em situações de incerteza, ao sustentarem expectativas positivas sobre os comportamentos futuros dos outros atores com quem se relacionam.

Sob uma perspectiva sociológica pode-se constatar que a *confiança* é um produto de longo prazo, construído por interações contínuas, em contextos históricos de relacionamento³⁴. Para que a *confiança* se perpetue é preciso que ela seja constantemente colocada a prova, que ela seja “exercitada” e não caia em desuso. A reprodução da *confiança* depende de seu uso. Diferentemente do capital financeiro ou físico, a *confiança* cresce com seu uso, ao invés de diminuir³⁵.

No que concerne a sua funcionalidade nas transações econômicas, a *confiança* pode se associar à noção de controle. Apesar de compor também uma dimensão subjetiva do ator, a *confiança* é objetivada nas relações econômicas, seja na efetivação de contratos informais ou na continuidade de parcerias econômicas e contratos formais. A *confiança* como forma de controle (social) atua no condicionamento da ação econômica (GRANOVETTER, 1985), tornando os atores mais suscetíveis a transações com parceiros que julgam confiáveis. Na execução das relações de troca, a *confiança* cumpre o papel de controle ao contribuir para mitigar comportamentos oportunistas, dado que estes interferem na reputação e, por conseguinte, na continuidade das relações de troca.

³⁴ A confiança, no entanto, não elimina comportamentos oportunistas ou o rompimento das expectativas positivas dos atores, pois confiar pressupõe a exposição dos mesmos e esta vulnerabilidade pode resultar em consequências danosas a alguma das partes.

³⁵ Alguns autores consideram a *confiança* como um *capital social* (FUKUYAMA, 1996). Entretanto, não será aprofundada aqui a discussão da noção de capital social, apesar de sua importância teórica. Tendo em vista a complexidade de se discutir e delimitar um conceito de capital social, devido especialmente a amplitude e diversidade de abordagens sobre o tema, optou-se por não aprofundar, e sim tratar paralelamente dois conceitos que, com frequência, aparecem como atributos do capital social: as redes sociais e a confiança.

Desta forma, seriam posições extremadas os contextos em que poderiam ser eliminadas totalmente as formas instrumentais e institucionais de controle em favor de relações puramente regradas pela *confiança* ou contextos estritamente regidos sem interferência alguma de relações de confiança (KIRSCHBAUM, 2010). A dialética entre *confiança* e controle no comportamento econômico propõe, assim, que não sejam tratadas como variáveis competitivas, mas como dimensões interdependentes das transações.

Em contextos onde há um alto nível de confiança entre os atores, é possível diminuir o grau de controle sobre as transações, diminuindo os custos oriundos dos mecanismos formais de coordenação (KIRSCHBAUM, 2010). Esta perspectiva avista a possibilidade de que a governança em certos arranjos econômicos considere os mecanismos sociais de controle como funcionalmente aplicáveis à coordenação das transações e à diminuição dos custos de transação³⁶.

Como assinala Gambetta (1988), *confiança* e interação podem promover condições favoráveis à honestidade e à cooperação, gerando assim uma economia sadia. Para o autor, a reputação de ser confiável, que produz essa interação, se reforça mutuamente num benéfico concerto de interesses. A reputação, como um elemento constituinte da *confiança*, pode ser considerada um ativo intangível das relações econômicas, pois sua perda pode incorrer em custos para os atores, na medida em que limita a *confiança* e exige a intervenção de mecanismos formais (e mais custosos) de controle.

As atividades financeiras são um campo fértil para análise da *confiança*³⁷. São atividades que envolvem sistematicamente a incerteza entre os intervenientes (o tomador e o credor). Para além dos contratos formais como única e exclusiva forma de controle, a *confiança* pode se apresentar como importante fonte de regulação das transações financeiras. A *confiança* é, pois, a base das atividades financeiras,

³⁶ A definição aqui expressa de custo de transação se orienta pelo sentido dado em North (1990), que diz respeito às incertezas relacionadas principalmente com a informação necessária para a realização de determinada transação (não somente financeira); são as razões que fazem com que as decisões dos atores envolvidos na transação não reflitam simplesmente um cálculo de custo de oportunidade.

³⁷ Na língua inglesa existe uma diferenciação semântica entre termos que, em português, geralmente são traduzidos como “confiança”: *trust* e *confidence*. Misztal (1996) afirma que “[...] uma das principais diferenciações é que *trust* é uma questão de determinação individual e envolve escolher entre alternativas (Eu decido aceitar o risco e confiar - *trust* - no meu novo colega), enquanto *confidence* é mais uma expectativa habitual (Eu habitualmente confio - *confidence* - em que o meu leiteiro vai entregar o leite na porta da minha casa amanhã)” (MISZTAL, 1996, p. 16, tradução nossa).

principalmente na concessão de empréstimos, caracterizada pela incerteza do pagamento pelo tomador. Ela se torna um importante “catalisador das operações de crédito” (FERRARY, 2003), onde pode atuar como substituto funcional de formas instrumentais de avaliação dos riscos.

Ferrary (2003), ao analisar o papel da *confiança* na regulação de operações de crédito, lança mão de algumas hipóteses particularmente interessantes nesta discussão. Em síntese, o autor parte da hipótese de que métodos instrumentais e objetivos de avaliação de risco destinados a reduzir incertezas são insuficientes para prevenir com eficiência os riscos assumidos pelos banqueiros nas suas atividades finais. Ao contrário, para o autor, é necessária uma avaliação social do risco, fundamentada na captação de informações por meio de relações informais (através das *redes sociais*) baseadas na *confiança*. Está hipótese se ancora nos pressupostos da sociologia econômica, e considera que a governança não se limita a mecanismos objetivos e formais de regulação, mas deve considerar mecanismos sociais.

A *confiança* será efetiva nas atividades financeiras quando for considerada também a dimensão pessoal, de pessoa a pessoa e não estritamente a confiança em organizações (impessoais), como nas do próprio Estado³⁸. Quando a *confiança* se ancora exclusivamente em mecanismos organizacionais, limita a capacidade de avaliação da solvência futura dos tomadores de empréstimo, especialmente por não interferir em comportamentos individuais oportunistas.

Dentre condições possíveis para a constituição e manutenção de laços de *confiança* em operações financeiras podem-se destacar três aspectos centrais, com base em Ferrary (2003): i) a proximidade geográfica dos envolvidos no contrato; ii) a temporalidade da relação de troca; e iii) uma relação pessoal e não apenas profissional. Ressalta-se, então, a importância da criação de vínculos que vão além de uma relação profissional, inicialmente determinada pelos objetivos que aproximam credores e devedores em instituições financeiras, principalmente quando se trata de agricultores familiares excluídos dos circuitos financeiros formais. A *confiança* na organização, neste caso, está relacionada à *confiança* pessoal, pois as

³⁸ É importante deixar claro que não se trata de uma apologia à pessoalidade ou a confiança, pois é evidente que existem riscos inerentes a esse tipo de relação, como o clientelismo e o patriarcalismo, que merecem ser tratados em para análises aprofundadas. Como isso foge ao escopo deste trabalho, reforça-se aqui esse tipo de relação pela sua importância na vida cotidiana de populações de baixa renda e para as atividades econômicas de forma geral.

organizações são formadas e controladas pelas pessoas; no caso das cooperativas são os dirigentes que coordenam os mecanismos institucionais.

Esta abordagem possibilita compreender se as cooperativas de crédito incorporam a *confiança* como mecanismo de regulação e controle da atividade financeira ou se, à medida que elas crescem e expandem seus quadros sociais a *confiança* pessoal perde sua interferência nas transações e passa a ser funcionalmente substituída por garantias patrimoniais e disposições contratuais (que não excluem a *confiança*, mas lhe alteram o sentido). Essa observação sobre a funcionalidade dos mecanismos sociais citados permite dar sentido rigoroso à ideia de *enraizamento social* da atividade financeira.

Em nível organizacional, a *confiança* antecede processos de cooperação. Como salienta Gambetta (1988), para que a cooperação se manifeste de forma vantajosa (para quem coopera) é necessária a existência da *confiança* mútua entre os atores. A *confiança* é necessária não apenas para despertar a cooperação, mas também para a continuidade de ações cooperativas. Porém, cooperar com base na *confiança* implica estar disposto a correr riscos e se situar em posições vulneráveis em relação ao outro. Na medida em que se confia em alguém, cria-se a expectativa de que o comportamento do outro será favorável quando for necessário. Por isso a *confiança* pressupõe abertura, ajuda mútua, fornecimento de informações, ou seja, exposição dos atores.

Alguns autores, como Fukuyama (1996), discordam que a *confiança* seja necessária para que a cooperação aconteça. Para este autor existem aparatos legais que serviriam de substitutos funcionais da *confiança* e que permitem aos atores interagirem entre si e preservarem seus direitos de propriedade sem, contudo, se exporem à vulnerabilidade nas transações. Entretanto, a utilização de mecanismos institucionais, principalmente os contratos, acarreta um aumento dos custos de transação. Para Gambetta (1988), mesmo transações econômicas totalmente amparadas por mecanismos institucionais pressupõem algum nível de *confiança*, uma vez que ela ainda pode ser manifesta/depositada sobre as próprias instituições que modelam as interações econômicas e regulam as transações.

Contudo, Fukuyama (1996) também argumenta que organizações eficientes não requerem exclusivamente contratos e medidas legais extensivas para a

salvaguarda de suas relações, porque certas convenções e acordos tácitos dão aos membros do grupo uma base moral para a confiança mútua. Para o autor,

A lei, os contratos e a racionalidade econômica fornecem uma base necessária, mas insuficiente tanto para a estabilidade quanto para a prosperidade das sociedades pós-industriais; elas precisam ser fomentadas igualmente com reciprocidade, obrigações morais, deveres em relação à comunidade e confiança, que se baseiam mais no hábito do que no cálculo racional. Essas premissas não são anacronismos numa sociedade moderna; pelo contrário, são condição *sine qua non* para o seu sucesso. (FUKUYAMA, 1996, p. 26)

Quando se trata da formação de organizações financeiras, como as cooperativas de crédito solidárias, sobretudo as especificamente constituídas por populações de baixa renda muitas vezes dispersas no meio rural, a existência de relações anteriores baseadas em *confiança* parece ser fundamental para este tipo de cooperação. Pessoas com baixos rendimentos e poucas garantias, ao depositarem seus recursos na cooperativa, depositam também *confiança*. Ao terem que entregar quantias de dinheiro para serem depositadas em uma cooperativa (seja em forma de quota-parte ou mesmo de poupança), que é coordenada por outras pessoas, somente o fazem se existir certo nível de confiança. E neste caso, a confiança deve ser tanto pessoal, depositada sobre as outras pessoas que fazem parte da organização, quanto depositada sobre os mecanismos de controle e gestão da organização.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ECOSOL EM MINAS GERAIS

5.1. A Zona da Mata Mineira

Com o propósito de contextualizar a região onde as cooperativas do sistema Ecosol/MG surgiram, apresenta-se neste item uma breve descrição. Estas cooperativas estão sediadas nos municípios de Espera Feliz, Tombos, Divino, Araponga e Simonésia, localizados na região da Zona da Mata Mineira. Uma das doze mesorregiões do estado de Minas Gerais, composta por 143 municípios subdivididos em sete microrregiões, mantendo fronteiras com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A Figura 04 apresenta um mapa com a localização da região e a indicação de suas microrregiões.



Figura 4: Zona da Mata e microrregiões.

Fonte: Extraído de <<http://www.minas-gerais.net>>

O nome “Zona da Mata” é sugestivo ao indicar uma região de predominância da Mata Atlântica. A densa cobertura vegetal das matas exerceu papel fundamental no processo de ocupação tardia dessa região em relação a outras regiões do estado, pois não foi priorizada para a intervenção da Coroa Portuguesa. Até meados do século XVIII, a Zona da Mata representava uma região periférica das Minas Gerais, chegando a ser denominada pela Coroa como “sertões do leste”.

Com a decadência da produção mineral no final do século XVIII, as atividades econômicas de Minas Gerais foram se diversificando e a agricultura foi progressivamente ocupando espaço na economia regional. Para Silveira (2009, p. 108):

[...] apenas no decorrer do século XIX, quando a posse da terra não se constitui somente pelo sistema de sesmarias, ao contrário, o seu acesso é facilitado pela sua suspensão, é que se verifica um forte impulso populacional na Zona da Mata, motivado principalmente pela expansão do café.

A cafeicultura se expandiu a partir do Vale do Paraíba Fluminense, penetrando fortemente em Minas Gerais. Cintrão (1996) afirma que pouco após sua entrada na região, o café se tornou a atividade econômica mais importante da Zona da Mata, transformando-a na principal produtora de café de Minas Gerais e a região mais rica do estado por um determinado período.

A produção de café era inicialmente realizada por grandes produtores, que utilizavam mão de obra escrava. Após a abolição da escravatura o campesinato forneceu mão de obra para o café, instituindo-se também novas relações de trabalho, como o regime de parceria, que passou a ser a forma de trabalho predominante. Desta forma, o parceiro morava na fazenda, plantava para seu sustento e cuidava da lavoura do proprietário, retribuindo-lhe com a metade da produção. O campesinato passa a desempenhar, neste contexto, o papel de sustentação política das oligarquias agrárias formadas pelos grandes proprietários (CINTRÃO, 1996).

Silveira (2009) destaca que a expansão do café, agregando lugares e gerando riquezas, por um lado representou seu firmamento como o principal produto de exportação da Zona da Mata e, por outro, a reprodução de uma estrutura agrária e social centralizada e concentradora: latifúndio patriarcal e aristocracia rural.

Dado o caráter extensivo e predatório da forma de cultivo do café, em um curto período de tempo a fertilidade das terras estava comprometida. E como a solução não foi readequar o manejo do solo, mas explorar áreas mais férteis, abandonando as já degradadas, intensificaram-se os problemas de fertilidade e degradação do solo, os quais culminaram na redução da produtividade do café na Zona da Mata (GIOVANINI e MATOS, 2004; SILVEIRA, 2009). Cintrão (1996, p. 43) complementa: “[...] da mata atlântica praticamente só restou o nome. A

produtividade do café decaiu e com ela também a riqueza e a importância da zona da mata. A região entrou em crise e hoje é considerada uma região estagnada, decadente”.

A dinâmica econômica histórica de alternância entre o ciclo do ouro e o ciclo do café configurou traços importantes para a atual estrutura social da Zona da Mata, como a mestiçagem e a diversidade cultural. Martins (2010) destaca que a população da região é formada por descendentes de indígenas, que foram os primeiros habitantes; pelos descendentes de portugueses, que se inseriram na exploração do ouro e posteriormente no cultivo do café e, pelos afro-descendentes, instalados na região como escravos nas grandes fazendas de café.

Todavia, as sucessivas crises do café afetaram também a estrutura agrária estabelecida, estimulando a diversificação da produção agrícola. O declínio do café, sem a predominância de outra cultura extensiva de peso que o substituisse, modificou substancialmente a estrutura agrária com a fragmentação de grandes propriedades. Esta fragmentação na Zona da Mata estende-se aos dias atuais, caracterizando-a como uma região de predominância de pequenos produtores, espalhados em uma densa rede de pequenos municípios e comunidades rurais (CINTRÃO, 1996; SANTOS e FLORISBELO, 2004; MARTINS, 2010).

O café ainda representa sua principal lavoura permanente, mas em uma agricultura pouco intensiva quanto ao investimento em capital. A agricultura familiar é predominante na estrutura social e agrária da região, assim como ilustra a Tabela 03 a seguir, com alguns dos dados sobre os municípios sedes da Ecosol/MG.

Os municípios de Espera Feliz, Tombos e Divino estão inseridos na microrregião de Muriaé; Araponga está na microrregião de Viçosa e Simonésia está na microrregião de Manhuaçu. São municípios relativamente pequenos, com baixa densidade populacional, assim como expresso na Tabela 03.

Tabela 3: População residente nos municípios pesquisados

Municípios	População residente, sexo e situação do domicílio		
	Total	Homens	Mulheres
Araponga	8.165	4.198	3.967
Divino	19.131	9.684	9.447
Espera Feliz	22.859	11.506	11.353
Simonésia	18.302	9.460	8.842
Tombos	9.542	4.786	4.756

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Outra característica muito importante dos municípios pesquisados é sua grande expressão no meio rural. A atividade agrícola ocupa uma parcela significativa da população residente nos municípios e contribui consideravelmente com a economia municipal. A população residente, segundo a condição dos domicílios, discriminada entre população rural e urbana, é apresentada na Figura 05.

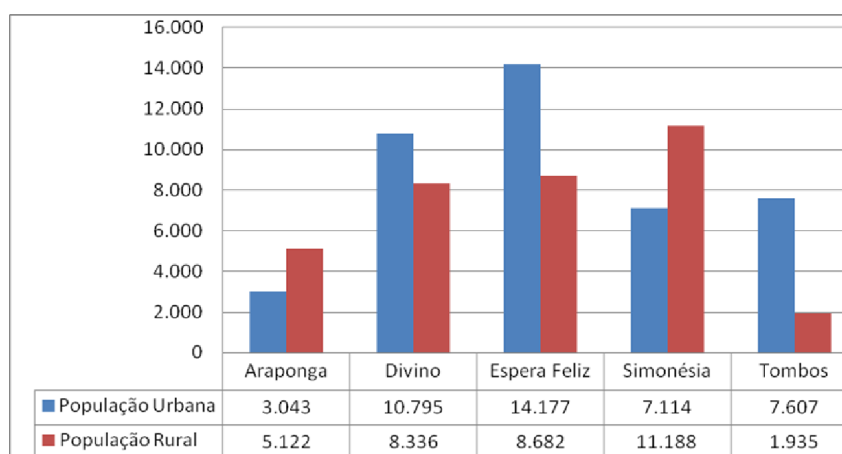


Figura 5: População residente segundo a situação dos domicílios.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Seguindo uma característica da Zona da Mata, a principal atividade agrícola desempenhada nos municípios ainda é o cultivo do café, que representa a maior extensão de plantio nos municípios. Sendo o “motor” da economia regional, apesar da diversificação das culturas, o café é também a principal atividade econômica dos agricultores familiares dos municípios estudados. Neste sentido, o café interfere também nas demandas por serviços financeiros, ditando a sazonalidade das necessidades financeiras dos agricultores familiares, seguindo os períodos de

demanda por crédito para investimento na produção (mão de obra e insumos) ou de oferta de dinheiro para aplicar em poupança quando ocorre o pagamento pela comercialização.

A Figura 06 a seguir mostra as áreas plantadas de café nos referidos municípios.

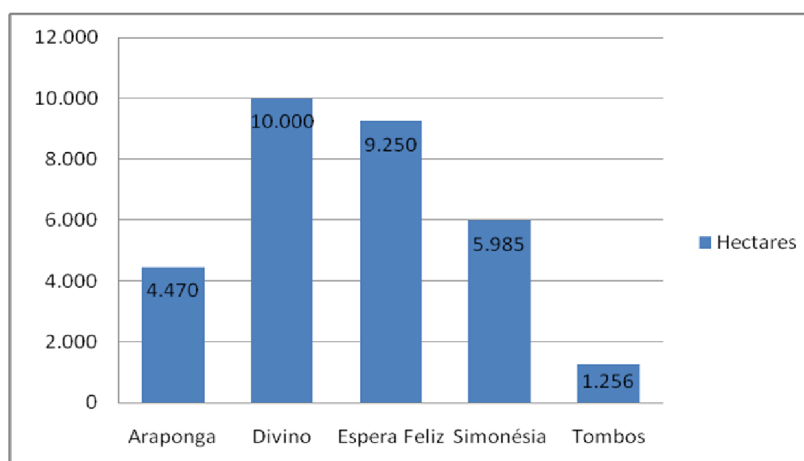


Figura 6: Área plantada de café.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2009

A agricultura familiar é predominante na Zona da Mata Mineira, o que configura uma característica particular do meio rural. Dentre os municípios estudados, alguns chegam a apresentar mais de 90% dos estabelecimentos rurais existentes sob a forma de agricultura familiar. Em Araponga, além de maior porcentagem no número de estabelecimentos familiares, a área ocupada pela agricultura familiar supera a não familiar. Os dados apresentados na Tabela 04 reforçam esse quadro e demonstram a importância da agricultura familiar nos municípios estudados. É sobre essa agricultura familiar que as cooperativas de crédito se assentam e se reproduzem. O grande número de estabelecimentos familiares representa para as cooperativas um importante mercado de microfinanças, pouco alcançado por outras instituições financeiras formais.

Tabela 4: Área e número de estabelecimentos agropecuários

Município	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar		Total	
	nº de estabel.	Área (ha)	nº de estabel.	Área (ha)	nº de estabel.	Área (ha)
Simonésia	1.732	10.554	182	11.459	1.914	22.013
Araponga	1.308	10.655	104	7.097	1.412	17.752
Divino	1.236	12.908	370	13.912	1.606	26.820
Espera Feliz	761	7.105	271	9.609	1.032	16.714
Tombos	425	6.214	149	13.281	574	19.495

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

A grande expressão da agricultura familiar na região sinaliza também para seu potencial de ocupação e geração de renda no meio rural. A mão de obra ocupada no meio rural dos municípios em que as cooperativas de crédito possuem sede é em grande maioria empregada pela agricultura familiar. A contratação de mão de obra sem laço de parentesco com o produtor, apesar de significativa, é pouco expressiva se comparada ao pessoal ocupado nos estabelecimentos com laço de parentesco. Este fato sinaliza a importância da agricultura familiar nos municípios. A Tabela 05 reúne dados do Censo Agropecuário de 2006 no que se refere ao pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 5: Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários

Unidades da Federação, mesorregiões, microrregiões e municípios	Total de estabele- cimentos	Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários em 31.12				
		Total	Com laços de parentesco com o produtor		Empregados contratados sem laços de parentesco com o produtor	
			Estabelecimentos	Total	Estabelecimentos	Total
Simonésia	1 924	7 883	1 924	6 091	190	1 792
Araponga	1 421	6 049	1 421	4 056	27	1 993
Divino	1 584	6 462	1 584	3 861	516	2 601
Espera Feliz	1 030	3 798	1 030	2 338	325	1 460
Tombos	579	1 856	579	1 140	200	716

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Entretanto, é importante salientar uma característica relevante da agricultura familiar. Como já mencionado, a dinâmica histórica do ciclo do café foi marcada pelas relações de parceria no manejo das lavouras. Os parceiros e/ou meeiros foram cruciais para o sucesso da cultura do café na Zona da Mata (GIOVANINI e MATOS,

2004). O sistema funciona da seguinte maneira: em parceria com um proprietário o trabalhador rural (parceiro) se instala na propriedade e se responsabiliza pelo manejo das terras e da lavoura de café e, assim, também se encarrega dos custos de produção. Esta relação entre trabalhadores rurais sem terra (com poucas terras ou terras improdutivas) e os proprietários de terra constituiu, e constitui ainda, uma dinâmica importante da agricultura na região, possibilitando a reprodução de inúmeras famílias de agricultores familiares.

Contudo, este tipo de relação pode se apresentar de maneira perversa, como explicado por Cintrão (1996) e Giovanini e Matos (2004). Enquanto os resultados da atividade econômica (principalmente o café) são positivos, a situação de ambas as partes também vai bem. Mas em situações de perda (como quando há baixa produtividade, preços baixos ou altos preços nos insumos), como o proprietário geralmente possui condições financeiras estáveis e fontes de renda externas, possui capacidade concreta de superação, porém os parceiros se deparam com a insolvência de seus investimentos e a privação de sua principal fonte de renda (e de reprodução social).

A Figura 07 apresenta a área ocupada por parceiros nos municípios estudados. Quando contrastado com os outros dados, percebe-se esse regime de trabalho como significativamente relevante ainda nos dias atuais. Apesar das cooperativas do sistema Ecosol não terem disponíveis dados sobre tal característica em seus quadros sociais, os dirigentes foram contundentes em afirmar que a maioria dos cooperados trabalha como meeiro ou parceiro.

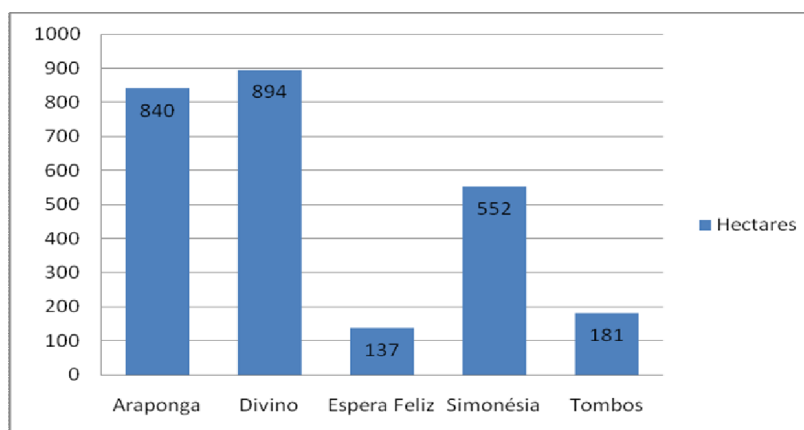


Figura 7: Área dos estabelecimentos agropecuários ocupada por parceiros.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Em Araponga, por exemplo, cerca de 4,7% da área total dos estabelecimentos familiares é ocupada por parceiros. Apesar dos outros municípios apresentarem valores menores (Simonésia – 2,5%; Divino – 3,3%; Tombos – 0,93%; Espera Feliz – 0,82%), isso expressa uma característica relevante da estrutura social e agrária destes municípios. A questão se reflete inclusive na forma de gestão das cooperativas de crédito, uma vez que estes representam um público-alvo para essas organizações. À medida que não possuem propriedades registradas legalmente em seu nome, mas ainda assim mantêm atividades econômicas e fontes de renda diversificadas, os parceiros e meeiros são cooperados em potencial, no entanto as cooperativas de crédito precisam definir garantias aos empréstimos que consideram esta particularidade.

A seguir será desenvolvida uma análise sobre o contexto sócio-histórico no qual surgiram as cooperativas de crédito rural solidárias na Zona da Mata Mineira, buscando compreender os alicerces sociais que sustentam tais organizações.

5.2. Contextualização sócio-histórica: a tecelagem das redes sociais

Fazer uma análise histórica do processo de mobilização e organização da agricultura familiar e as múltiplas facetas que ele assume na Zona da Mata Mineira é tarefa árdua e extensa demais para o escopo desta dissertação, que se limita a analisar o desenvolvimento das cooperativas de crédito rural solidárias. Entretanto, torna-se imprescindível explicar a influência desse processo nestas organizações. Por isso, cabe apresentar analiticamente o contexto sob o qual estas organizações se edificaram e se sustentam, sinalizando os elementos principais que deram margem à constituição das cooperativas e que fundamentam suas ações.

Ao longo da pesquisa de campo foi contundente a percepção da influência de setores da Igreja Católica na organização socioeconômica no meio rural dos municípios investigados. As considerações sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) reiteradamente convocavam a (re)visitar o processo histórico de organização da agricultura familiar e de sua atuação política. Os depoimentos dos entrevistados sobre as heranças sociopolíticas e ideológicas das CEBs para a formação e o funcionamento das organizações locais foram decisivos na inclusão desta parte do

trabalho, com a análise da formação das *redes sociais* e dos mercados de microfinanças rurais³⁹ sob os quais se edificam as cooperativas de crédito. Posteriormente analisa-se a lógica de operacionalização destas cooperativas e os mecanismos sociais com os quais elas operam; questões intrinsecamente ligadas ao contexto sociopolítico da região.

5.2.1. Os alicerces sociais das cooperativas de crédito rural solidárias

A Igreja Católica historicamente desempenhou um papel relevante na sociedade brasileira, principalmente ao lado da classe dominante, com a qual buscava legitimar a ordem e as hierarquias estabelecidas. Na Zona da Mata Mineira não foi diferente. O domínio dos fazendeiros era legitimado pela ação da Igreja, que conduzia as relações verticais entre fazendeiros e agricultores a uma espécie de mediação das questões do cotidiano, à dependência (CINTRÃO, 1996). Esta autora observa que “[...] os agricultores da zona da mata se lembram que até os anos 70 até mesmo a relação com os padres passava quase que exclusivamente pelos fazendeiros: os padres frequentavam apenas as casas dos fazendeiros e as missas eram celebradas nas capelas das fazendas” (p. 56).

Entretanto, a partir de 1950, a Igreja começa a se transformar – em sua organização interna, devido à criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e em sua doutrina (por ocasião das transformações promovidas no Concílio Vaticano II, pela Teologia da Libertação e nas conferências do Episcopado Latino-Americano de Medellín e Puebla) –, fazendo com que sua intervenção nos conflitos da sociedade sofresse mudanças consideráveis (PETRINI, 1984). Ao serem implantadas na base popular, estas mudanças nos postulados e ideologias da Igreja Católica trouxeram à tona conflitos entre as práticas religiosas populares e o catolicismo erudito. A principal mudança na Igreja Católica Latino-Americana é proclamar a “opção preferencial pelos pobres” e organizar sua intervenção na sociedade em torno desta proposta.

³⁹ Mercado de microfinanças, assim como denominaram Magalhães e Abramovay (2007), se refere ao manejo das finanças em populações de baixa renda, que circunscreve as transações financeiras de baixo montante. Para situar espacialmente os mercados, serão denominados de “mercados de microfinanças rurais”.

Petrini (1984) destaca que aos poucos começou a tornar-se claro que os embates políticos e o antagonismo principal no interior da Igreja não eram entre a religião renovada-progressista e as práticas populares alienadas, mas entre classes sociais. As mudanças político-ideológicas da Igreja partiam da percepção de classes populares obrigadas a condições desumanas de existência, exploradas por classes dominantes que se beneficiavam com o empobrecimento das primeiras.

A Igreja passa a ser percebida como um agente que buscava esclarecer e incentivar a mobilização das classes populares, que em outras épocas, por estar ligada aos interesses da classe dominante, não exercia tal papel.

Neste contexto floresce o movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), promovidas desde a Conferência de Medellín, em 1968. As CEBs consistiam na formação de grupos de vizinhança e parentesco, especialmente no meio rural, que se reuniam e se organizavam em comunidades para realizar reflexões sobre sua própria realidade para modificá-la, a partir das práticas populares. A “comunidade” se constituía como *locus* de interação, como uma unidade territorial, no sentido de pertencimento e localização espacial⁴⁰. Este movimento era protagonizado pela Igreja Católica por meio da intervenção de agentes pastorais (muitas vezes leigos, que se tornavam lideranças comunitárias) e partia da necessidade de conscientização, organização e emancipação das classes populares.

De acordo com Magalhães e Abramovay (2007), a Teologia da Libertação era o fundamento político-religioso de ação das CEBs, que se estruturava sobre uma estratégia pedagógica de conscientização social por intermédio da fé. Esta estratégia consistia no uso de um método educativo, normalmente identificado pelo tripé “ver-julgar-agir”, cujo significado compreendia a análise, seguida de uma discussão em pequenos grupos com a população local sobre seus problemas mais graves, impulsionando a ação para superar os mesmos. Neste contexto, religiosos e leigos aprofundavam a compreensão do problema sob o ângulo da fé, relacionando as questões éticas e práticas aos fundamentos religiosos e a explicações políticas e sociológicas.

⁴⁰ É importante complementar, como lembrou Cintrão (1996), que os limites das CEBs são muito fluidos. Para a autora, as “comunidades” eclesiais de base, embora sejam muitas e espalhadas pelo interior da Zona da Mata mineira abrangiam apenas uma fração da população rural. Elas se distinguem das “comunidades rurais” ou dos “bairros rurais”, os quais abrangem um número maior de famílias. As CEBs reuniam uma parcela das comunidades rurais (ou *córregos*, como também são chamados na região) e se formavam pelas relações horizontais de parentesco e vizinhança.

Três principais fatores podem ser identificados como suporte ao dinamismo desse “catolicismo renovado”, os quais deram origem e sustentação às CEBs (PETRINI, 1984): i) Utopia; ii) Método; iii) Ideologia. De acordo com o autor, a utopia das CEBs está contida na expressão “Reino de Deus”, amplamente difundida no movimento. Ela identifica “[...] uma realidade humana e social caracterizada pelos valores de justiça, da plenitude de vida e da fraternidade que podem ser vividos por todos os homens, mesmo os não-cristãos [...]” (p. 47). Os membros das Comunidades assumem sobre si a responsabilidade de construir o “Reino de Deus” em suas próprias comunidades, na convivência com as pessoas, amigos, vizinhos, etc. A utopia revela-se, portanto, fonte de crítica radical à realidade social, política e econômica, pois evoca critérios éticos com os quais são comparados e julgados todos os aspectos da realidade, inclusive a submissão aos fazendeiros e patrões.

O método utilizado pelas CEBs para realização dos trabalhos de base edifica-se sobre o princípio de aproximações progressivas entre os filhos de Deus para a construção de seu Reino, ou seja, intensificar as interações entre as pessoas da comunidade. Trata-se da própria vida em comunidade, baseada em relações solidárias e de co-responsabilidades assumidas pelos membros com o enfrentamento dos conflitos (externos e internos), normalmente discutidos e avaliados no seio da comunidade.

Para Petrini (1984, p. 52), “[...] ao nível das CEBs pode-se se falar em ‘ideologia’ no sentido de um ideário que tem como pontos de referência, de um lado, a crença religiosa com seus valores, seu horizonte transcendente e seus livros sagrados, e de outro a realidade social, cada vez mais desmistificada”. A ideologia torna-se, desta maneira, um patrimônio lentamente acumulado e ao mesmo tempo reformulado na medida em que novas práticas obrigam a enfrentar novos desafios buscando superar os impasses.

A atuação da Igreja na organização de comunidades de fé no meio rural, a partir desses fundamentos, desencadeou uma série de mudanças na estrutura social e nas relações de poder, constituindo novas relações políticas e engendrando processos de organização no meio rural. Antes de desenvolver essa afirmativa é importante ressaltar que não se trata de naturalizar ou idealizar o movimento das CEBs, mas de analisar sua repercussão nas configurações sociais e políticas que circunscrevem a agricultura familiar.

No meio rural da Zona da Mata Mineira a intervenção e as consequências das CEBs foram de fato marcantes. De acordo com Silva (2010), essa foi uma região de domínio de fazendeiros em que as relações políticas eram entremeadas pelas relações entre oligarquias rurais. Tais oligarquias, na expressão maior de domínio dos fazendeiros, se impunham como orientação social e política das dinâmicas das relações sociais e das organizações de trabalhadores no meio rural.

Neste contexto histórico, os agricultores estabeleciam relações diretas com os fazendeiros, também chamados de patrões por serem os proprietários de terra e empregadores rurais, seja nos regimes de parceria ou de trabalho temporário. Cintrão (1996) denominou essas relações de “relações verticais”, pois partem inicialmente de uma desigualdade social e são historicamente marcadas pela dependência e pela subordinação. Os vínculos com os fazendeiros eram hierárquicos e calcados em relações de favor, principalmente pela dependência da terra, seja como agregado, seja como parceiro ou meeiro. As regras de estabelecimento na terra eram ditadas e controladas pelo patrão.

A atuação das CEBs, frente a essa elite dominante, inicia-se na base popular com um processo de aproximação da realidade que era chamado de “conscientização”, indicado também com as palavras “acordar” ou “despertar” para a realidade. A formação das comunidades atinou a reflexão dos agricultores da região em busca de mudanças.

Com as CEBs as pessoas... era culto dominical que tinha nas comunidades, ia pessoas de Tombos para fazer o culto na minha comunidade, por exemplo, então lia a palavra de Deus, a bíblia, fazia celebração, rezava, pedia a Deus e tal... Mas foi muito bom né, as pessoas começaram a enxergar a vida com outros olhos né, juntando fé e vida (Entrevistada 1T, arrendatária, sócia fundadora da Ecosol Tombos, 2010)⁴¹.

(...) Ela [CEB] fez um trabalho de formação, de sensibilidade e de humanidade, isso é muito importante (Entrevistado 5T, proprietário, sócio fundador da Ecosol Tombos e ex-presidente do STR de Tombos, 2010).

⁴¹ Como já foi mencionado, quando forem citadas falas dos entrevistados estes serão nominados de acordo com o número ordinal da entrevista num determinado município, que estará abreviado com suas iniciais (ex: primeira entrevista de Tombos – entrevistada 1T), seguido de características pessoais de cada entrevistado (vínculo com a terra e vínculo com o sistema Ecosol/MG).

O trabalho das CEBs, em nível de comunidades, reordenou os espaços de convivência e interação dos trabalhadores a partir de sua realidade local. O processo de conscientização é ancorado nos espaços de sociabilidade criados pelas reuniões comunitárias e os contatos pessoais possibilitados. A referência comunitária tornou-se palco para emergência de relações de confiança, respaldadas pela fé, em um projeto religioso e, pelas interações sociais, em um projeto político de transformação da realidade desse segmento.

A *confiança* como mecanismo de coesão e produto das relações constituídas e reforçadas pelas CEBs foi identificada por Petrini (1984, p.53), que constatou que

O grau de convivência e de participação na vida uns dos outros, os gestos rituais, os encontros e os trabalhos que são desenvolvidos na comunidade e, especialmente, a comum adesão à mesma crença religiosa, geram um clima de confiança que torna possível o acolhimento de juízos e de decisões a respeito da realidade social e política que, de outra forma, seria muito difícil.

Como afirmou Gambetta (1988), a *confiança* é um pressuposto a ser considerado em processos de cooperação e de organização. A coesão das comunidades de base perpassa as relações de *confiança*. O desenvolvimento de processos de cooperação, como a formação de organizações locais (sindicatos, associações e cooperativas), é respaldado pela confiança, que sustenta ações coletivas. Esta é uma herança importante para as cooperativas de crédito, que lidam cotidianamente com o exercício da confiança nas atividades financeiras. Organizações constituídas por trabalhadores rurais, historicamente formados nos movimentos da Igreja, sinalizam a importância das relações de confiança para sua sustentação. O fragmento de entrevista a seguir acena esta afirmação:

A Ecosol lá em Espera Feliz... é a questão da amizade né, da confiança... a gente sabe que quem está lá realmente se identifica com a causa. É o que eu estava falando, é uma cooperativa, na minha opinião, de confiança. Tem pessoas que vieram da base, que sentiram na pele, lá na roça lá, o que é ser um agricultor. E hoje lá [na cooperativa] procuram dar valor pra quem tá lá no campo, e lutando pra que essas pessoas tenham uma vida digna no campo (Entrevistado 2EF, meeiro, sócio do PAC Ecosol Espera Feliz, 2010).

O sentido de pertencimento a uma causa, expressado ao se remeter à cooperativa, apregoa também o conteúdo ideológico das organizações formadas pela trajetória de mobilizações das CEBs. Além da religiosidade, as CEBs despertaram a mística nos grupos sociais, dado que as reuniões e rituais comunitários eram e são marcados pela mística e pela religiosidade. A mística é a manifestação simbólica da reflexão sobre a realidade e do sentido de união, da representação da identidade por causas comuns⁴².

Como registrado no diário de campo, as reuniões das cooperativas e de organizações locais observadas explicitaram a mística e a religiosidade no comportamento das pessoas nas organizações. Antes de iniciar as reuniões e planejamentos nas cooperativas Ecosol, por exemplo, são realizadas orações e místicas que envolvem reflexões sobre algum aspecto da realidade. Objetos, gestos e gritos de ordem são manifestações simbólicas produzidas nos espaços de místicas. A passagem a seguir foi extraída do diário de campo durante a observação do pesquisador em uma oficina de capacitação de cooperados do PAC Ecosol em Espera Feliz e elucida a análise da mística:

Antes de iniciar a reunião foi feita uma mística. Todos se levantaram e, após rezar, estenderam suas mãos, unidas umas sobre as outras, para que a energia fluísse. Todas as reuniões praticamente começam com a mística. As místicas geralmente são feitas com orações. É forte a religião, expressada no cotidiano das práticas das organizações. Percebe-se que as místicas, com embasamento lúdico-político-religioso, possuem forte referência nas orientações das CEBs. (Diário de campo, 2010).

As místicas são momentos subjetivos e introspectivos que precedem as discussões e as decisões que compõem a pauta formal das reuniões. Algumas místicas chegam a recordar a atuação das CEBs como proponente de uma nova forma de pensar a agricultura e os trabalhadores. São comportamentos introjetados⁴³ no cotidiano dos indivíduos, comunidades e organizações.

⁴² Essa definição foi formulada com base nas percepções do pesquisador sobre os espaços de mística do qual participou durante a pesquisa de campo e em trabalhos paralelos com as organizações de agricultura familiar da Zona da Mata.

⁴³ Poderia falar-se em um *habitus*, na linguagem utilizada por Bourdieu (1989).

Ela [CEBs] levou nós a um conhecimento de base, que é a mística, entendeu, foi uma formação muito grande. [...] A igreja foi o primeiro passo, depois veio as organizações. Agora as CEBs, com o trabalho de formação de base, mostra que a mística é o que impulsiona... (Entrevistado 5T, proprietário, sócio fundador da Ecosol Tombos e ex-presidente do STR de Tombos, 2010).

A mística compõe o conteúdo das interações sociais, uma marca das *redes sociais* formadas através da organização das Comunidades de Base. Os agentes eclesiais ou agentes pastorais, lideranças que coordenavam os trabalhos comunitários das CEBs, podem ser considerados os tecelões das *redes sociais* sob as quais emergiram várias outras organizações, como os sindicatos. As CEBs, ao constituírem espaços de interação, propiciavam o estabelecimento de contatos pessoais entre os agricultores. Para além de um momento restrito à prática da fé religiosa, as interações se estendiam para várias dimensões da vida cotidiana (inclusive a econômica), fortalecendo os vínculos sociais.

As *redes sociais*, como apontado por Granovetter (1985), constituem padrões de relações sociais que possuem força e conteúdo e que permitem a circulação de informações entre os atores. As relações de vizinhança e parentesco são reforçadas através das interações cotidianas, e formam, notadamente, o que Granovetter (1983) denominou de *laços fortes*. No entanto, o movimento das CEBs mantinha uma dinâmica de contato entre as comunidades, no diálogo e reflexão em âmbito municipal e até regional, que se estendeu com a criação dos sindicatos. Os elos entre as comunidades, estabelecidos por meio de *laços fracos* como descritos por Granovetter (1983), foram essenciais para transpor uma ação política restrita à comunidade local, para uma intervenção ampliada e conjunta dos atores sociais envolvidos no movimento.

Segundo Petrini (1984, p. 142, grifo nosso) “[...] o caráter de maior originalidade das CEBs parece consistir justamente na agilidade com a qual se estabelecem **os nexos que ligam as pessoas entre si**”. Isso remete justamente à formação das redes sociais, ou seja, à estrutura das relações sociais, aos contatos estabelecidos por meio dos espaços de sociabilidade criados nas comunidades e destas entre si. Os vínculos sociais criados se expandem também para os nexos que ligam cada pessoa ao contexto social e às problemáticas em comum, de modo que o

“pessoal” e o “político” não emergem como contraditórios ou excludentes, nem apenas complementares, mas estritamente ligados.

As *redes sociais* tecidas no seio das comunidades eram caracterizadas, entre outras coisas, pela coesão social e pela confiança existente entre seus membros. O conteúdo político-ideológico que fundamentava a ação das CEBs era veiculado pelas redes, as quais se expandiam por meio dos *laços fracos*, ganhando capilaridade no meio rural da Zona da Mata Mineira.

O trecho de uma entrevista exposto a seguir retrata esta particularidade das redes sociais e do conhecimento interpessoal formados pela organização política:

Aqui [em Tombos] é assim, é separado por comunidades né. Aqui em Tombos tem várias comunidades. Catuné é um distrito, a gente vive uma comunidade. Tem a comunidade de Pedra Dourada, tem outras comunidades, então são diferentes locais mais onde em cada local daquele todo mundo conhece todo mundo (Entrevistado 8T, proprietário, coordenador geral da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

A formação das comunidades e a identidade que marca esse espaço caracterizam a dinâmica das redes sociais. Viver uma comunidade, como diz o entrevistado, sinaliza para a coesão dos “nós” que ligam essas redes.

A expansão das redes sociais e dos trabalhos das CEBs foi potencializada com o surgimento, em meados da década de 1970, do Movimento da Boa Nova (MOBOM), que vai dar uma nova dinâmica ao trabalho pastoral e político. O MOBOM reunia diferentes CEBs em encontros de reflexão, nos quais participam representantes de cada CEB. Cada representante, ao retornar as suas comunidades possuíam “missões” a cumprir: levar o que aprenderam para outras CEBs (CINTRÃO, 1996). O MOBOM, a partir destas missões e desta dinâmica de trabalho, foi se expandindo, envolvendo paróquias progressistas e CEBs isoladas, aumentando gradativamente a capilaridade da mobilização dos agricultores no meio rural.

De acordo com Cintrão (1996, p.61),

Extremamente afinado com a "doutrina" das CEBs, o MOBON pregava que 'a fé sem obras é morta', e chamava as pessoas a intervirem na realidade e a se organizarem para diminuir a exploração. Os encontros também serviram para os agricultores descobrirem que havia muitos problemas comuns. Em

1983 o MOBON estava bastante forte, e mais ou menos nesse período começou-se a discutir sobre os diferentes "instrumentos" para intervir na realidade, como as associações e, principalmente, os sindicatos e os partidos políticos.

Foram nos encontros do MOBOM, com apoio de várias CEBs de diversos municípios da Zona da Mata, que os instrumentos de intervenção na realidade foram se desdobrando das mobilizações sociopolíticas. Esse movimento ampliou os laços que iriam levar, posteriormente, à organização sindical.

Assim, o movimento pastoral redundou na organização dos agricultores familiares na Zona da Mata, o que promoveu a formação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) em meados da década de 1980. Como organizações de representação política dos trabalhadores rurais, os sindicatos nascem, neste contexto, como demanda do próprio segmento e incorporam os elementos religiosos e místicos. Para Cintrão (1996), os STRs surgem na Zona da Mata Mineira com o propósito principal de defender os direitos dos trabalhadores rurais.

Segundo Silva (2010), na década de 1980, na região da Zona da Mata chegaram a ser criados cerca de quinze sindicatos na microrregião de Muriaé, os quais formavam um Pólo Sindical e eram marcados por possuírem lideranças vindas das CEBs. Nas entrevistas isso também foi relatado: “o Sindicato nasceu nas CEBs né. Os primeiros diretores do sindicato faziam parte das CEBs” (Entrevistado 1S, parceiro, coordenador do PAC Ecosol Simonésia, 2010).

Resgatando este contexto para a análise das relações econômicas na agricultura familiar da Zona da Mata, é perceptível a interferência das CEBs também na construção social dos mercados, especialmente nos mercados microfinanceiros rurais, onde atuam as cooperativas do sistema Ecosol. Como argumentam Magalhães e Abramovay (2007, p. 107), “algo inédito foi introduzido pelo trabalho pastoral na vida destas comunidades, a saber, a formação de um novo *ethos* que se expressa em formas singulares de organização econômica”. Esse novo *ethos* de que tratam os autores é incorporado também pelas organizações, como os STRs, que surgem como mediadores sociais. Sua “simples” presença no meio rural constrói novas referências de representação de classe e reordena as relações de poder.

Magalhães (2005), ao estudar a formação do mercado de microfinanças no sertão da Bahia, se depara com um contexto sócio-histórico similar ao da Zona da

Mata, especificamente com a atuação das CEBs no meio rural e na organização camponesa. O autor constata que o trabalho religioso promoveu a emergência de um modo de ver e de se relacionar que possibilitou a formação de uma racionalidade econômica específica. Essa afirmação não quer dizer que as ações e decisões tomadas no âmbito dos estabelecimentos familiares ou organizações de agricultura familiar sejam sempre guiadas por compromissos religiosos. Ao contrário, porém, conduz à constatação de que existe sim uma predisposição psicossocial que vincula os indivíduos a compromissos sociais na vida econômica, os quais encontram fundamento no trabalho religioso.

Estas questões revelam que a política e a religiosidade são elementos basilares na formação das organizações econômicas da agricultura familiar. Isso adiciona ao mesmo tempo a dimensão histórica dos conflitos, inerente aos processos sociais de luta por direitos e de conscientização das classes populares sobre sua exploração. Tais questões fazem parte das regras que orientam também os mercados no meio rural e sublinham, como afirmou Fligstein (2003), que existe uma pluralidade de relações sociais que estruturam os *mercados*; desde relações dos agricultores entre si e com setores da Igreja Católica às relações com os fazendeiros/patrões.

Os *mercados* são entendidos, neste trabalho, como fatos históricos, localizados geograficamente e compostos por entidades vivas; como as instituições (ABRAMOVAY, 2004a). Concorde-se, assim, que os *mercados* são mediados pelas relações sociais, moldados pela cultura sociopolítica das comunidades e pelas condições ambientais dos espaços em que se manifestam; *mercados* são produtos da interação social.

Se os *mercados* são constituídos por atores sociais que estabelecem interações específicas e concretas, as *redes sociais*, as posições dos indivíduos e as relações de proximidade, contextualizadas por determinada história, personalizam os *mercados* e moldam as ações econômicas. É preciso sinalizar também o aspecto cultural que marca a construção social dos mercados (FLIGSTEIN, 2003), evidenciando, com base na Nova Sociologia Econômica, que um conjunto de relações sociais particulares contribuiu para a emergência de uma formação social específica e para delinear as manifestações econômicas na Zona da Mata Mineira.

Neste sentido, as proposições políticas das CEBs e das organizações que lhes são posteriores interferiram no comportamento econômico dos agricultores e em suas intervenções nos *mercados* e podem ter lhes alterado a própria dinâmica⁴⁴. A formação das organizações locais derivadas das CEBs e dos STRs são elementos importantes nesta análise. Como também observou Silva (2010), para o caso de Espera Feliz, aqueles municípios que mantinham uma forte atuação das CEBs e dos STRs formaram uma série de organizações posteriores para suprir as demandas da agricultura familiar que não cabiam mais aos sindicatos. Estas demandas eram muitas vezes de acesso a determinadas políticas públicas, supridas com a criação de associações e, em seguida, de cooperativas. As organizações locais derivadas de um movimento dinâmico de preenchimento de lacunas funcionais [econômicas] dos STRs são a convergência de densas redes sociais. A formação social e econômica que emerge influenciada pelas CEBs vai construindo novos arranjos institucionais e modelando instituições pré-existentes para dar conta das novas expressões da agricultura familiar na região.

Esta dinâmica é sublinhada nas entrevistas e é confirmada também por Cintrão (1996) e Silva (2010). Os STRs, por exemplo, interferem na regulação do mercado de trabalho no meio rural, reorientando as relação de trabalho e a representação política da categoria. E as cooperativas de crédito condicionam os mercados locais de microfinanças rurais, interferindo na mediação entre os atores e nas relações de dependência financeira. O trecho de entrevista a seguir é sugestivo neste sentido.

O primeiro passo para as cooperativas foram as CEBs né, depois das CEBs foram criados os STR e depois as organizações. Foi a CEBs que incentivava as pessoas a buscar alternativas sustentáveis né! A partir daí que foi criando a consciência de que era necessário organizar a documentação, aí então era necessário o STR, depois que era necessário se organizar a produção, então criou as associação, então depois a necessidade de ter acesso ao crédito, aí criou a Ecosol né... então é uma cadeia... É uma engenhoca (Entrevistado 4T, meeiro, sócio fundador da Ecosol Tombos, coordenador financeiro da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

⁴⁴ É importante sinalizar aqui que os comportamentos econômicos e a organização dos mercados não são determinados pela CEBs, mas condicionados, tendo em vista que cada município estudado possui uma história particular, que interferiu também nas economias locais e na formação dos mercados. As CEBs, porém, iniciaram em cada município um período de organização socioeconômica que marca definitivamente a economia rural.

A “engenhoca” de que trata o entrevistado remete à noção de proatividade e transitividade das *redes sociais* e sua interferência nos mercados locais. A formação das organizações locais para suprir condições de intervenção nos mercados surge pelos contatos estabelecidos e pelas informações transmitidas por meio das *redes sociais*. Estes elementos condicionam, historicamente, as regras do jogo econômico, as próprias instituições econômicas estabelecidas. Como afirma Granovetter (1991), as atividades edificadas sobre *redes sociais* e por elas condicionadas podem resultar em instituições econômicas estáveis e contribuir para a modelagem de instituições pré-estabelecidas.

Os mercados de microfinanças entre os agricultores familiares na Zona da Mata Mineira foram historicamente marcados pela dominação e o clientelismo, permeados pelas relações de exploração entre patrões e empregados (meeiros e parceiros principalmente)⁴⁵. Neste contexto de “dominação”, a predominância da cultura do café na região, com frequência operada em regime de parceria entre proprietários e trabalhadores rurais, configurava a estrutura de funcionamento dos mercados de microfinanças e as instituições que o regulavam. O acesso a empréstimos formais pelos trabalhadores rurais ou pequenos proprietários era restrito, tanto por parte de bancos como das políticas públicas. As fontes de financiamento e as condições para o acesso eram determinadas pelo patrão, proprietário das terras, que submetia os agricultores a condições de exploração através do crédito.

O regime de parceria exige do parceiro ou meeiro que arque com as despesas da lavoura, que é de um fazendeiro/patrão, até a colheita (ou “panha”, de acordo com os entrevistados) do café. A manutenção da lavoura e a colheita necessitam de investimentos, por exemplo, adubos e mão de obra. Porém, a falta de liquidez dos trabalhadores os tornam vulneráveis nos mercados de microfinanças, dependendo, principalmente, de empréstimos com agiotas, com os proprietários da terra ou de “vender o café no pé”, que significa receber um adiantamento monetário pela comercialização futura de uma determinada lavoura de café, sendo o dinheiro do

⁴⁵ Refere-se aqui especialmente ao acesso a recursos monetários, pois é fato que o mercado de microfinanças rurais é formado ainda por uma série de estratégias de financiamento e reprodução da renda das famílias, como pode ser o caso de ajudas entre vizinhos, caixas de poupança, seguros comunitários, manutenção de animais como seguro para épocas difíceis, etc..

adiantamento geralmente menor que o valor que o produtor receberia pela produção da lavoura se ela pudesse ser vendida na época correta. Estas estratégias de acesso ao crédito são denominadas por Abramovay (2004b) de “mecanismos informais de financiamento” e compõem os sistemas microfinanceiros locais, circunscritos pelas relações sociais.

Esta dinâmica histórica dos mercados de microfinanças rurais entre os agricultores familiares na Zona da Mata Mineira é ilustrada pelas passagens a seguir, extraídas das entrevistas realizadas na pesquisa.

(...) Na parceria que eu tenho, 50% da colheita é minha e 50% é do proprietário. Mas aí no caso a colheita já é por minha conta. Eu que tenho que dar conta de colher o café todo. Aí precisa de mão de obra né. Por isso que na colheita a gente precisa de ter um recurso também. (...) quando a gente chegava na panha, o que acontecia com nós que éramos parceiros, talvez a gente vendia o café até fora da época por causa da panha, da colheita, entendeu? A gente precisava de dinheiro e a única fonte era o café, aí tinha hora que não dava para segurar o café, tinha que vender para arrumar dinheiro. Ou então a gente pega um empréstimo com o proprietário mesmo, o patrão né (Entrevistado 10T, meeiro, sócio fundador da Ecosol Tombos, 2010).

A gente negociava era com os comprador de café... o explorador... não era comprador, era explorador! Eles comprava o café no pé por baixo preço e adiantava o dinheiro. Se você precisava de dinheiro eles não te arrumava o dinheiro, só se você vendesse seu café. Já fazia de sacanagem, era jogo que eles fazia. Você queria o dinheiro, mas eu não empresto, eu compro é café, se você quiser o dinheiro me vende o seu café. Eles pagava pouco, mas a gente precisava, então era obrigado a vender mesmo. Isso tem ainda por aqui (Entrevistado 3EF, proprietário, sócio fundador do STR e do PAC Ecosol em Espera Feliz, 2010).

Geralmente na nossa região aqui os agiotas são os compradores de café né, então eles tem um relação muito próxima com os agricultores. Às vezes já compra o café no pé, que a gente fala né, paga lá a metade do preço, as vezes menos da metade do preço do que vale, já adianta o dinheiro para o produtor. Então essa aí é uma prática que a gente tá tentando retirar da nossa região aqui. Cria dependência né (Entrevistado 8T, proprietário, coordenador geral da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

A partir do material empírico analisado, sob a perspectiva histórico-narrativa, parte-se da constatação dos mercados como construções sociais, cuja arquitetura é desenhada pelas estruturas sociais. A “compra do café no pé” e os agiotas mencionados nas entrevistas acima são parte das instituições que regulam os mercados de microfinanças rurais da Zona da Mata Mineira. Estas instituições sinalizam a composição da estrutura social particular, ancorada em relações de poder

e conflitos. As demandas financeiras, que acompanham o ciclo produtivo do café, são supridas pela oferta dos compradores e agiotas, principais atores de regulação do mercado, já que são os principais fornecedores de dinheiro. Os mercados de microfinanças rurais operavam, portanto, sob essas condições de dominação, regulados pelas regras impostas pelas instituições dominantes.

É válido considerar que as finanças não devem ser concebidas como instrumentos neutros nessas economias locais, movidas simplesmente por uma lógica econômica e instrumental. Ao contrário, a moeda – os vínculos, os direitos e as obrigações que ela contém – exprimem a própria maneira pela qual os agricultores familiares e suas famílias tecem suas relações recíprocas de dependência, solidariedade, ajuda, clientela, igualdade e submissão (ABRAMOVAY, 2004b).

Sinaliza-se, portanto, que as *redes sociais* são o componente principal dos mercados de microfinanças rurais. As relações sociais estabelecidas entre agricultores familiares e patrões eram decisivas para o acesso a modalidades de financiamento. E a inserção de agiotas e compradores de café nas redes sociais dos agricultores e comunidades era também essencial nesta dinâmica financeira. As *redes sociais*, como argumenta Fligstein (2003), situam-se no núcleo dos mercados, à medida que estes refletem as relações sociais estabelecidas entre os atores.

Sob este contexto, as mobilizações políticas dos agricultores, protagonizadas pela atuação dos STRs e forjadas sob a ação pastoral das CEBs, organizam iniciativas de superação das condições de exploração social e econômica. A busca de iniciativas, como já mencionado, se operacionaliza com a formação de organizações com capacidade de interferência nos mercados locais. No entanto, para se falar das alternativas econômicas que vieram a desembocar na constituição de cooperativas de crédito e em mudanças dos mercados locais, é preciso mencionar o processo de constituição do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA), os quais interferiram diretamente no *modus operandi* do movimento político da agricultura familiar na Zona da Mata Mineira⁴⁶.

Praticamente concomitante à formação dos STRs, deu-se a fundação de diretórios do PT por lideranças ligadas às CEBs. Antes mesmo de fundar o PT, as

⁴⁶ Quando mencionado o “movimento político da agricultura familiar”, a referência serão os grupos de agricultores familiares organizados em torno de sindicatos e outras organizações representativas do segmento.

CEBs já estavam engajadas no movimento político partidário nos municípios da Zona da Mata Mineira. De acordo com Cintrão (1996, p. 64),

Antes de fundar o PT as lideranças das CEBs já haviam participado nas eleições municipais apoiando os candidatos da oposição, quase todos do PMDB (ali na região [da zona da Mata Mineira] o PFL - antiga ARENA - tradicionalmente domina a política local). Nas eleições constituintes de 1988 eles lançam e apóiam candidatos ligados ao Partido dos Trabalhadores. Com a fundação, nesses municípios, de partidos políticos que se colocariam em oposição ao poder local constituído, o rompimento com os fazendeiros se aprofundaria.

Complementando o argumento, a autora expõe que, “na linguagem das CEBs, 'direito' se opõe a 'favor', e a entrada das lideranças das CEBs/sindicais na 'política' iria significar não só um questionamento do circuito dos 'favores', mas uma disputa de adesões, uma quebra nas lealdades políticas” (CINTRÃO, 1996, p. 65). Neste sentido, a sequência de lutas reivindicativas dos movimentos sociais mescladas com as iniciativas de auto-organização torna o horizonte da ação política por parte das lideranças da agricultura familiar próximo e factível.

A emergência e a consolidação dos partidos políticos, principalmente do PT, que foi e ainda é o mais expressivo na agricultura familiar da região e o engajamento contínuo de lideranças sindicais oriundas das CEBs nas disputas eleitorais, expressam significativamente uma marca histórica desse movimento e uma herança concreta para as organizações locais. As discussões político-partidárias e as disputas eleitorais que ecoaram a partir das CEBs, alavancaram o protagonismo dos movimentos sociais no campo e a força política da agricultura familiar.

A formação do PT contribuiu para as lutas políticas iniciadas pelas CEBs e encampadas pelos STRs. A política tornou-se, assim, uma via de intervenção para a mudança da realidade rural da Zona da Mata.

Atualmente é nítida a dimensão política do movimento da agricultura familiar na região e nas cooperativas de crédito do sistema Ecosol. As lideranças cooperativistas são também ligadas aos partidos políticos (principalmente ao PT) e participam ativamente das mobilizações partidárias e das disputas eleitorais.

Outro elemento importante deste contexto histórico da agricultura familiar na Zona da Mata Mineira, que surge paralelamente à formação dos STRs e do PT ainda na década de 1980, é a constituição da ONG CTA. O CTA é uma organização

formada por técnicos que prestam assessoria às organizações de agricultura familiar, as quais – por sua vez – estão representadas em seu corpo diretivo. Portanto, o CTA atua diretamente com os STRs. Sua proposta de trabalho parte inicialmente de uma crítica à modernização da agricultura, guiada por um modelo de desenvolvimento industrial excludente.

O CTA se insere no movimento político da agricultura familiar compartilhando das lutas políticas e construindo uma proposta de desenvolvimento rural alternativo, baseado em intervenções a partir de tecnologias alternativas. A emergência do CTA insere o componente ambiental na pauta de discussões e atividades dos STRs e das organizações locais. De acordo com Cintrão (1996, p. 9), “[...] os técnicos [do CTA] estão inseridos e referenciados no que chamamos de movimento ambientalista, e têm como interesse central consolidar a atuação da ONG e construir a questão ambiental enquanto problemática para agricultores e STRs”. O perfil dos técnicos se reflete nas intervenções, as quais propõem uma agricultura sustentável, sem o uso de produtos químicos e que valorize o ser humano e o meio ambiente.

A trajetória do CTA pode ser analisada como a consolidação de um espaço institucional de diálogo e atuação dos atores políticos da agricultura familiar, inseridos em diferentes redes de relacionamento. O CTA, assim como o movimento sindical através de sua organização estadual e nacional, expande os contatos dos sindicatos da Zona da Mata para além dos limites regionais. A participação de lideranças em intercâmbios e eventos permite a ampliação das *redes sociais*, que confere inovação aos processos técnicos e tecnológicos da agricultura familiar. A agroecologia, como referência a essas inovações, passa a ser a orientação de um projeto comum de agricultura e desenvolvimento para o pólo sindical da Zona da Mata e para as organizações locais a ele vinculadas.

Para Altieri (1999), a agroecologia pode ser entendida como uma ciência, um conjunto de conceitos, princípios e métodos que permitem estudar, manejar e avaliar um ecossistema agrícola, oferecendo diretrizes para uma agricultura sustentável, ambientalmente sadia, socialmente justa e economicamente viável. Partindo da concepção da agroecologia, a associação entre os técnicos do CTA e as lideranças sindicais nesse novo espaço institucional fez emergir, além de um novo modelo de desenvolvimento, um novo estilo de vida. Este estilo de vida orientado pela

agroecologia valoriza as relações no interior dos agroecossistemas e reforça também o conteúdo político das ações sociais e econômicas.

A dimensão ambiental passa a ser foco de ação do movimento sindical e das organizações locais, reordenando suas pautas internas e suas disputas políticas para um projeto alternativo de desenvolvimento rural. A busca de um novo estilo de vida e de novas técnicas de manejo dos agroecossistemas, que permitam um relacionamento mais íntimo e horizontal com o ambiente, é introjetado no comportamento e nos discursos dos agricultores e das organizações. A agroecologia é inserida, inclusive, como fundamento das místicas.

Neste projeto alternativo, forjado pela atuação dos STRs e do CTA, surgem alternativas econômicas para os agricultores familiares. Pautando as alternativas de acesso ao crédito frente à dinâmica de dependência nos mercados de microfinanças rurais, é importante destacar a atuação do CTA em parceria com alguns Sindicatos na constituição de Fundos de Crédito Rotativo (FCRs), já na década de 1990⁴⁷. Estes fundos surgiram com recursos de uma financiadora internacional e eram gerenciados principalmente pelo CTA e pela Cáritas (ONG vinculada a Igreja Católica). Tratava-se de recursos a fundo perdido que eram repassados a agricultores e a organizações vinculadas a Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata, a qual reunia uma série de STRs dessa região.

Os FCRs podem ser analisados como um mecanismo de fornecimento de modalidades de microcrédito para agricultores familiares. Surgem como uma alternativa aos canais estabelecidos de acesso ao crédito, consolidados nas relações de dominação dos patrões. Os fundos se inserem nas pautas da Associação Regional e tornam-se uma estratégia desta organização para o fortalecimento da agricultura familiar na região. É importante salientar que os FCRs foram controlados pelos próprios agricultores e suas organizações, com o apoio dos técnicos do CTA.

A intervenção dos Fundos no mercado de microfinanças rurais da região incorporou os pressupostos político-ideológicos do contexto, principalmente a

⁴⁷ Vale ressaltar que nessa época surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), precisamente em 1996, o qual também nasceu como fonte alternativa de acesso ao crédito para os agricultores familiares na região da Zona da Mata, como foi mencionado nas entrevistas. Porém, será dada prioridade nesta dissertação aos mecanismos de organização coletiva dos próprios agricultores, os quais emergem justamente do contexto social da região, que devem ser salientados tendo em vista que se tratam da mesma base de edificação das cooperativas aqui analisadas. Para maiores informações sobre o PRONAF, ver Bittencourt (2003).

agroecologia, como foco dos financiamentos. O crédito era concedido a agricultores e organizações de agricultura familiar vinculadas a Associação Regional através da apresentação de projetos de financiamento. Em documentos encontrados na base de dados do CTA pode-se perceber a dimensão dos FCRs, assim como expresso na Tabela 06:

Tabela 6: FCRs gerenciados pelo CTA no período ago/2000 a dez/2004

TIPOS	Nº projetos	(%) Nº projetos	Valor (\$)	(%) Valor
Organizações	13	22,8	54.905,00	48,67
Homens	23	40,4	33.246,00	29,46
Mulheres	21	36,8	24.670,00	21,87
TOTAL	57	100	112.821,00	100

Fonte: CTA (2004)

Foi encontrada nos documentos analisados, uma cartilha de divulgação dos Fundos (não datada), que contribui para a análise da influência do contexto sociopolítico sobre as organizações econômicas, a qual é enfática sobre a orientação dos projetos:

AGROTÓXICO NÃO!

A proposta deve apresentar a sustentabilidade da atividade, nos aspectos sociais, ambientais e de gênero. Sendo assim o FCR não financiará projetos em propriedades onde se utiliza agrotóxicos.

Esta orientação reflete nitidamente a herança política das CEBs e a incorporação da dimensão ambiental a partir dos trabalhos com agroecologia realizados pelo CTA. O movimento da agricultura familiar apoiado pelo CTA, por meio das experiências dos FCRs, deu origem às cooperativas de crédito do sistema Ecosol. Uma descrição mais aprofundada do processo de constituição das cooperativas será apresentada na próxima seção.

As cooperativas receberam como herança e são edificadas sobre o arranjo social e os pressupostos políticos, ideológicos e ambientais construídos historicamente, marcados pela atuação das CEBs. As cooperativas surgem justamente com o propósito de se tornarem uma alternativa de acesso a serviços

financeiros para a agricultura familiar, buscando eliminar qualquer forma de exploração pelo crédito.

As cooperativas foram organizadas pelas lideranças do movimento sindical, as quais são formadas pelas CEBs. Neste sentido, suas estratégias de gestão e seus focos de atuação incorporaram a lógica de organização e os ideais dos movimentos de base. Existe, assim, uma dimensão política e ideológica que busca ser sustentada como princípio nestas organizações diante dos normativos e regulações oficiais sob as quais elas precisam operar.

A atuação das cooperativas de crédito, que abarcam principalmente em seu quadro social agricultores vinculados aos STRs, contribui também para reduzir as fontes de dependência dos patrões e até mesmo as práticas de “compra de café no pé” por meio de financiamentos. As falas a seguir são esclarecedoras sobre isso:

Agora com a cooperativa ele [agricultor] pega empréstimo, faz a colheita dele tranquilo, vende o café no tempo certo, quando tiver preço bom, e não precisa de ficar dependendo de vender antes e barato (Entrevistado 6T, proprietário, sócio fundador da Ecosol Tombos, 2010).

Hoje nossos agricultores já seguram o café já esperando um preço melhor, pegam o crédito na cooperativa, esperam o café ter um preço melhor pra vender (Entrevistado 8T, proprietário, coordenador geral da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

O surgimento das cooperativas como um novo arranjo organizacional para o acesso ao crédito provoca mudanças nos mercados de microfinanças rurais, acompanhando uma mudança na estrutura social, especialmente com a autonomia da agricultura familiar e o enfraquecimento das relações de dominação. Parafraseando Fligstein (2003), este contexto expressa o modo como as estruturas sociais são moldadas com o propósito de organizar os mercados, que são condicionados pelas culturas locais.

Assim, o surgimento das cooperativas pode ser analisado como uma “inovação institucional” nos mercados de microfinanças rurais da região, como também assinalaram Bittencourt e Abramovay (2003) ao analisarem cooperativas do sistema Cresol no sul do Brasil. Uma das entrevistadas descreve sua percepção sobre os fundamentos e as origens das cooperativas de crédito, a qual é confirmada na análise do material empírico coletado:

As CEBs veio para a renovação, para ver os direitos e os deveres dos trabalhadores, e a Ecosol é mais um dos nossos direito, de termos o nosso próprio dinheiro... Como se diz assim, vamos ter o nosso próprio banco. O João, não precisa pegar o empréstimo, ele pode poupar. E a Maria também pode poupar porque ela não precisa. Mas tem o José lá que precisa. Aí a gente vai pegar o dinheiro do João e da Maria que não precisa, pouparam, e vamos emprestar para o José que precisa né. Então eu acho que isso é um fruto da CEBs que é mais um direito que nós conquistamos. É muito bom, a gente mesmo poder gerenciar nosso dinheiro. Os bancos pegam o dinheiro e levam para fora, pegam nosso dinheiro e vão gastar lá fora. O nosso na Ecosol vai circular é aqui. Na minha comunidade tem os que precisa e os que não precisa. Os que não precisa vão poupar lá e vão emprestar para os que precisa, para poder a pessoa crescer, vão criar galinha, vai fazer uma horta, vai melhorar a roça. É para gerar trabalho e renda. Então sem dúvida nenhuma isso é um fruto das CEBs (Entrevistada 1T, arrendatária, sócia fundadora da Ecosol Tombos, 2010).

Neste relato, o conteúdo político que delineou a formação das cooperativas pode ser destacado e está expresso na solidariedade como parte do *ethos* de uma comunidade. O acesso ao crédito era mais um dos direitos pautados pela luta política dos STRs e, assim, uma demanda concreta dos agricultores familiares. A origem das cooperativas, lastreada através das lideranças que as constituíram e da solidariedade que as conectam, remete ao movimento das CEBs. Por meio deste movimento, as redes sociais foram ampliadas e os atores envolvidos em ações políticas, construindo culturas locais que orientaram sua interação econômica e desenharam uma nova arquitetura para os mercados microfinanceiros rurais locais.

As inovações trazidas pelas cooperativas assumem a forma de estruturas de governança, concepções de controle ou normas de transação financeira, que permitem aos atores envolvidos nestes mercados organizarem-se e construírem novos padrões de relacionamento econômico. Os mercados de microfinanças rurais nos quais se inserem as cooperativas de crédito, portanto, são moldados pelas estruturas sociais e condicionados pelo arcabouço político-ideológico construído a partir dos movimentos pastorais de base. A proximidade é uma marca considerável que permeia as dinâmicas relacionais e operacionais nas organizações e de suas interações nos mercados.

Toda esta contextualização, mesmo que sinóptica, expressa um esforço analítico de interpretação das bases sociopolíticas de sustentação das cooperativas de crédito do sistema Ecosol em Minas Gerais e as instituições que vão modelando sua trajetória. A título de síntese desta contextualização, é importante sublinhar os três

pilares que sustentaram e sustentam o movimento político da agricultura familiar na Zona da Mata Mineira e, conseqüentemente, a organização das cooperativas de crédito do sistema Ecosol⁴⁸: i) **a mística e a religiosidade**, despertadas principalmente a partir do movimento das CEBs, que interferiu diretamente nas representações sociais⁴⁹ e nas manifestações simbólicas que orientaram as intervenções para a mudança da realidade; ii) **a política**, marcada pela criação do PT na região e pelas articulações sindicais que denotaram às relações econômicas uma dimensão política, possibilitando a ampliação das pautas reivindicativas e do protagonismo da agricultura familiar; iii) e **a técnica/estilo de vida**, consolidado principalmente a partir da atuação do CTA e da inserção da agroecologia como projeto de agricultura e de desenvolvimento alternativo, configurando novas formas de relacionamento entre os agricultores e destes em seus agroecossistemas.

Esse tripé da agricultura familiar na região não pode ser divorciado de sua perspectiva histórica. Enfatiza-se, contudo, que se trata de um contexto que pode interferir nas atividades atuais das organizações de agricultura familiar e é constantemente ressignificado através da renovação dos quadros sociais, porém, mantendo vivas as heranças políticas e ideológicas afluídas nas CEBs.

Parece legítimo, portanto, afirmar que as práticas sociais e religiosas advindas das CEBs geraram um grau de mobilização popular e proporcionaram um processo cumulativo de amadurecimento político e organizativo no meio rural, tomando como referência territorial as comunidades e suas inter-relações. Frente a esta afirmação é que o movimento das CEBs, como destacou Petrini (1984), ganha conotação sociopolítica e supera um estilo paroquial de repetição cíclica e monótona do catolicismo tradicional, às vezes reservado e individualista, passando para práticas construtivistas e interacionistas no âmbito das comunidades rurais.

⁴⁸ A ideia dos três pilares da agricultura familiar na Zona da Mata é emprestada da professora pesquisadora Irene Maria Cardoso, vinculada a Universidade Federal de Viçosa e ao CTA, que desenvolve há vários anos inúmeros projetos ligados à agroecologia e à agricultura familiar na região. A intenção foi desenvolver essa ideia.

⁴⁹ Para Jodelet (2002, p. 22) as representações sociais são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. As representações sociais são particularmente importantes neste contexto porque, de acordo com esta autora, guiam os comportamentos dos grupos e indivíduos no modo de “[...] nomear e definir conjuntamente diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva” (JODELET, 2002, p. 17).

Percebe-se então, um inegável significado pedagógico das CEBs, expresso em suas práticas cotidianas e nas interações sociais promovidas ao nível comunitário e municipal. A pedagogia comunitária possibilitou ensaiar e institucionalizar novas formas de convivência social, condutas morais, participação democrática e consciência política. Constitui-se, assim, um arcabouço psicológico e ideológico que conduz à mobilização e à atuação do movimento político da agricultura familiar e de suas organizações econômicas.

É desse substrato social que emergem as cooperativas de crédito do sistema Ecosol. A singularidade histórica que marca estas cooperativas lhes imprime características igualmente singulares na operacionalização dos serviços financeiros. A seguir, apresenta-se a discussão da trajetória institucional do sistema Ecosol em Minas Gerais, que evidencia a modelagem das organizações por esse substrato social, mas demonstra também sua adequação às pressões institucionais.

5.3. Trajetória institucional do sistema Ecosol em Minas Gerais

Para analisar a trajetória institucional do sistema Ecosol em Minas Gerais, ela será dividida em três processos que representam etapas diferentes do desenvolvimento das cooperativas: i) expansão das *redes sociais* e protagonismo sindical na constituição das cooperativas; ii) a identidade pelo crédito e a “lógica da proximidade”; iii) mudanças organizacionais e *isomorfismo*.

5.3.1. Expansão das *redes sociais* e protagonismo sindical na constituição das cooperativas

Para prosseguir nesta análise, é preciso partir do contexto descrito na seção anterior. É necessário destacar que o movimento da agricultura familiar na Zona da Mata Mineira, derivado das CEBs, se edifica sobre uma série de redes sociais interconectadas. As redes sociais estabelecidas nas comunidades e, destas entre si nos municípios, se fortaleceram e se expandiram principalmente por meio das ligações possibilitadas pelo movimento sindical, que conectou os movimentos de base (as *redes sociais*) de vários municípios. A Figura 08 ilustra essa expansão das *redes sociais* através dos STRs.

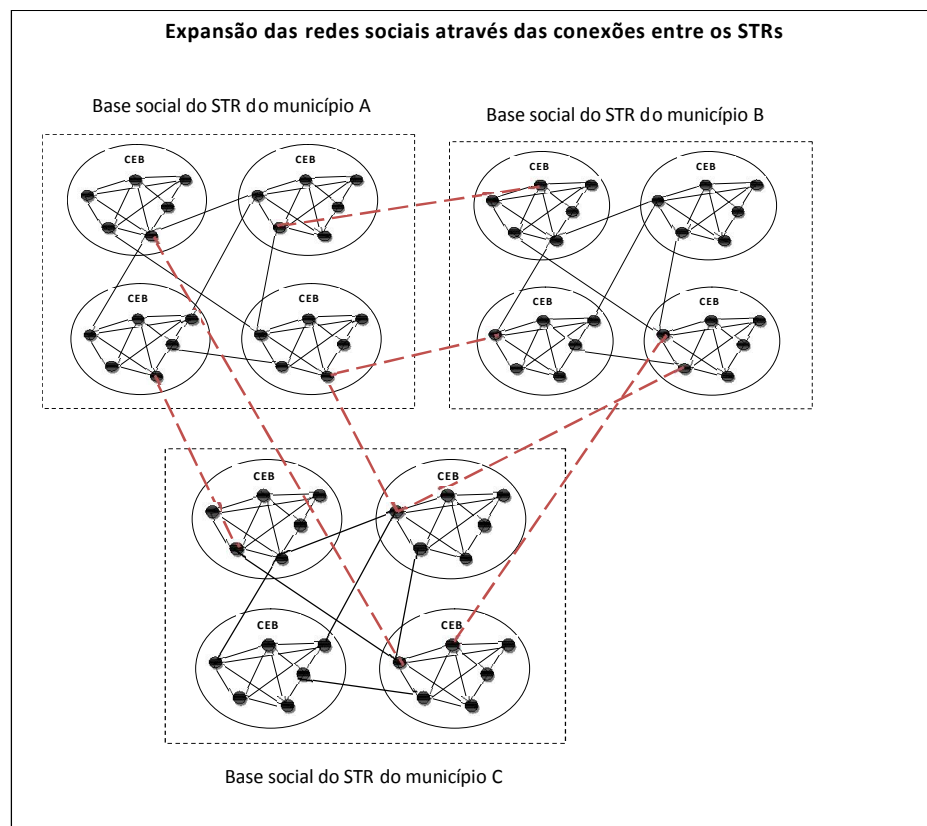


Figura 8: Representação analítica da expansão das redes sociais através das conexões entre os STRs.

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Figura 08 expressa uma representação analítica das *redes sociais* sob as quais se edificaram as organizações de agricultura familiar na Zona da Mata, como as cooperativas do sistema Ecosol. A figura também tenta representar a expansão das *redes sociais*, que ocorre através dos *laços fracos* (linhas pontilhadas), para além dos limites municipais, integrando o movimento da agricultura familiar a partir da ação política dos STRs. A tecelagem dessas redes é feita principalmente pelas lideranças dos movimentos de base, que surgem como pontos centrais nas estruturas de relacionamento. Desde as CEBs, em que os indivíduos (os nós da rede) se inter-relacionaram, à conexão entre diferentes CEBs e posteriormente no estabelecimento de pontes entre os municípios, as redes vão sendo tecidas pelos vínculos entre as lideranças sindicais.

As pontes ou conexões estabelecidas entre *redes sociais* distintas são construídas pelos *laços fracos* (GRANOVETTER, 1973). Como discutido no referencial teórico da sociologia econômica, os *laços fracos* oferecem aos atores

acesso a informações e a recursos que não poderiam ser acessados em seus círculos sociais mais restritos. Esse tipo de relação consegue superar a redundância nos conteúdos que são veiculados pelas *redes sociais*. Ademais, a inovação nos processos sociais e técnicos é motivada (e até mesmo induzida) por esses novos contatos e o consequente acesso a novas informações e recursos.

As redes representadas na Figura 08 se limitam à análise da construção das *redes sociais* do movimento político da agricultura familiar na Zona da Mata, o qual é organizado regionalmente através da Associação Regional. As *redes sociais*, neste caso, funcionam como um distinto mecanismo de governança, um "cimento social" (*social glue*) (GRANOVETTER, 1991) que liga este movimento e fortalece suas ações.

No entanto, a própria dinâmica do movimento sindical possibilitou a constituição de *laços fracos* com outros movimentos sindicais de outras regiões do país. Consequentemente expandiram-se os limites das redes sociais do movimento sindical da Zona da Mata Mineira.

O movimento sindical está organizado a nível estadual e federal por federações sindicais, congrega STRs de diversas regiões e os coloca em contato através de seus espaços institucionais de discussões e deliberações. Os STRs da Zona da Mata, sendo parte vinculados a Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁵⁰, participavam de diversos espaços de articulação do movimento sindical, tanto em Minas Gerais quanto em outros estados da federação. Esses contatos possibilitaram a ampliação das *redes sociais* por meio da formação de *laços fracos* com diversas lideranças sindicais de outras regiões, compartilhando experiências e iniciativas. Tais intercâmbios e as novidades trazidas por meio do movimento sindical para a Zona da Mata influenciaram de diferentes formas a agricultura e a organização econômica da região.

⁵⁰ O movimento sindical na Zona da Mata era inicialmente vinculado à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), que organizou o Pólo Sindical da Zona da Mata. No entanto, em um determinado momento da história o Pólo Sindical se dividiu com o afastamento de uma parte dos sindicatos que seguiam uma linha mais "combativa", os quais passaram a integrar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), que é ligada a CUT. Silva (2010), ao analisar a trajetória do STR de Espera Feliz, constata esse "racha" no sindicalismo da Zona da Mata. O STR de Espera Feliz e outros STRs descontentes com a representação da FETAEMG decidiram disputar a direção da entidade, mas o fracasso dessa empreitada levou tais sindicatos, em 2001, a romperem com a FETAEMG e se vincularem a FETRAF. Destacam-se os STRs ligados a CUT por serem a maioria do antigo Pólo Sindical e por serem os sindicatos que protagonizaram a criação do sistema Ecosol em Minas Gerais.

Uma das inovações surgida dessas redes foi justamente o cooperativismo de crédito solidário, notadamente o sistema Ecosol. As cooperativas de crédito do sistema Ecosol em Minas Gerais são edificadas sobre essas *redes sociais* oriundas das CEBs e se apropriam (e são apropriadas) dos alicerces sociais do movimento sindical. As passagens seguintes levam a esta interpretação:

Algumas pessoas da coordenação [da Ecosol] [eu] já conhecia, outras a gente foi conhecendo. Conhecia o Itamar, o Valdecir... Tinha relação de amizade... de movimento sindical. Todos participavam do sindicato. Na verdade toda a amizade que veio aqui na Ecosol, já veio pelo conhecimento que a gente tínhamos lá no sindicato, nas coisas que faziam juntos... (Entrevistada 7EF, meeira, sócia fundadora e membro do comitê de crédito do PAC de Espera Feliz, 2010).

Todos eles [os sócios fundadores] faziam parte do STR, da associação e de um trabalho de base de CEBs aqui dentro do município né. Conheciam-se entre si e uniram-se para criar essas cooperativas (Entrevistado 4T, meeiro, sócio fundador da Ecosol Tombos, coordenador financeiro da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

O sistema Ecosol surge por iniciativa da CUT através de uma política de fomento ao crédito para trabalhadores, implementada por sua Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)⁵¹. Em parceria com Sindicatos de todo o Brasil, a ADS iniciou um processo de constituição de uma Central de Crédito Cooperativo, formada por cooperativas de crédito sem vinculação a outro sistema ou descontentes com os sistemas aos quais estavam vinculadas. As cooperativas eram discutidas sob os princípios da Economia Solidária, buscando uma nova lógica para os serviços financeiros e o atendimento de um público até então excluído do escopo dos bancos e de outros modelos de cooperativas de crédito.

O Ecosol chegou a Minas Gerais por meio de lideranças sindicais da região da Zona da Mata em contato com outras lideranças, tanto de outros movimentos de base quanto da coordenação das próprias federações sindicais. Os *laços fracos* permitiram a inovação por que viabilizaram o acesso a informações sobre o projeto de constituição das cooperativas.

51 A ADS foi criada em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares (UNITRABALHO) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Dentre os diversos programas que a entidade possuía, o programa de crédito solidário procurava recuperar o papel do crédito como um instrumento potencializador do desenvolvimento local (BITTENCOURT, 2001).

Na verdade a ideia da Ecosol nasceu com a mobilização da Apat⁵². Nós fomos fazer uma apresentação da Apat num congresso sobre comercialização em Belo Horizonte, aí o pessoal da ADS estava lá e eles... O Marista interessou, Instituto Marista. Aí eles pegaram aí financiaram para nós, um fundo rotativo de 12 mil reais na época, e falaram assim: nós vamos criar a Ecosol lá, a partir daí. E aí que surgiu a ideia de Ecosol aqui na Zona da Mata. Aí depois levou pros companheiros nossos discutirem (Entrevistado 5T, proprietário, sócio fundador da Ecosol Tombos e ex-presidente do STR de Tombos, 2010).

A partir da chegada desta “ideia de Ecosol aqui na Zona da Mata”, o projeto de constituição de cooperativas de crédito rural solidárias na região foi rapidamente difundido no interior do movimento sindical. Esta aproximação do movimento sindical com a proposta do cooperativismo solidário se dá pela concepção político-ideológica do próprio movimento, que prezava por organizações de cunho solidário, voltadas aos agricultores familiares e na perspectiva de fortalecimento desse segmento. De acordo com Silva (2010), a difusão e as decisões concretas sobre a proposta de implantação das cooperativas aconteceram a partir de um encontro regional realizado em Espera Feliz no ano de 2001, que contou com a participação de 16 STRs da Zona da Mata Mineira e a mediação do CTA.

Após essa reunião e outras discussões que a sucederam, os municípios de Araponga, Tombos, Espera Feliz, Simonésia e Divino foram escolhidos para aprofundar a discussão e realizarem um diagnóstico sobre sua realidade socioeconômica. Em seguida, foi realizada uma pesquisa sobre a vida financeira da agricultura familiar, para caracterizar as demandas pelo crédito⁵³. Após discussões e embates dos sindicatos, Araponga e Espera Feliz foram os municípios escolhidos para a implantação das cooperativas. Entretanto, como em Espera Feliz já existia outra cooperativa de crédito rural (vinculada ao sistema Sicoob) e o BC não aprovou o projeto de viabilidade para este município, o município de Tombos passou a assumir junto com Araponga o processo de constituição. Contudo, esses outros municípios interessados não foram excluídos do processo, ao contrário, continuaram

⁵² Associação dos produtores agroecológicos de Tombos, formada por lideranças das CEBs e do STR local.

⁵³ Essa pesquisa está compilada em partes no livro “Laços financeiros na luta contra a pobreza”, organizado por Abramovay e publicado em 2004.

acompanhando, discutindo e participando das atividades do cooperativismo de crédito solidário na Zona da Mata.

Passaram-se dois anos de mobilização até a constituição das cooperativas. Nesse período de “preparação do terreno” (Entrevistado 2A, proprietário, secretário geral da Ecosol Araponga, 2010), as lideranças sindicais designadas para coordenarem as cooperativas participaram de uma série de capacitações promovidas pela ADS e de um intercâmbio realizado em Santa Catarina com as cooperativas do sistema Cresol. Após essa mobilização inicial foram constituídas as duas cooperativas, a Ecosol Araponga em novembro de 2004 e a Ecosol Tombos em fevereiro de 2005.

Mesmo após a constituição, os STRs mantiveram forte influência e apoio às cooperativas. Em Araponga, por exemplo, o Estatuto original limitava a possibilidade de filiação na Ecosol apenas aos agricultores filiados ao STR, medida revogada anos depois⁵⁴. Desde a estrutura inicial para a capacitação à manutenção dos custos fixos das cooperativas os sindicatos estiveram presentes. Tanto que o crédito disponibilizado pelas cooperativas, por vezes, é percebido como mais um serviço oferecido pelos sindicatos aos trabalhadores rurais. A expressão “Banquinho do Sindicato” foi com frequência registrada no diário de campo da pesquisa em observações de reuniões e nas sedes das cooperativas e PACs. A percepção de que os STRs foram os “verdadeiros fundadores” da Ecosol em Minas Gerais é generalizada entre os entrevistados.

O sindicato, ele que praticamente assumiu nos primeiros momentos, de assessoria, ele que deu sustentação pra cooperativa. E esse pessoal que assumiu a Ecosol já faziam parte dessa articulação do sindicato (Entrevistado 9EF, proprietário, sócio fundador da do PAC de Espera Feliz e ex-presidente do STR de Espera Feliz, 2010).

A Ecosol foi criada do movimento sindical né. Então foram os sindicatos que trouxeram as cooperativas né. Porque o que que acontece. Hoje Para você abrir uma cooperativa ou um PAC precisa do apoio de um sindicato do local, porque no começo a cooperativa não é viável, o PAC não é viável, então até ela atingir a viabilidade precisa de um apoio bom do sindicato, um local pra funcionamento, as vezes o funcionário, que acontece muitas vezes que o sindicato é que paga o funcionário. O que acontece normalmente é que os sindicatos em dois anos dão um apoio pra cooperativa. A partir de dois anos a cooperativa já tem que ser viável para

⁵⁴ Para ser mais preciso, essa limitação estatutária inicialmente aprovada pela Assembleia de Constituição foi revogada na Assembleia Geral que ocorreu no início do ano de 2008.

se sustentar (Entrevistado 8T, proprietário, coordenador geral da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

Além de se inserirem na mobilização, os STRs encampam as cooperativas como estratégia do movimento na luta por direitos, sendo o crédito um desses direitos. Os próprios STRs, que possuem renda fixa pelas mensalidades pagas por seus associados, contribuem com a manutenção da cooperativa, custeando algum tipo de custo/despesa (funcionário, conta de luz, aluguel, etc.) e fazendo suas transações com ela. Esta atitude tem sido fundamental tendo em vista que as quotas-partes são de valor baixo (R\$ 100,00) e, conseqüentemente, constituem baixo capital de giro inicial para as cooperativas. Além disso, os juros cobrados nos empréstimos também são baixos, prezando principalmente pela capilaridade do acesso e não pelo lucro sobre as operações de crédito.

Este modelo de gestão parte da herança político-ideológica das CEBs, que atribui à racionalidade econômica e aos instrumentos de gestão um aparato simbólico, de luta pela inclusão financeira. Mas como se trata de uma instituição financeira, regulada e fiscalizada externamente, os mecanismos de gestão precisam de determinado rigor para alcançar a sustentabilidade. O trecho de entrevista anterior aponta que o apoio financeiro dos STRs segue por dois anos, porém, existem também outros apoios financeiros, principalmente das prefeituras. Na prática, todas as cooperativas ainda (em 2010) operam com algum apoio financeiro externo, por exemplo, pagamento do aluguel da sede ou do salário do funcionário. Isto está associado a pouca diversidade de produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas, as quais ainda operam apenas com capital próprio. No decorrer da discussão esta questão será retomada e sua análise aprofundada, especialmente no que tange às mudanças que isto está exigindo das cooperativas.

Todavia, para aguçar a discussão, retomando o capítulo que tratou do cooperativismo de crédito solidário, cabe expor que existe a inserção de uma instituição financeira que é fortemente fiscalizada e regida por regras rigorosas em um contexto de ações políticas e mobilizações sociais de agricultores familiares. As regras do sistema financeiro operam sobre uma lógica de padronização e devem ser obrigatoriamente cumpridas para que a cooperativa possa atuar. Ao mesmo tempo, os agricultores familiares possuem suas concepções e formas de ação particular. Lidar com essa dualidade exige habilidades e estratégias específicas e pode gerar conflitos.

A complexidade da gestão de uma instituição financeira – como a cooperativa de crédito –, as regras e necessidades técnicas de controle são elementos que foram incorporados no cotidiano dos agricultores familiares. Para lidar com essa complexidade não se contrataram profissionais especializados, os próprios agricultores assumiram esta responsabilidade. Pode-se então chamar o período inicial, após a constituição, de “adaptação e aprendizagem”. Isso porque a aprendizagem na operacionalização da cooperativa representou um processo de aprimoramento de técnicas e ferramentas de gestão e análise de crédito que viabilizaram maiores níveis de coordenação das atividades e de intervenção nos processos burocráticos, adaptando o grupo diretor às necessidades técnicas da gestão. Esse processo acontece através da “aprendizagem pela interação” (SABEL e ZEITLIN, 2008), que advém das interações sociais no cotidiano de relacionamentos da cooperativa e das interações sucessivas entre os diretores e as diretrizes legais e demandas técnicas que orientam o funcionamento da organização.

No entanto, não existem nas cooperativas Ecosol em Minas Gerais diretores liberados⁵⁵ para a ocupação da função gerencial e executiva de forma integral, apenas um funcionário em cada unidade de atendimento. Os diretores atualmente recebem diárias pelos dias da semana que disponibilizam para os trabalhos da cooperativa. A permanência nas cooperativas está vinculada muitas vezes ao próprio engajamento no movimento da agricultura familiar.

As passagens a seguir evidenciam o processo de acumulação de aprendizagem na gestão das cooperativas.

Antes da constituição ninguém sabia nada de cooperativa de crédito, eu tive que aprender é na marra mesmo. Tivemos que aprender a fazer avaliação de risco, a contabilidade, a fazer o controle de sobras ou perdas, a mexer com os juros... (Entrevistado 1A, proprietário, sócio fundador e coordenador geral da Ecosol Araponga, 2010).

Eu enquanto produtor rural, por exemplo, há cinco anos atrás eu não tinha nem um pingão de noção o que que era uma cooperativa e a forma que ela era gerida, eu sabia plantar, colher e capinar, mesmo assim na maior parte

⁵⁵ Com exceção da Ecosol em Tombos, na qual o coordenador da Ecosol ZM mantém dedicação exclusiva, mas remunerado pela prefeitura de Tombos.

das vezes fora das técnicas exigidas⁵⁶ (Entrevistado 4T, meeiro, sócio fundador da Ecosol Tombos, coordenador financeiro da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

A aprendizagem acumulada ao longo desses anos permitiu que os agricultores familiares envolvidos fossem se apropriando do cotidiano operacional e adaptando suas formas de envolvimento com a organização. A expressão de que diretores estavam passando “de agricultores familiares para banqueiros” foi registrada em diário de campo e retrata o acúmulo dos processos técnicos pelos agricultores diretores. O desenvolvimento das organizações acompanha também esse aprendizado, acumulado gradativamente pela interação com a gestão.

A gestão das cooperativas deve cumprir com os normativos e as exigências do Banco Central. No entanto, diversas estratégias de gestão são baseadas nas tecnologias de microfinanças. Os agentes de crédito e o aval solidário são mecanismos de controle adotados inicialmente pela Ecosol, inspirados também no sucesso do sistema Cresol. Este também inspirou a criação de uma base de serviços da Ecosol em Minas Gerais (com formato legal de uma associação), como forma de apoiar o sistema, sobretudo em relação à contabilidade, controles internos, formação dos cooperados e dirigentes, *softwares* e relações com bancos, governo e outras entidades. A Base Central de Apoio Ecosol Minas, como foi chamada, desenvolve também a ligação e a comunicação constante entre as cooperativas e PACs do sistema Ecosol no estado.

Em Minas Gerais existem apenas duas cooperativas deste sistema, mas a cooperativa sediada em Tombos se expandiu com o apoio dos STRs e criou, entre 2007 e 2009, PACs nos municípios de Espera Feliz, Simonésia, Divino e ainda em Catuné, distrito de Tombos, passando a ser denominada então de Ecosol Zona da Mata e Leste de Minas (Ecosol ZM). Já a cooperativa de Araponga continua restrita ao município de Araponga⁵⁷. Em nível nacional, o sistema Ecosol se organiza em torno de uma Central, fundada pela ADS em 2002. Essa Central coordena atualmente

⁵⁶ Esse entrevistado já foi coordenador geral da Ecosol ZM por dois mandatos e atualmente é coordenador financeiro desta cooperativa e também da Central Ecosol. Participa também da representação da Ecosol em diversos espaços do setor financeiro, como em diálogos com o Banco Central e a Confesol.

⁵⁷ Porém, avistando a necessidade de expansão para crescimento dos rendimentos, os coordenadores da cooperativa juntamente com a Base Minas firmaram parceria com a UFV para realização de um estudo de viabilidade para a abertura da área de abrangência, estudo que é exigido pelo BC para formalização do processo.

três bases de serviço (na Bahia, em Minas Gerais e em Pernambuco) e 18 cooperativas. A Figura 09 representa a estrutura organizacional do sistema Ecosol no Brasil e em Minas Gerais.

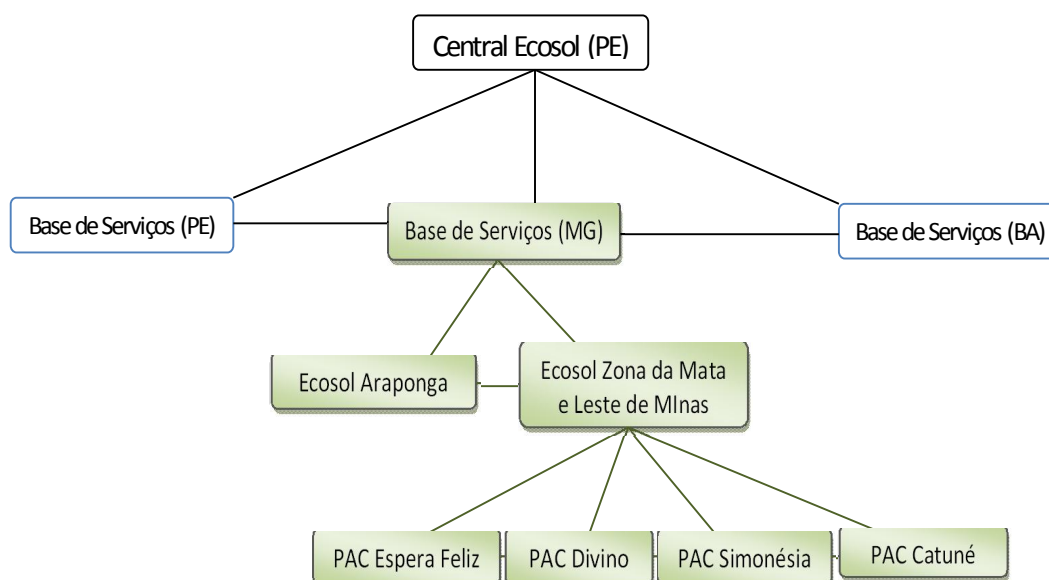


Figura 9: O sistema Ecosol no Brasil e em Minas Gerais.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010. Elaborada pelo autor.

Estas cooperativas possuem sua gestão autônoma, com um conselho administrativo, composto apenas por agricultores familiares cooperados e eleitos em assembleia geral. A fiscalização e o controle das cooperativas são realizados por um conselho fiscal (também composto por agricultores cooperados), pela Ecosol Central através de auditorias e pela Base de Serviços Ecosol/MG (que será chamada a partir de agora apenas de “Base Minas”). A gestão é realizada pelos próprios agricultores familiares, que assumem os cargos diretivos, como a coordenação geral e financeira das cooperativas. O organograma a seguir (Figura 10) sintetiza os principais cargos diretivos e executivos das cooperativas mineiras:

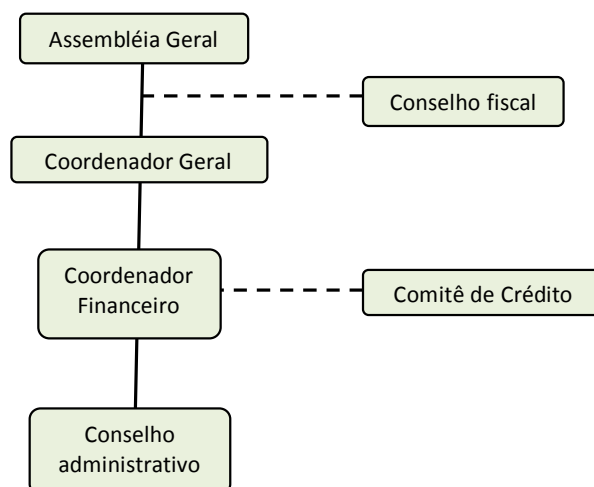


Figura 10: Organograma das cooperativas Ecosol em MG.
 Fonte: Dados da Pesquisa, 2010. Elaborada pelo autor.

Podem fazer parte do quadro social da Ecosol em Minas Gerais pessoas físicas que, na sua área de ação, desenvolvam preponderantemente atividade rural em regime de economia familiar (ECOSOL, 2003⁵⁸). A pesquisa documental indicou que os cooperados do Ecosol são todos agricultores familiares (e organizações da agricultura familiar), em sua maioria parceiros e meeiros com propriedade média de dois alqueires. A maioria dos sócios está associada a outras organizações locais⁵⁹, destacando os sindicatos, associações e cooperativas agrárias, seguindo a dinâmica das redes sociais locais já exposta. A pesquisa documental permitiu traçar ainda o perfil atual, etário e de gênero⁶⁰, dessas cooperativas, que demonstra a prevalência do sexo masculino. Apesar das informações sobre a Ecosol Araponga acerca desse perfil não terem sido disponibilizadas, a Ecosol ZM apresenta as características evidenciadas na Figura 11:

⁵⁸ Neste ponto os Estatutos das duas cooperativas são iguais, por isso citou-se apenas uma. A data de 2003 corresponde à data de finalização do documento, por isso antecede a data de constituição.

⁵⁹ Não foi possível determinar a porcentagem dos sócios da Ecosol que são também vinculadas a alguma outra organização, pois isso demandaria a análise de todas as fichas de cadastro de cooperados e em vários casos, uma consulta pessoal, o que estava fora do escopo desta pesquisa. Mas todos os entrevistados estavam vinculados a alguma outra organização e os diretores das cooperativas apontaram que são poucos os cooperados da Ecosol que não fazem parte de outra organização, especialmente dos STRs.

⁶⁰ Buscou-se ainda por um perfil que compreendesse a condição dos cooperados em relação à terra, mas os diretores das duas cooperativas e os coordenadores da Base Minas afirmaram não ter essa informação disponível no período da pesquisa de campo porque o sistema atual não permite processá-la. Entretanto, os diretores foram contundentes em afirmar que a maioria dos sócios não é proprietário de terra ou o é há pouco tempo, principalmente pelo acesso à política de crédito fundiário.

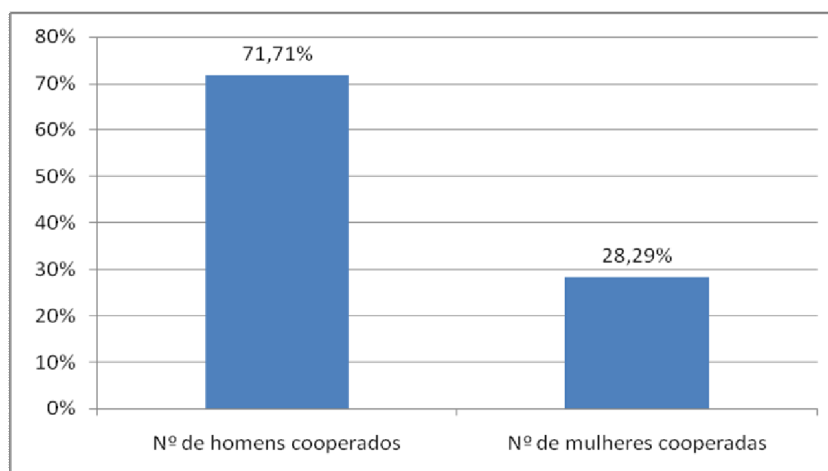


Figura 11: Distribuição de Gênero no quadro social da Ecosol ZM (Set./2010).

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

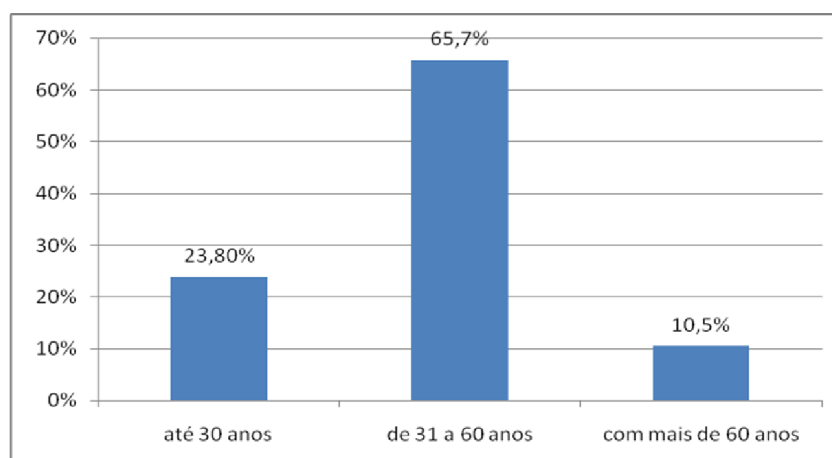


Figura 12: Perfil etário do quadro social da Ecosol ZM (Set./2010).

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Para ser sócio das cooperativas, de acordo com seu Regimento Interno, é obrigatório ter uma indicação de dois cooperados ativos, ter a sua documentação básica analisada, passar por um “curso para novos cooperados” e ter seu pedido aceito pelo conselho administrativo.

Para acessar o crédito da Ecosol, o primeiro critério é respeitar a disponibilidade⁶¹ e o limite estatutário, que define um valor de no máximo 10 vezes o valor do capital integralizado. Ainda é necessário apresentar um avalista para empréstimos acima de R\$ 300,00 na Ecosol ZM e R\$ 500,00 na Ecosol Araponga. Para empréstimos até R\$ 1.000,00 é necessária a aprovação de no mínimo 2 (dois)

⁶¹ A disponibilidade é um critério porque, como as cooperativas não possuem um grande capital próprio, a concessão de crédito é limitada.

diretores. Para valores de empréstimos acima de R\$ 1.000,00 na Ecosol ZM é necessário apresentar dois avalistas, o que na Ecosol Araponga é exigido para empréstimos acima de R\$ 2.000,00. Para avaliação do crédito nestes últimos valores existe também um “comitê de crédito”, formado por cooperados de diferentes localidades, responsável por avaliar em conjunto com o diretor financeiro da cooperativa a pertinência da liberação do crédito. Este comitê avalia os riscos da liberação, julgando a viabilidade dos investimentos e a capacidade de pagamento do sócio. Uma análise mais detalhada sobre a forma de avaliação no comitê será feita no subitem seguinte.

A análise da sistemática de liberação de crédito nestas cooperativas levou a inferir que ela está baseada em dois mecanismos de controle fundamentados nas tecnologias de microfinanças, discutidas em capítulo anterior. O primeiro é a **ordem progressiva de liberação do crédito**: a cooperativa começa liberando um montante pequeno e à medida que aumenta a frequência das transações (intensificam-se as interações e a confiança), aumenta-se o montante disponibilizado. Contudo, se o tomador apresentar inadimplência, induz ao segundo mecanismo, baseado em uma **ordem regressiva de liberação do crédito**: se um sócio apresentou inadimplência em transações anteriores, a cooperativa reduz o valor dos empréstimos liberados para ele e, à medida de seu não pagamento, o valor é reduzido cada vez mais; essa ordem regressiva de liberação é caracterizada pelo fato de que o tempo de inadimplência será igual ao tempo em que o cooperado ficará impossibilitado de efetuar outro empréstimo.

Esta sistemática é operada especialmente para condicionar o comportamento dos cooperados através de “incentivos dinâmicos” (NERI, 2008), colocando coerções na medida do não cumprimento dos contratos. Isto ocorre para os empréstimos, buscando salvaguardar a liquidez da cooperativa e a manutenção de sua adimplência.

Além dos empréstimos, as cooperativas já surgiram também para a captação de poupança. São estas que permitem às cooperativas aumentar sua capacidade de concessão de empréstimo, já que o recurso poupado poderá em parte ser destinado ao financiamento dos cooperados. Como já mencionado, as cooperativas do sistema Ecosol operam somente com recursos próprios, ou seja, não repassam recursos oficiais ou de terceiros, como é o caso do Pronaf. A Ecosol Araponga já teve experiência com o Pronaf em 2006, mas por não haver uma agência do Banco do

Brasil no município, o que exigia deslocamento constante ao município de Viçosa (58 Km de distância), e por indisposição desta agência, o repasse dos recursos foi encerrado.

Em parceria firmada com o Banco Popular do Brasil em 2008, as agências da Ecosol em Tombos, Catuné e Espera Feliz passaram a oferecer, além de poupança e empréstimo, os serviços de pagamento de contas e boletos bancários pagáveis em agências lotéricas e no Banco do Brasil (BB) e a possibilidade de saques e depósitos em contas do BB. As cooperativas do sistema Ecosol operam atualmente com as seguintes modalidades de empréstimo e depósito:

Tabela 7: Produtos financeiros do sistema Ecosol disponibilizados aos cooperados

Produtos e serviços financeiros	Juros
Poupança comum	0,7%
Aplicação em 30 dias	0,8%
Aplicação em 60 dias	1%
Aplicação em 90 dias	1,1%
Aplicação em 180 dias	1,2%
Empréstimo pessoal	2,5% a 3%
Empréstimo para custeio	2%
Empréstimo para investimento	1,6 a 2%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

As modalidades citadas na Tabela 07 são comuns às cooperativas e aos PACs do sistema Ecosol em Minas Gerais e os juros representam valores atuais. Porém, cada agência tem a autonomia de formular e implantar produtos e valores diferentes, desde que correspondam a suas demandas e a sua sustentabilidade. Em Araponga, por exemplo, esse portfólio é ainda mais reduzido, especialmente nas variações da poupança. No PAC de Espera Feliz existe também o “Ecopoup”, uma possibilidade de poupança para a família, pago em carnês mensais pelos cooperados, que terão a cada semestre direito a participar do sorteio de brindes para sua família. Esses produtos e serviços variam de acordo com as condições do mercado de microfinanças local, seguindo as demandas em determinadas época do ano. As variações seguem o ciclo produtivo do café, que necessita de financiamento principalmente para mão de obra na colheita e para adubação no preparo da terra. Por

outro lado, na época da venda do café, os níveis de poupança na cooperativa aumentam, pois quando recebem o pagamento pela comercialização (principal fonte de renda das famílias), os cooperados precisam “guardar o dinheiro”. No período de pesquisa de campo estava sendo lançada a linha de custeio de adubo na Ecosol ZM, viabilizando empréstimos a juros menores num período de aumento da demanda por essa atividade produtiva.

5.3.2. A identidade pelo crédito e a “lógica da proximidade”

As cooperativas de crédito, como exposto nos capítulos iniciais, desde sua constituição operam sobre condições impostas pelo BC e são fiscalizadas nesse sentido. Portanto, mesmo emergindo do substrato social anteriormente analisado e com propósitos específicos, elas precisam seguir rigorosamente os padrões de funcionamento do SFN. Para colocarem seus serviços em operação e os manterem ativos, precisam estar de acordo com o BC e cotidianamente lhe repassarem as descrições de suas movimentações.

Tais mecanismos de regulação e fiscalização incidem diretamente sobre os diretores das cooperativas. E como visto, é por meio da aprendizagem pela interação com esses mecanismos que eles vão aprimorando suas habilidades e construindo as estratégias de gestão da organização. Nos períodos iniciais poder-se-ia dizer que a cooperativa era operada como um “braço dos sindicatos”, sem haver apropriação técnica por parte dos envolvidos. As próprias condições financeiras das cooperativas as faziam subsidiárias da ação dos sindicatos, sem uma identidade definida. A falta dessa identidade, que está atrelada principalmente à vinculação política e econômica aos STRs, poderia ser indicada como um dos condicionantes da formação das representações sociais das cooperativas de crédito como “Banquinhos do STR”.

A criação dessa identidade ocorre praticamente concomitante ao processo de crescimento e, à medida que esta identidade se consolida parece haver maior intensidade na busca pelo crescimento. No próximo item este processo será analisado, por isso cabe ater-se aqui à formação dessa identidade e a lógica de operacionalização dos serviços financeiros. A separação entre identidade e crescimento como duas categorias na trajetória institucional segue fins analíticos, principalmente porque implica em diferentes estratégias e práticas organizacionais.

A formação de uma identidade se inicia no cumprimento das metas de constituição estabelecidas pelo BC e nas sucessivas “pressões” que essas cooperativas sofrem em seu cotidiano operacional. Num período de cinco anos as cooperativas do sistema Ecosol em Minas Gerais precisavam obrigatoriamente atingir uma meta de R\$ 60.000,00 de capital social, com metas progressivas de aumento ao longo desses anos. A Ecosol ZM encontrou na expansão de sua área de abrangência e na instalação de PACs a estratégia para alcançar essas metas.

Entretanto, a Ecosol Araponga, por manter uma restrição estatutária que permitia a filiação somente para os sócios do sindicato, não conseguiu alcançar essas metas no período determinado. Por receber notificação da Central Ecosol e da própria Base Minas sobre a necessidade imediata de cumprimento das metas, estabeleceu um processo de “correr atrás de cooperados” (Diário de campo, 2010), até mesmo flexibilizando o processo de filiação, associando pessoas desconhecidas daquele grupo social. Esta medida lhes permitiu alcançar as metas, porém, com sete meses de atraso aproximadamente.

A evolução do quadro social e do capital social do sistema Ecosol em Minas a partir de 2006⁶² pode ser vista nas Figuras 13 e 14. Em 11/08/2010 o sistema Ecosol apresentava 1.549 sócios, dos quais 1.150 eram filiados a Ecosol ZM e 399 a Ecosol Araponga. Nesta mesma data, o capital social do Ecosol chegava a R\$ 220.556,65, sendo R\$ 155.711,13 pertencentes a Ecosol ZM e R\$ 64.845,52 a Ecosol Araponga.

⁶² Os dados quantitativos disponibilizados pelo sistema Ecosol/MG começam no ano de 2006 porque o programa de armazenamento de dados que operava nos anos anteriores era outro e os dados não estavam disponíveis.

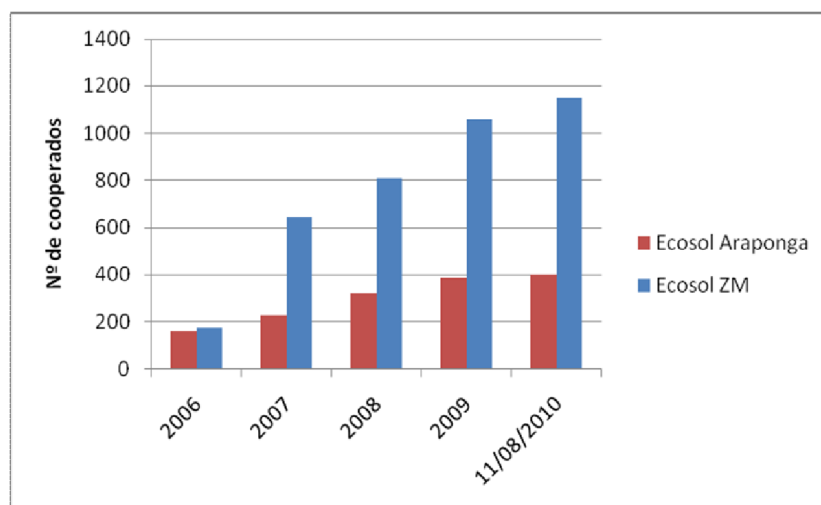


Figura 13: Evolução do número de Cooperados do Ecosol em MG 2006-2010⁶³.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

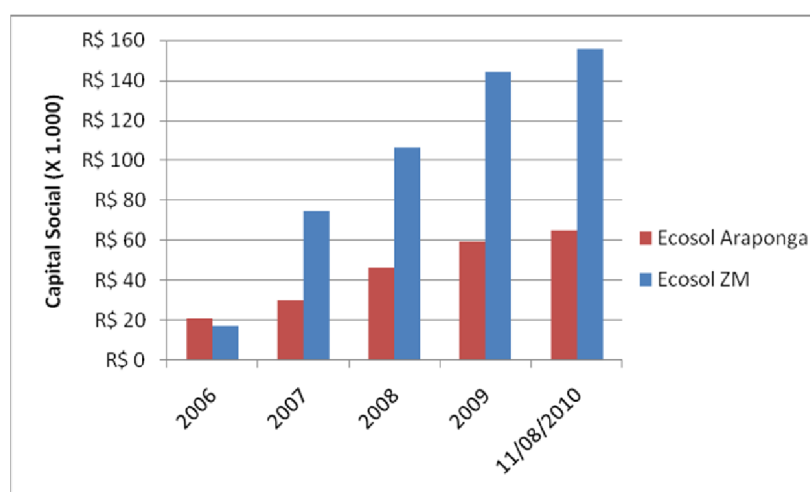


Figura 14: Evolução do capital Social do Ecosol em MG 2006-2010.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Na medida destes avanços, os diretores das cooperativas começaram a perceber que a gestão deveria ser diferenciada e prezar pela sustentabilidade financeira, objeto principal das fiscalizações da Central Ecosol e do BC. “O crédito começa a tomar forma” (Diário de campo, 2010), ou seja, a organização “começa a ter vida própria” e a ser visualizada e apropriada como um negócio específico e distinto da atuação das outras organizações, principalmente dos STRs.

⁶³ Nas figuras 13 e 14 os valores referentes aos anos de 2006 a 2009 são de 31/12, já no ano de 2010 esses valores correspondem a 11/08/2010, data da coleta desses dados.

Junto ao processo de aprendizagem dos diretores e dos funcionários, vai se criando uma identidade específica das cooperativas de crédito em relação às outras organizações. Esta identidade vai se construindo e sendo compartilhada no interior das organizações, criando uma cultura organizacional própria, edificada sobre as bases sociopolíticas da agricultura familiar, mas modelada pela racionalidade econômica de uma instituição financeira. Isso provoca paralelamente um deslocamento progressivo entre as estruturas operacionais e políticas das cooperativas e as dos STRs; o que não se traduz em um rompimento entre as organizações, mas em uma separação funcional pela emergência de uma identidade pelo crédito, da consolidação de uma cultura organizacional manifestada pela instituição financeira. As falas relacionadas a seguir fundamentam esta análise.

(...) Já estão cada vez mais se descolando. Politicamente acho que já tem que haver uma diferença, um descolamento político entre sindicato e cooperativa. Porque a cooperativa é uma instituição financeira e tem que funcionar como instituição financeira, e o sindicato é outro tipo de instituição e não pode ter mistura nisso não. Mas eu acho que dá para conviver bem (Entrevistado 8T, proprietário, coordenador geral da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

A cooperativa tem que ter identidade própria, não vir o sindicato pra fazer a política da cooperativa. A cooperativa é totalmente diferente, aqui nós somos fiscalizados pelo Banco Central, nós trabalhamos é com dinheiro... (Entrevistado 12EF, proprietário, sócio fundador e coordenador geral do PAC de Espera Feliz e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

A aprendizagem e a mudança de percepção dos dirigentes sobre o funcionamento e a distinção das cooperativas foram fundamentais para construir a cultura organizacional. As lideranças possuem um papel central na definição da cultura de uma organização e sua apropriação pelos indivíduos que fazem parte dela (SCHEIN, 1986). Pode-se interpretar, com base nesta autora, que o processo de construção de uma cultura organizacional particular representa o conjunto de pressupostos básicos que o grupo da Ecosol desenvolveu para lidar com a necessidade de adaptação ao contexto institucional e a necessidade de melhorar sua organização interna.

Esta identidade organizacional, sendo aceita no interior do grupo, é sustentada em suas práticas e discursos e interfere diretamente no comportamento das organizações. Um fato importante a ser observado na análise é que as

cooperativas literalmente começaram a “sair de dentro dos STRs”. Como a falta de recursos financeiros impossibilitava uma estrutura física própria, as cooperativas operavam inicialmente dentro dos sindicatos, em espaços por eles cedidos. À medida que a identidade vai se consolidando e as cooperativas conseguindo condições financeiras melhores, elas vão buscando espaços fora das sedes dos STRs para operarem.

Em Tombos, com a ajuda da prefeitura, a Ecosol possui sua agência no centro da cidade. Em Araponga, através da aprovação de um projeto do Ministério do Desenvolvimento Agrário⁶⁴, a Ecosol conseguiu construir sua sede própria e deixou de operar dentro da sede do STR. O PAC de Espera Feliz promoveu também a mesma mudança, saindo de um local que agregava duas associações, a Ecosol e o STR. Essa mudança aconteceu com apoio parcial da prefeitura de Espera Feliz, que financia metade do aluguel da nova sede, sendo a outra metade financiada pela própria Ecosol. O coordenador geral do PAC de Espera Feliz fala sobre essa mudança no trecho a seguir:

Mudou o local sabe. Antes era um local que tinha muita mistura, era junto com o sindicato. E agora é um local maior e a única movimentação é da cooperativa mesmo. Lá era muito misturado, porque ali funcionava o pessoal da Ecosol, o pessoal do sindicato, funcionava outras coisas. Então assim, ficava muitas vezes aquela confusão. Aquelas pessoas que não tinha muita coisa haver (Entrevistada 7EF, meeira, sócia fundadora e membro do comitê de crédito do PAC de Espera Feliz, 2010).

A mudança de localização da sede não pode simplesmente ser definida como uma “evolução natural” dessas cooperativas quando possuem capital suficiente para isso. Existem elementos políticos e simbólicos que interferem nesta mudança. Se por um lado existe a representação social de que este deslocamento é apenas estrutural, para possibilitar maiores níveis de controle pela cooperativa e confiança pelos cooperados, por outro, a identidade pelo crédito que acompanha as mudanças podem

⁶⁴ Este projeto está contido dentro da Política de Desenvolvimento Territorial implantada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da qual o município de Araponga se insere no Território Serra do Brigadeiro. Com apoio técnico do CTA, a Ecosol Araponga elaborou e aprovou um projeto de infra-estrutura para construção de sua sede. Apesar de deixar de operar dentro da sede do STR, a sede própria foi construída em um terreno doado pelo STR e localizado em frente a sua sede.

gerar um teor político e simbólico para o processo. O relato seguinte retrata as dimensões que envolvem esta mudança:

No começo aqui eu acabei sofrendo um pouco com isso: não porque depois que o ‘fulano’ começou na Ecosol... o ‘fulano’ virou banqueiro... (Entrevistado 12EF, proprietário, sócio fundador e coordenador geral do PAC de Espera Feliz e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

Virar banqueiro, neste sentido, significa alcançar níveis de profissionalização na gestão das instituições que tornam as lideranças especializadas neste ramo de atividade, com uma identidade própria. A questão é que existe um ambiente político que ampara essas cooperativas e esse ambiente promove “pressões” nas organizações a fim de que os pressupostos político-ideológicos do movimento da agricultura familiar sejam considerados na operacionalização das cooperativas. Existe a preocupação constante, como foi sistematicamente observado em campo, de que as cooperativas não se tornem similares a um banco ou às cooperativas de crédito tradicionais, pois seus propósitos devem ser outros.

Entretanto, se as cooperativas emergem e são condicionadas por certos pressupostos político-ideológicos e uma base social coesa e, ao mesmo tempo, lidam com uma lógica distinta de sua base social e padrões de funcionamento baseados em uma racionalidade econômica estrita, como elas se articulam para buscarem sua sustentabilidade? Como o substrato social que as formou é apropriado no cotidiano operacional destas organizações? Estes questionamentos levam a analisar a lógica com a qual operam tais instituições financeiras. Para isso a discussão que segue irá analisar o que foi aqui denominado de *lógica da proximidade*, retomando a discussão das *redes sociais* e da *confiança*, fundamentos essenciais para os serviços financeiros.

5.3.2.1. A regulação social das operações de crédito: a lógica da proximidade

Antes de analisar propriamente os contornos que definem a lógica de operacionalização dos serviços financeiros nestas cooperativas, é preciso evidenciar seus alicerces. Parte desse alicerce foi resgatada quando a trajetória do movimento político da agricultura familiar foi analisada, identificando a construção das *redes sociais* e os conteúdos das ações da agricultura familiar. A base social foi

sedimentada na herança político-ideológica das CEBs e do movimento sindical, tomando como ponto de convergência das ações e de coesão dos grupos a luta por direitos e o fortalecimento da agricultura familiar.

Contudo, outra parte desse alicerce diz respeito às questões técnico-operacionais que determinam as condições de funcionamento das cooperativas. Todas as regulamentações e exigências de padrões de funcionamento e de segurança implicam em certos custos operacionais às cooperativas. Além disso, existe uma série de riscos para a cooperativa, como a inadimplência. Estes riscos de crédito são assumidos em qualquer operação financeira que envolva um credor e um devedor, pois nem mesmo mecanismos contratuais sofisticados são capazes de prever e extinguir comportamentos oportunistas (GRANOVETTER, 1985). Para a organização se manter frente a estes riscos são necessárias estratégias de controle sobre as operações e formas de reduzir seus custos.

É por meio deste alicerce híbrido que se sustentam as cooperativas de crédito rural solidárias. Elas se organizam a partir de densas *redes sociais*, onde o conhecimento interpessoal pode ser capaz de mapear a reputação dos indivíduos e até mesmo regular as atividades financeiras (JUNQUEIRA, 2003). No entanto, as cooperativas precisam se expandir para alcançar metas rígidas e níveis consideráveis de sustentabilidade econômica. Esta expansão pode significar um transbordamento das *redes sociais* e as dificuldades de efetuar um controle social sobre as operações de crédito (ABRAMOVAY, 2006).

A análise do sistema Ecosol em Minas Gerais conduz à constatação de que existe uma proximidade física (geográfica) com a qual as cooperativas operam, desconcentrando sua estrutura organizacional em PACs para ampliar o nível de controle social sobre as transações nos municípios. Isso foi também observado no caso de outros sistemas cooperativos de crédito solidário, como o Cresol e a Ascoob (JUNQUEIRA, 2003; MAGALHÃES, 2005; SCHRÖDER, 2005). Ainda utilizam as comunidades como referências socioespaciais de organização do quadro social. Como as comunidades são relativamente pequenas e os cooperados se conhecem entre si, facilita a inserção dos diretores nas redes sociais locais e, desta forma, a captar e difundir informações. A proximidade física condiciona a qualidade do vínculo à medida que aumenta as possibilidades de contato e estreita a relação.

A inserção nas redes sociais indica outra forma de proximidade, a “proximidade social”. Os diretores das cooperativas buscam estabelecer relações com os cooperados que os aproximem nas redes sociais. A proximidade social possibilita o conhecimento mútuo entre as partes, pois compartilham informações nos contatos face a face. Mesmo que um diretor não conheça um cooperado, ele deverá conhecer alguém de sua comunidade que o conheça. Aqui se retoma o papel estrutural das *redes sociais*, pois como observaram Ferrary (2003) e Castilla *et al.*, (2000), esta estrutura de relacionamento facilita a integração entre os atores e atua na regulação de comportamentos econômicos, por exemplo, para evitar oportunismo, uma vez que perder os vínculos poderia ser prejudicial.

A lógica da proximidade é adotada em detrimento de formas mais rígidas de controle, mas não exclui o controle formal, como é o caso de avalistas. Ela opera sobre imperativos sociais e não apenas competitivos de mercado. Como será observado a seguir, as cooperativas em suas estratégias de gestão se apropriaram do substrato social da qual emergiram e mobilizam elementos do contexto, como “mecanismos sociais” de controle do crédito. Isso permitiu, em princípio, que não se adotassem apenas mecanismos formais mais rígidos e seletivos, que poderiam onerar e comprometer as proposições iniciais das cooperativas. A lógica da proximidade se torna um ativo para elas, em que a subjetividade das relações é incorporada à organização como um elemento da gestão, no controle e monitoramento do crédito.

Esta lógica está condicionada inicialmente à estrutura organizacional e ao porte das cooperativas. O tamanho relativamente pequeno, tanto em movimentações como em número de cooperados, e a desconcentração do processo administrativo favorecem uma estrutura de governança que envolva o conhecimento mútuo entre os atores. A desconcentração administrativa define a arquitetura organizacional das cooperativas. A criação dos PACs pela Ecosol ZM permitiu um crescimento financeiro, sem se afastar de seu quadro social, pois as unidades administrativas de cada município possuem autonomia para definir suas políticas e formas de gestão. Além disso, no conselho de administração da Ecosol ZM foram inseridos todos os coordenadores dos PACs, para que eles tivessem autonomia e mobilidade para assinarem cheques e tomarem decisões locais. Não obstante a autonomia, a comunicação entre todas as unidades do sistema Ecosol em Minas Gerais é constante

e, também, motivada pela Base Minas. A lógica reside justamente numa leitura concreta de realidades específicas para propor e operar serviços adequados.

Para se tornar sócio o agricultor precisa, além de fornecer seus dados, de que dois outros sócios ativos preencham uma ficha o indicando aos diretores da cooperativa. A estratégia da ficha de indicação, para além de um mero instrumental da gestão, expressa a complexidade da lógica de operacionalização. Nas cooperativas do sistema Ecosol/MG é preciso existir algum tipo de relação entre os cooperados, no mínimo um *laço fraco* para a inserção de algum indivíduo no seu quadro de sócios, pois se estabelece estatutariamente a necessidade de apresentação do potencial sócio (aquele que pretende se filiar) por no mínimo dois outros cooperados. Isto implica na existência de um relacionamento entre estas pessoas, as quais participam coletivamente do processo de filiação. Mesmo sendo, em princípio, uma pessoa desconhecida dos diretores da cooperativa, este novo sócio já deverá fazer parte de uma rede social ligada a ele pelas conexões com os sócios que o indicaram. A participação na rede confere à cooperativa um canal de informações importantes para a construção do perfil do cooperado. A entrada deste novo sócio pode, a partir do vínculo que ele já possui com quem o indicou, ser canal de informação sobre outros sócios que a ele se vinculam na rede, bem como ponte de transmissão de informações sobre a cooperativa para outras redes que ainda não se vinculam a ela.

Sobre essa estratégia, os diretores da Ecosol comentam que,

Quem indicou aquela pessoa pra entrar a gente já sabe como ela é. Pra entrar na cooperativa ele já vem com indicação de dois sócios, e esses sócios estão indicando como se esse que tá entrando fosse uma pessoa boa para a cooperativa, que não tem nome sujo, que é correto, que paga bem... (Entrevistado 8T, proprietário, coordenador geral da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

Uma coisa que eu acho que contribui muito pra a cooperativa é a ficha de indicação. Ela é ótima, porque não tem um cooperado daqui que ele vai indicar uma pessoa que ele não acha legal pra nós. Porque nós já tivemos caso de gente que não conseguiu ninguém pra indicar ele, então não é boa pessoa. Isso consegue estar trazendo pessoas boas pra cá sabe (Entrevistado 12EF, proprietário, sócio fundador e coordenador geral do PAC de Espera Feliz e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

Em uma reunião de planejamento do PAC Ecosol em Divino, o coordenador do PAC de Espera Feliz que estava presente auxiliando o processo, explicou qual é a concepção dessa estratégia para as cooperativas:

A ficha de indicação é um recurso que a cooperativa tem para ajudar a controlar. Se vocês acham que quem tá querendo entrar não é boa pessoa ou que ele não é bom pagador, não indiquem. Indica só quem conhecer em gente! (Diário de campo, 2010).

Estas passagens apontam para a importância das *redes sociais* e seu papel no acesso a bens e serviços (financeiros) e na transmissão de informações (MARQUES, 2009). Quando se trata de atividades financeiras, a informação se torna um ativo muito importante, pois influencia os processos de análise de risco e concessão do crédito. A informação, de acordo com as entrevistas, está relacionada à reputação de alguém, influenciando a decisão de indicá-lo como cooperado e de ser co-responsável por ele, ou não o indicar quando existe uma reputação negativa ou desconhecida. Portanto, o que é explorado pela cooperativa são as *redes sociais* como portadoras de informações e não a posição dos indivíduos nas redes.

A lógica da proximidade é ainda aquecida pelo contato face a face nas comunidades. É relevante este tipo de relação dos diretores com os cooperados e destes entre si, já que a organização em comunidades estabelece tal espaço como *lócus* da sociabilidade no meio rural dos municípios em questão, potencializada pela proximidade física e a identidade local. O contato direto permite explorar continuamente os vínculos sociais (MARQUES, 2007). É neste tipo de relação que a subjetividade do “outro” é expressivamente próxima. A proximidade, como uma das características das relações sociais, é apreendida pelos instrumentos de gestão, incorporando-se nos mecanismos de informação e controle, porém, sem uma abordagem estritamente técnica para sua instrumentalização (só as assinaturas, no caso da ficha de indicação).

Entretanto, quando se amplia consideravelmente o quadro social tende-se teoricamente a perder a proximidade e, assim, a intensidade dos contatos face a face. Cooperados “distantes” podem ser conhecidos pelos diretores, seja pelo cadastro ou por “ouvir falar”. Contudo, só se tornam plenamente reais e próximos se a dinâmica de relacionamento possibilitar encontros pessoais, estabelecimento de contatos diretos.

Os contatos face a face e a proximidade social provocam o que Ferrary (2003) chamou de relação extra-profissional entre credores e tomadores nas atividades de

crédito. O desenvolvimento de relações amigáveis e pessoalizadas com os cooperados permite à cooperativa desenvolver um ambiente organizacional favorável à construção da *confiança*⁶⁵. As relações amigáveis envolvem o estabelecimento de diversos atos simbólicos que podem fornecer provas da natureza da relação (FERRARY, 2003). O relato a seguir explicita esta relação extra-profissional e dá pistas para sua interpretação.

O atendimento tanto da funcionária quanto dos diretores quando eles estão lá [na sede da cooperativa], da companheirada que tá lá nos dias de empréstimo... Então, assim, você tá lá e nem parece que é uma cooperativa, é mesma coisa que você está numa reunião, num bate papo, falando as vezes do sítio de um, da propriedade do outro, falando das coisas do dia-a-dia. Então parece que é um local de bate-papo, é um atendimento bem bacana, é um relacionamento com pessoas conhecidas. E faz a diferença né. É isso que a gente precisa. Você saber que os companheiros que estão ali, que o pessoal é do movimento, saber que... a confiança que a gente tem pela luta dos trabalhos do movimento, acaba sendo a mesma confiança que a gente tem com o pessoal dentro da cooperativa (Entrevistado 1EF, meeiro, sócio do PAC de Espera Feliz, 2010).

Nos registros de campo, durante a observação de dias de liberação de empréstimo⁶⁶ em Espera Feliz, Tombos e Araponga, foi possível perceber as relações amigáveis estabelecidas entre os cooperados e destes com os diretores. As sedes da Ecosol ficam cheias de cooperados que conversam entre si sobre assuntos diversos. O coordenador financeiro está continuamente integrado a estas conversas e sempre que se refere a alguma pessoa o chama pelo nome ou pelo apelido, demonstrando o conhecimento sobre os cooperados. Isto pode indicar que a natureza das transações

⁶⁵ Compreende-se também que a pessoalidade, os contatos face-a-face, não motivam apenas relações de confiança, podendo ser foco de relações subversivas, como a fraude, o patriarcalismo, etc., discussão que extrapola os propósitos da pesquisa.

⁶⁶ Os empréstimos nas cooperativas do sistema Ecosol não são disponibilizados em qualquer dia e a qualquer hora. Devido a limitação de recursos para serem emprestados, os empréstimos precisam ser planejados e antecipadamente requeridos pelo cooperado na sede da cooperativa. Os funcionários, após a requisição do cooperado, irão determinar uma data para a liberação, geralmente uma semana após o pedido. Os empréstimos, porém, só são concedidos em dias de terça e quinta, conforme organização interna das cooperativas.

não é puramente mercantil, mas possuem também conteúdos simbólicos e sociais⁶⁷. Para desenvolver esta afirmativa, é preciso ponderar sobre o processo de análise de riscos e concessão de crédito pela cooperativa.

Nos bancos convencionais a análise de risco leva em consideração principalmente as rendas fixas e os imóveis dos tomadores. Se este fosse o critério exclusivo do sistema Ecosol, seu público teria que ser outro, pois grande parte dos cooperados sequer possui um imóvel registrado. Como retratado no capítulo de microfinanças, análises de risco com base apenas em perfis objetivos dos negócios se tornam seletivas em processos de concessão de crédito, podendo levar à exclusão das populações de baixa renda.

Para aprofundar esta questão nas cooperativas de crédito rural solidárias, é importante destacar o papel institucional do “comitê de crédito”, principal instância de avaliação e concessão de empréstimos no sistema Ecosol/MG. Este comitê é geralmente formado por cinco cooperados e o diretor financeiro da cooperativa ou PAC e sua função é avaliar sempre os pedidos mais altos de crédito, como já foi apresentado. Pode-se caracterizar o processo de avaliação do crédito pelo comitê como um processo de “*avaliação social do risco*” (FERRARY, 2003), pois congrega uma análise subjetiva (e informal) do tomador junto às questões objetivas, baseada na aquisição de informações por meio das *redes sociais*.

Durante as observações de processos de avaliação no comitê em campo e através de entrevistas com alguns membros, foi possível perceber que se realiza certa tipificação (informal) dos cooperados tomadores de empréstimo durante essa avaliação. A tipificação leva em consideração certas características dos cooperados, como a comunidade onde mora, a família a qual pertence, o histórico de crédito nas comunidades e a reputação. A análise destas características conduz a representações como as de cooperado “bom pagador”; “pagador, mas enrolado”; “duvidoso”; “muito enrolado” e “desconhecido”. Este último está relacionado à falta de informações (perfil do cooperado), principalmente por não pertencer diretamente a *redes sociais*

⁶⁷ Observe-se que não existe a intenção, ao descrever o ambiente de interações nos dias de liberação de empréstimo, em afirmar que isso reflete confiança entre diretores (credores) e cooperados (tomadores). É preciso deixar claro que “familiaridade”, como observado, é diferente de “confiança”, a qual é identificada em problemas específicos de risco, como será analisado no decorrer do texto, especialmente nas análises da avaliação dos empréstimos pela cooperativa. No entanto, a identificação da familiaridade sinalizou a existência de confiança, pois é um elemento precedente deste tipo de relação.

comuns aos diretores que avaliam o crédito. Tais tipificações interferem na concessão do crédito, especialmente nas dificuldades ou facilidades impostas aos tomadores.

Existe a preocupação nas cooperativas em formarem os comitês de crédito com cooperados de diferentes comunidades, o que permite maior capilaridade dos membros e informações diversificadas para nutrir as avaliações. Ferrary (2003) ao analisar esse processo em bancos da França corrobora com a ideia de que o pertencimento dos agentes financeiros (diretores e membros do comitê, no caso desta pesquisa) às redes sociais dos tomadores (cooperados) qualifica a avaliação do risco e pode reduzir os custos de monitoramento.

A seguir são apresentadas falas retiradas das entrevistas realizadas com o diretor financeiro da Ecosol ZM e um membro do comitê de crédito do PAC Espera Feliz sobre a avaliação do crédito, as quais contextualizam estes argumentos:

A gente procura saber na avaliação do comitê quem conhece quem. A partir do momento que tem um membro do comitê que fala que conhece... que é gente boa, que conhece a vida da pessoa em si, aí aquele falou assim, vamos liberar empréstimo pra ele porque ele É gente boa. Aí todo mundo... é que já conhece a vida, a índole da pessoa. Mas assim, se tiver alguma dúvida sobre o investimento, mesmo que a pessoa vai fazer um investimento ela pode ficar com dúvida. Mas se souber que ela tem condição de pagar o empréstimo não tem problema nenhum. Mas aí se tiver dúvida mesmo, aí não pode sair liberando. Aí a gente arruma um jeito de conversar com a pessoa, procurar saber mais sobre a pessoa... antes de liberar. Libera primeiro aqueles que já conhecem. A gente procura investigar sobre ele, ir atrás, procurar saber o que a pessoa tem... (Entrevistada 7EF, meeira, sócia fundadora e membro do comitê de crédito do PAC de Espera Feliz).

Eu busco o cadastro do cooperado para ver se ele tá no SPC ou SERASA, a capacidade de pagamento dele. Hoje a gente não tem um cadastro totalmente diferenciado que permite ver as ações dele a nível de sistema financeiro. Mas temos o sistema da cooperativa e os cadastro aí do SPC e SERASA. Mas se o cara é de uma comunidade e ele tem o costume de pagar direitinho os débito dele, isso com certeza é pontuado também. Se ele é da comunidade e é conhecido e não tem costume de cumprir direitinho os débito dele, naturalmente ou é abaixado o valor do empréstimo dele ou é negado. Notícia boa, cidade pequena tem essa vantagem, circula rápido viu. Nas comunidades a gente fica sabendo de tudo, todo mundo é conhecido. **Essa informação é a mais barata** para a cooperativa, aí naturalmente a gente pede a pessoa para arranjar um avalista, que geralmente deve ser um vizinho né, aí o vizinho vira e fala assim: ta de brincadeira né, ser avalista desse cara? Então aí naturalmente a gente já sabe que existe alguma pendência dele (Entrevistado 4T, meeiro, sócio fundador da Ecosol Tombos, coordenador financeiro da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010, grifo nosso).

Pode-se constatar que a imersão dos diretores nas redes sociais lhes possibilita conhecer a reputação dos cooperados, o que se torna um mecanismo social de regulação à medida que condiciona a liberação do crédito. No entanto, isso não exclui a utilização de avaliações técnicas, por exemplo, como o uso de consultas ao SPC e SERASA. A proximidade entre credor e tomador amplia o conhecimento mútuo e pode fortalecer a *confiança*, possibilitando reduzir o risco moral inerente às transações e flexibilizando a concessão dos empréstimos. Para Ferrary (2003), a importância operacional desta forma de avaliação para as instituições financeiras não se concentra apenas em fatos financeiros ou contábeis, mas na reputação do indivíduo em sua comunidade e na confiabilidade dos avaliadores sobre ele.

Jones, Hesterly e Borgatti (1997) analisam a reputação como um mecanismo social de governança, como uma salvaguarda nos intercâmbios econômicos. A reputação envolve a estimativa de um caráter, habilidades, confiabilidade e outros atributos importantes para a realização de transações. Para os autores, a reputação como mecanismo social de governança atua sobre as transações ao possibilitar o intercâmbio de salvaguardas das relações por difusão de informações sobre os comportamentos das partes envolvidas. Antecipar um comportamento confiável da outra parte, baseado numa reputação confiável, constitui um fator relevante para reduzir incertezas e efetuar uma transação.

A avaliação do crédito baseada em mecanismos sociais, como a reputação, fornece informações qualificadas para que os diretores das cooperativas saibam com quem estão transacionando e quem precisam evitar. A circulação de informações que indiquem uma reputação negativa, quando apropriadas à avaliação, reduzem significativamente a possibilidade de concessão de empréstimos. Para que os mecanismos sociais sejam efetivos como forma de governança é preciso que as informações fluam pelas *redes sociais* e estejam acessíveis a seus membros (JONES, HESTERLY, BORGATTI, 1997).

A utilização do avalista por estas cooperativas também se insere nesta perspectiva. O aval é denominado pelos diretores das cooperativas do sistema Ecosol/MG como aval solidário. Entretanto, o que estes denominam de aval solidário não parte de um empréstimo coletivo (apesar de existir uma experiência coletiva em

curso em Tombos). Para os diretores, o aval é solidário porque é feito por pessoas conhecidas, “em solidariedade com o companheiro” (Diário de campo, 2010).

A estratégia do aval nessas cooperativas, apesar de se assemelhar ao aval tradicional (individual), se distingue ao buscar no ordenamento territorial a partir de comunidades, o lastro social necessário ao monitoramento do crédito. O empréstimo é individual, mas os avalistas precisam ser, preferencialmente, da mesma comunidade e com boa reputação e histórico “limpo” na cooperativa. O cerne desta estratégia consiste em que vizinhos conhecem melhor os detalhes das atividades econômicas, da capacidade de pagamento e dos históricos de crédito uns dos outros. Os avalistas, sendo da mesma comunidade, facilitam o monitoramento e ampliam o controle uma vez que a reputação é um importante ativo intangível para as relações. O trecho de entrevista a seguir é esclarecedor sobre a concepção de aval solidário.

Então quando eu falo em aval solidário pra mim, o que é aval solidário, eu vou avalizar para o Alair, que eu conheço, que mora na minha comunidade... Porque se der algum problema eu posso chegar perto dele e falar: ‘ô Alair, seu empréstimo tá atrasado cara! Eu não quero que meu nome fique sujo por causa disso. Que que eu posso te ajudar? que que tá acontecendo? Tem algum problema que não está dando para você pagar? Vamos ver o que podemos fazer pra te ajudar’. Eu considero aval solidário é isso. Por isso que eu falo com os sócios, nunca... Porque tem uns sócio folgado. Chega na hora, quer arrumar avalista na hora, quer que a gente indica avalista. A gente nunca indica, porque não é legal e nem pode. Então assim, o que pode ser feito e que a gente acaba fazendo, é que quando o sócio não sabe quem da comunidade dele que é sócio aí a gente fala os nomes de alguns sócios. Aí ele pergunta quais desses pode ser o avalista, e a gente fala não! Aí é você que vai ter que ver e conversar. O empréstimo só é feito com a presença do avalista, tem que trazer o avalista pra pegar o empréstimo (Entrevistado 12EF, proprietário, sócio fundador e coordenador geral do PAC de Espera Feliz e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

Esta explicação pode ser complementada com o fragmento do relato de um sócio do PAC Simonésia, registrado em diário de campo durante uma reunião em Tombos:

Eu já sei para quem eu posso avalizar. Eu já conheço e peço gente da minha comunidade. Já saí fora de muitos que eu não confiava. A confiança é que faz eu escolher, não vou ser [avalista] de qualquer um não (Diário de campo, 2010).

A partir da mudança apresentada na forma de operação do aval, a Figura 15 representa o modelo de operacionalização do crédito para o contexto do sistema Ecosol usando essa estratégia. Em trabalho anterior sobre o sistema Ecosol foi observado que os compromissos de pagamento dos tomadores de empréstimos neste formato de aval são reforçados pelo monitoramento dos *vizinhos*, que “[...] tendem a preservar a identidade de bons pagadores que o grupo sustenta, contribuindo diretamente para solidificar índices baixíssimos de inadimplência entre os cooperados do sistema Ecosol” (FREITAS *et al.*, 2009, p. 97).

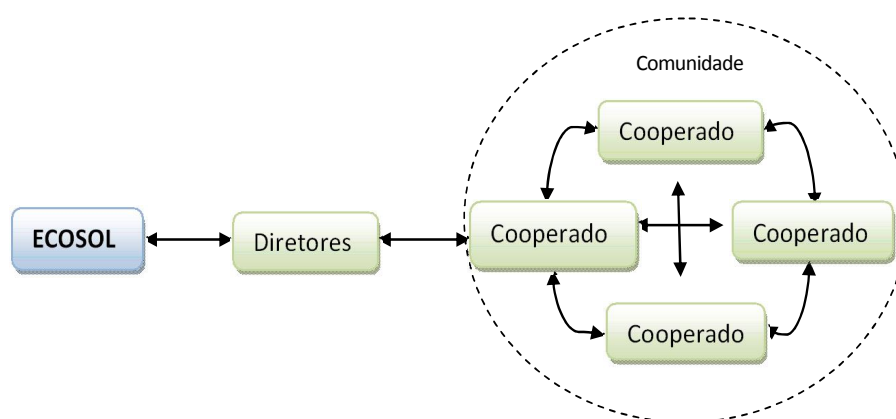


Figura 15: Operacionalização do crédito usando o aval no sistema Ecosol/MG.
Fonte: Elaborada pelo autor.

Atualmente os diretores das cooperativas e PACs assumem também a função de agentes de crédito⁶⁸ e são remunerados por comissão, proporcionalmente ao aumento das movimentações financeiras e à diminuição do índice de inadimplência. Assumindo esta função, os diretores são os responsáveis pela concessão e pelo acompanhamento dos empréstimos.

Da forma como acontece no sistema Ecosol/MG, os cooperados também sofrem pressões morais do grupo (de vizinhos) para pagamento dos empréstimos, mesmo que não sejam coletivos, já que a organização territorial em comunidades facilita o monitoramento. No caso das cooperativas Ecosol/MG o aval não pode ser cruzado, ou seja, dois cooperados se avalizarem mutuamente, assim, cada cooperado só pode ser avalista de apenas um empréstimo e não pode ser avalizado por quem ele já é avalista. O círculo pontilhado, que representa a comunidade na Figura 15,

⁶⁸ O sistema Ecosol iniciou suas atividades com a formação de agentes de crédito, mas como não era possível uma retribuição financeira contínua para esse serviço, ele foi perdendo espaço.

procura expressar que em seu interior existe o monitoramento social do crédito, onde cada cooperado (vizinho) monitora (informalmente) as atividades dos outros cooperados, como parte das relações cotidianas de vizinhança e parentesco. Permanece a essência do “colateral social” (NERI, 2008) nas operações de crédito. Existe um alto custo econômico para os não pagadores oportunistas, uma vez que ser “devedor” e “mal pagador” inibiria a possibilidade de novos avalistas na comunidade e, assim, de novos empréstimos – este tipo de informação circula rapidamente entre os membros de uma comunidade. Tais constatações se aproximam eminentemente do pressuposto de que as *redes sociais* modificam a regulação econômica.

Esta regulação social das operações de crédito configura, para as cooperativas, uma estratégia de redução dos custos de transação, assim como identificou Magalhães (2005) ao analisar as cooperativas do sistema Ascoob na Bahia. O monitoramento, o controle e a avaliação dos riscos assimilando os mecanismos sociais atuam significativamente em dois problemas das instituições financeiras apontados no capítulo de microfinanças: a seleção adversa e o risco moral. A proximidade pode possibilitar o conhecimento mútuo entre credor e tomador e qualificar a avaliação dos riscos. Permite ainda ampliar o monitoramento sobre os investimentos e a capacidade de ação das cooperativas sobre os inadimplentes.

É importante destacar, ao apresentar a análise desta lógica de operacionalização dos serviços financeiros, que esse tipo de cooperativa ou essa forma de funcionamento não é aqui idealizada. Todavia, assume-se a premissa de que existe uma lógica muito singular que conduz as operações de crédito e que ela possui fundamentos sociais. Para relativizar essa lógica, continuar-se-á com o esclarecimento de alguns de seus limites para o desenvolvimento organizacional e a institucionalização⁶⁹ dessas cooperativas, partindo de algumas pistas já mencionadas.

É preciso retomar, ao se falar dessa lógica de operacionalização, que os próprios agricultores familiares são os gestores da instituição financeira. São eles que lidam com a rotina de movimentações financeiras e prestação de contas, com os números e indicadores quantitativos necessários para a compreensão do funcionamento e do cotidiano financeiro da cooperativa de crédito. A maioria dos

⁶⁹ Quando se fala “institucionalização” entende-se, baseado em Fligstein (2009), como um processo pelo qual certas regras passam de abstrações a constituintes de repetidos padrões de interação.

diretores e funcionários não completou o ensino médio (apenas dois diretores possuem curso superior). Dentre os funcionários, todos mantêm algum vínculo com a agricultura familiar, sendo filhos ou parentes próximos de agricultores dos municípios em que trabalham. São eles que lidam com toda a rotina de abertura e fechamento de caixa, liberação de empréstimos, manutenção e alimentação do sistema de informações, dentre outras atividades específicas. Além dessas funções, funcionários e diretores precisam lidar com os cooperados, com a relação entre a instituição financeira e seu quadro social. Para os diretores a responsabilidade de mobilização do quadro social é maior. São eles que se encarregam de organizar os espaços de interação com os cooperados e de difundir as informações sobre a cooperativa.

Nesse sentido, para que um agricultor familiar, que antes lidava quase exclusivamente com o manejo das lavouras, viesse a assumir a gestão de uma instituição financeira, foi necessário um processo cumulativo de aprendizagem pela interação, aprimorando cada vez mais as habilidades dos agricultores que assumiram a direção e a gestão das cooperativas Ecosol (tanto as habilidades sociais no pertencimento às redes sociais dos cooperados quanto as habilidades técnicas na apropriação das ferramentas de gestão). O aprendizado da condução das cooperativas, portanto, não é exclusivamente uma competência intelectual, que pode ser apreendida fora do ambiente em que é construído. É, além de técnica, uma competência especificamente social incorporada ao ambiente organizacional que só pode ser acumulada por uma interação com este ambiente e suas rotinas operacionais.

Contudo, a participação na gestão e os intensos aprendizados do cotidiano são limitados a um número muito restrito de agricultores. A formação contínua e a apropriação da dinâmica interna da organização são limitadas àqueles agricultores realmente envolvidos com a gestão. Esse aprendizado é histórico e intransmissível de forma direta a outrem. Assim, as atividades de gestão concentram-se com frequência em lideranças que assumiram inicialmente e ainda estão na direção das cooperativas. Esta questão já demonstrou que pode causar “fissuras” na gestão, tendo em vista que o afastamento de um dos diretores de sua posição como gestor poderia retardar os processos internos, uma vez que seria necessário outro agricultor cooperado assumir a gestão. Até que o novo gestor compreenda a dinâmica interna de funcionamento,

levará certo tempo, demasiado custoso à organização, como foi observado no caso da Ecosol Araponga.

A Ecosol Araponga, em 2009 e 2010, reduziu seus índices de crescimento, especialmente suas carteiras, como pode ser visualizado na Figura 16. Uma das principais causas dessa redução é atribuída ao fato de que, neste período, o coordenador geral da cooperativa se afastou do cargo para assumir um emprego. O diretor financeiro, principal agente da gestão dessa cooperativa (que participa desde o início e centralizava maiores níveis de compreensão sobre o funcionamento), teve que diminuir sua intensidade de participação na gestão para se dedicar a uma monografia de conclusão de curso superior. Aliado a tais fatores, a cooperativa teve que contratar uma funcionária e capacitá-la para assumir as funções internas.

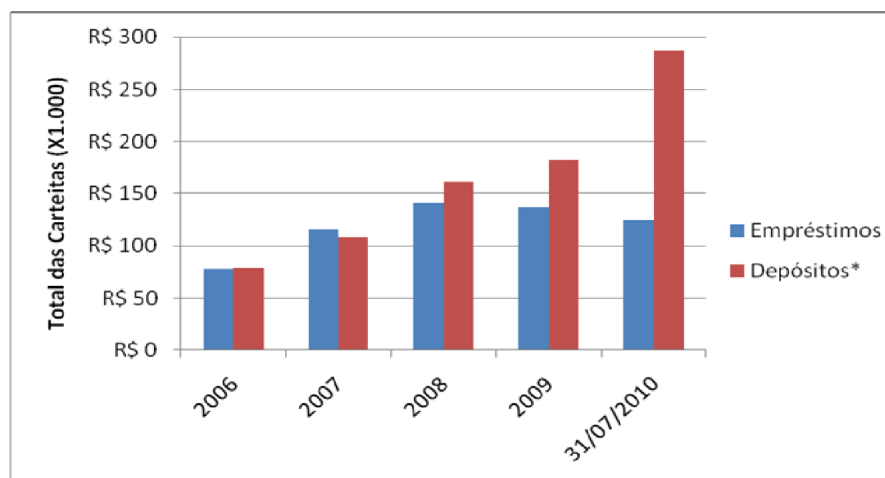


Figura 16: Evolução das carteiras de depósitos e empréstimos na Ecosol Araponga a partir de 2006.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

* Os valores de depósito no ano de 2010 estão acrescidos dos valores em contas correntes. O aumento considerável dos depósitos em 2010 é explicado pelo período de comercialização do café, especialmente por uma parceria feita pela Ecosol Araponga com um comprador da região que comprou café de diversos cooperados e fez o pagamento via cooperativa, a qual distribuiu o recurso nas contas correntes dos cooperados que efetuaram a venda.

Este desempenho apresenta uma queda considerável da carteira de empréstimos, que é, entre outras coisas, uma consequência da “fissura” na gestão. Os trabalhos nas comunidades foram reduzidos, o atendimento na cooperativa e a regularidade da oferta dos serviços foram comprometidos. O tempo para a formação de novos dirigentes é custoso para a organização e origina certas inflexões à medida

que alguns ainda podem não estar aptos a assumir a lida cotidiana da instituição financeira. Em uma reunião de planejamento da Ecosol Araponga (em 2010), o atual presidente que assumiu o cargo neste contexto, expõe sua percepção sobre a função: “minha função enquanto presidente não sei bem direito o que é não, mas sei que é papel mais político na cooperativa, né.” (Diário de campo, 2010). Essa percepção demonstra que o novo dirigente, que deveria assumir a coordenação técnica da organização, não compreendia ao certo quais seriam suas atribuições. Mas a depressão nos indicadores financeiros também está atrelada a outro limitante: as “fronteiras” da proximidade, situadas na limitação geográfica da atuação e na extrapolação das redes sociais.

Como já foi anunciado, a lógica da proximidade é operada em áreas pequenas (comunidades) que possuem boa inserção dos diretores nas redes sociais dos cooperados. O crescimento das cooperativas sob essa lógica deveria obedecer aos limites de coordenação dos diretores sobre as atividades financeiras.

Entretanto, como as cooperativas precisam operar com metas progressivas de crescimento e buscar sua independência financeira, devem expandir seus quadros sociais (o que os tornam mais heterogêneos) e ampliar seu portfólio de produtos. A padronização interna e a evolução constante dos índices financeiros, como veremos, é uma pressão coercitiva do ambiente institucional. O crescimento das cooperativas é de fato necessário e está em curso, acompanhado por certas mudanças organizacionais. A lógica da proximidade, no atual contexto, se insere na dimensão da governança. O crescimento inicial das cooperativas, induzido principalmente pelas metas do BC, não foi acompanhado da adoção de mecanismos de governança que garantissem maior controle às operações. Isso incidiu diretamente no crescimento paralelo dos riscos de crédito – o índice de inadimplência -, assim como se pode observar na Figura 17.

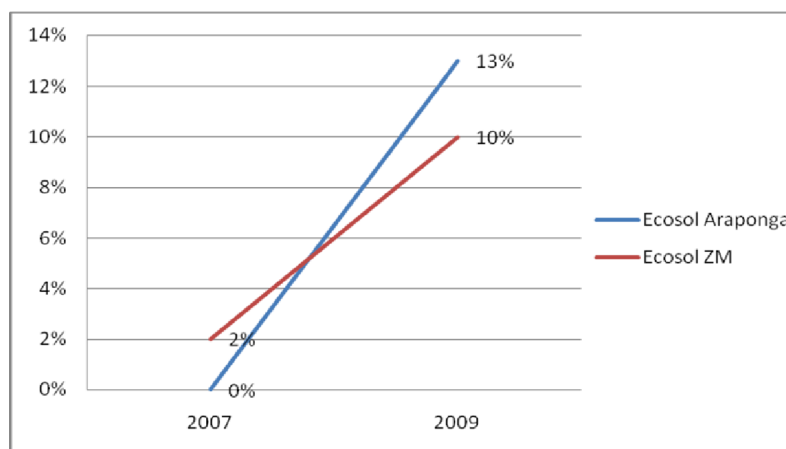


Figura 17: Evolução do índice de inadimplência nas cooperativas do sistema Ecosol/MG⁷⁰.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Estas limitações da forma de operacionalização das cooperativas do sistema Ecosol/MG, associadas às dificuldades de ampliação do portfólio de serviços e às pressões coercitivas do ambiente institucional, geram incertezas para as organizações. Tal processo provoca mudanças organizacionais relevantes no sistema Ecosol e anuncia uma nova etapa na trajetória institucional do sistema: mudanças organizacionais e *isomorfismo*.

5.3.3. Mudanças organizacionais e isomorfismo.

Esta etapa da trajetória do sistema Ecosol deriva de um recorte analítico do momento atual vivido pelas cooperativas, enfatizando o cerne das mudanças organizacionais e o processo de *isomorfismo* em curso. O desenvolvimento das cooperativas passa pelo seu crescimento e por mudanças na organização para se adequarem ao ambiente. A busca pela consolidação das cooperativas, principalmente através do aumento de seus indicadores econômicos, interfere diretamente em toda a estrutura da organização. O aumento dos riscos de crédito, por exemplo, é um reflexo destas mudanças, que exige maiores níveis de controle para reduzir o número de cooperados inadimplentes.

⁷⁰ Sabe-se que a inadimplência não é necessariamente consequência da ampliação do quadro social e do oportunismo, mas ressalva-se, neste caso, que no período indicado não foram identificadas outras formas de interferência sobre o não pagamento dos empréstimos, como interferências ambientais (condições edafoclimáticas), econômicas (disponibilidade e preço dos insumos) e sociais (disponibilidade de trabalho dos membros das famílias).

A necessidade de crescimento, frente aos limites da lógica da proximidade, exige novas estratégias para as cooperativas, que as permitam ser sustentáveis economicamente e atender aos imperativos dos órgãos oficiais de regulação.

Tais questões foram evidenciadas durante a pesquisa de campo e por sua relevância na trajetória institucional do sistema merecem ser aprofundadas. Antes de se iniciar propriamente a análise é importante salientar o elemento que (re)orientou o percurso analítico dessa pesquisa, não destoando o seu foco, mas complexificando a análise da trajetória institucional do sistema Ecosol. Por razões que serão apresentadas mais adiante, o sistema Ecosol em meados de 2010 estabeleceu um convênio de cooperação técnica com o sistema Cresol, que já mantinha convênio com o sistema Creditag em Minas Gerais. Este acontecimento muda as configurações do *campo organizacional* do cooperativismo de crédito rural solidário em Minas Gerais e reorienta a trajetória do sistema Ecosol/MG. É preciso agora, portanto, conhecer o contexto do qual ele emerge e o que ele implica.

A necessidade de sustentabilidade das cooperativas do sistema Ecosol/MG, seja para sua independência financeira ou como resposta ao ambiente institucional, provoca mudanças essenciais nas organizações. Estas mudanças acompanham um processo de crescimento, lento, mas gradual. O crescimento a que se refere está relacionado à evolução dos indicadores econômicos, principalmente o número de sócios e das carteiras. A Figura 18 demonstra a evolução das carteiras da Ecosol ZM desde 2006 e a Tabela 8 expressa a evolução do sistema Ecosol no estado.

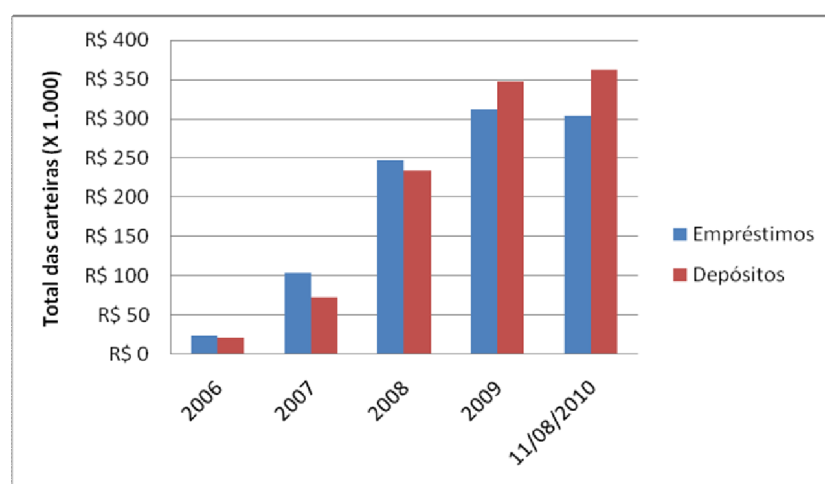


Figura 18: Evolução das carteiras de depósito e empréstimo da Ecosol ZM.
Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Tabela 8: Evolução do sistema Ecosol/MG.

Indicadores	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	2010*
Número de sócios	333	872	1.130	1.445	1.549
Capital Social (R\$)	38.403,00	104.876,83	152.793,32	203.838,65	220.556,65
Empréstimo (R\$)	101.725,93	219.334,79	387.866,14	449.747,14	428.003,50
Depósito (R\$)	100.113,66	180.559,36	394.925,31	529.546,17	649.591,65

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

* Os valores das carteiras de empréstimo e depósitos em 2010 correspondem à soma dos valores da Ecosol Araponga em 31/07/2010 e da Ecosol ZM em 11/08/2010.

Através da observação participante percebe-se o “crescimento” também como representação social da legitimidade do sistema em seu campo. Os diretores constantemente mencionam que “se a cooperativa parar de crescer ela morre” e que é “o crescimento que demonstra que o sistema vai bem” (Diário de campo, 2010). Além disso, os representantes da Base Minas nas reuniões das cooperativas sempre reforçam a necessidade de crescimento das cooperativas e dos PACs. De fato, como discutido na dimensão econômica das cooperativas de crédito solidárias com referência ao trabalho de Jones (2004), as condições econômicas das cooperativas determinam sua capacidade operacional de trabalhar com segmentos menos favorecidos da sociedade e, assim, oferecer melhores serviços a preços mais adequados. No capítulo de microfinanças foram apresentados fundamentos complementares, indicando que a capacidade de estender a atuação das cooperativas aos segmentos de baixa renda está associada também aos mecanismos de coordenação das transações.

O crescimento observado nas cooperativas busca também maior adequação operacional das organizações aos padrões regulatórios. A adequação operacional busca padronizar os processos internos e também reduzir os custos regulatórios, já mencionados neste trabalho. Retomando a abordagem de Jansson (2000) sobre regulação em IMFs, é possível notar que, ao longo do processo de crescimento das organizações, ocorrem mudanças operacionais que conduzem a uma redução dos custos regulatórios (mas aumento dos custos operacionais e riscos de liquidez e de crédito), principalmente pelo aprendizado dos gestores e a adequação às regulações do setor financeiro.

Neste sentido, mais que quantificar o crescimento ou os custos, que pouco contribuiria para a análise desta pesquisa, é importante compreender a essência desse processo, como e porque a organização se modifica. Martins (2010), que analisou parte do sistema Ecosol em Minas Gerais, também identificou um processo de mudança nas cooperativas. Para a autora, trata-se de “[...] um novo processo de institucionalização, cujas práticas organizacionais visam tornar a operacionalização das cooperativas mais padronizada” (p. 46). A visão da autora sobre a institucionalização é de um processo de mudança das práticas internas, porém, não evidencia as interferências do ambiente institucional. No entanto, o trabalho de Martins é particularmente importante ao indicar algumas mudanças percebidas na trajetória do sistema Ecosol:

[...] este novo processo vai se instaurando aos poucos, adicionando novos elementos às capacitações e discursos, como a preocupação com a divulgação e o aumento do número de poupanças, as responsabilidades inerentes ao aumento da movimentação financeira decorrente do maior número de associados e o cumprimento rigoroso de procedimentos legais para a formalização de contratos de empréstimos, por exemplo. (MARTINS, 2010, p.46).

Para compreender este processo de crescimento e de mudança organizacional parte-se da noção de “dominação normativa”, que é usada por Silva (2010) para designar as mudanças nos processos organizativos dos agricultores familiares de Espera Feliz através das exigências normativas do Estado por meio de políticas públicas. A “dominação” assinala o papel regulador do Estado, que “dominaria” as práticas locais, provocando as mudanças necessárias para o atendimento das normas legais.

Buscando complementar essa noção, contextualizando-a ao nosso objeto de pesquisa, trata-se a “dominação” como as pressões coercitivas do ambiente institucional, não apenas do Estado, mas também de outras organizações às quais as cooperativas estão vinculadas e das quais elas dependem (como, por exemplo, a Central Ecosol, a Confesol, a Unicafes, etc.). As mudanças decorrem do aprendizado coletivo da própria organização na condução de seus processos internos e na lida cotidiana com as regulações do setor. Reuniram-se a seguir fragmentos das entrevistas que se referem às mudanças pelas quais passaram as cooperativas do sistema Ecosol/MG.

(...) E a liberação de empréstimo no início... lógico que tinha uns critériozinhos, mas hoje é muito mais, tem muito mais controle, tem as resoluções internas, as alçadas, tem o comitê de crédito que avalia os empréstimos... melhorou muito, até por questão de informação mesmo, exigência né. Lá em 2005 emprestava cem, no máximo trezentos reais, hoje empresta até aí cinco mil. Então você vai ter que avaliar com outros critérios né. (...) Outra coisa, olha lá, tem mais fila agora, então tem que mudar a rotina mesmo. Não tem jeito. Aí tem que ter mais controle (Entrevistado 8EF, proprietário, sócio fundador do PAC Espera Feliz e contador da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

A maior mudança é o crescimento mesmo, porque o crescimento tá trazendo mais despesas para a cooperativa, essa aí tá sendo nossa maior dificuldade, tá crescendo bastante, as leis vão mudando, vai mudando... as despesas vão só aumentando. Então a gente vai ter que acompanhar. E hoje o sistema financeiro do Brasil tá sempre mudando né. Tem que tá sempre revendo as taxas de juros e aplicação. É um mercado que muda muito rápido (Entrevistado 8T, proprietário, coordenador geral da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

Esses critério de liberação mudou e vai mudar sempre. Porque antes a cooperativa era um grupo menor de pessoas, então você podia fazer um acompanhamento mais fácil, que às vezes você tinha que carregar água na peneira pro sócios né. Hoje já é contrário, o sócio já vem pegar empréstimo e às vezes não tem. Hoje já tem que ser mais seguro para que não haja a tal da inadimplência que atormenta a gente. Porque são muitas pessoas, você não conhece exatamente o dia a dia dos sócios, você tem uma noção, mas às vezes você não sabe, por isso tem que ter cuidado com a liberação do crédito, é a necessidade de crescimento, o crescimento da inadimplência, do número de sócio, por que esse acompanhamento a gente tem que fazer é antes de liberar né, na hora de dar o crédito (Entrevistado 8T, proprietário, coordenador geral da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

Mudou o avalista. Antes qualquer valor era um avalista só, já tem uns três meses, quatro meses, que já é esse valor, acima de dois mil reais é dois avalista. Mudou como uma forma de segurança para a própria cooperativa não ficar no débito né! ...pro sócio não é tão bom que às vezes fica reclamando: mas eu preciso trazer duas pessoas?... Mas pra cooperativa isso é bom porque é uma forma de segurança, haja vista que nós já tivemos muito problema de inadimplência e nós estamos tentando acabar com esse problema (Entrevistado 2T, proprietário, sócio da Ecosol Tombos, 2010).

Essas transformações foram identificadas através da observação participante e dos registros de campo. Os planejamentos estratégicos são espaços importantes que indicam mudanças substanciais na orientação das cooperativas. No planejamento do sistema Ecosol no início de 2008 (FREITAS, FREITAS e BRAGA, 2008), ao se discutir as metas e estratégias, eram discutidos também os valores e princípios que deveriam orientar as cooperativas de crédito. A agroecologia e a solidariedade, por

exemplo, foram valores apontados como a base fundamental das organizações. Contudo, em 2010, o planejamento anual do sistema Ecosol indicou uma mudança na forma de execução, discutindo-se apenas questões econômicas e financeiras e elaborando ações neste sentido. Não foram discutidos princípios ou valores, mas os índices que precisavam ser atingidos e as ações que precisavam ser executadas para se alcançar o crescimento e a sustentabilidade financeira das cooperativas de crédito.

As entrevistas e registros apóiam a análise documental, especificamente de algumas resoluções internas das cooperativas, no sentido de demonstrarem que as principais mudanças ocorridas estão relacionadas às práticas organizacionais e à rotina de operação das cooperativas. A padronização dos horários de funcionamento e a criação de novos critérios de controle e concessão de empréstimos são exemplos de mudanças nas práticas. As mudanças se dão igualmente em função das alterações do mercado, como o aumento da demanda e das movimentações.

No entanto, as mudanças ocorrem também pelas pressões coercitivas do ambiente institucional, principalmente pela intensa regulação do BC. Tomando, então, como unidade de análise as práticas organizacionais⁷¹, estas mudanças nas cooperativas podem ser entendidas como um processo de condicionamento institucional das organizações, em que elas buscam adequação operacional aos padrões normativos, auferindo consonância entre sua operacionalização e as regulamentações do setor [financeiro], trata-se da busca por uma consonância normativa. Este processo, porém, não indica respostas mecânicas e automáticas às pressões institucionais, mas a construção social das mudanças institucionais, tecidas pelas lideranças dirigentes, principais “receptores” das pressões, e introduzidas na rotina das operações financeiras.

A noção de consonância normativa é elaborada com base no material empírico coletado, especialmente nas referências feitas sobre as pressões normativas (institucionais) dos órgãos oficiais de regulação. O condicionamento institucional das organizações está ligado às pressões coercitivas as quais elas estão sujeitas. A seguir se reuniu alguns fragmentos de parte das entrevistas que levaram a essa constatação e que irão conduzir o desenvolvimento dessa ideia.

⁷¹ Práticas organizacionais se referem às estruturas funcionais das organizações, às ações e estratégias que literalmente fazem as organizações funcionarem e que, por isso, se associam aos processos institucionais internos.

Aí tem algumas leis né... que o sistema de cooperativas tem que obedecer e que é igual pra todas. Essas leis contam, por exemplo, como que uma cooperativa tem que funcionar, que uma cooperativa filiada a uma central ela tem que ter um capital social de sessenta mil reais em cinco anos, isso é exigido. Todas as movimentações que ela faz... Se você faz uma aplicação grande, você tem que falar de onde que vem esse recurso... Tem que declarar tudo. Então tem algumas coisas que precisam sempre ser feitas (Entrevistado 4T, meeiro, sócio fundador da Ecosol Tombos, coordenador financeiro da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

Eu acho que isso é um mal necessário. Você tem que seguir uma linha e seguir fiscalização, até mesmo para você se enquadrar, e poder ser depois uma cooperativa maior. **Ou você se adéqua, se organiza e se planeja né, e cumpri as regras do jogo, ou você se... automaticamente se exclui dele!** É o caso das nossas cooperativa que ainda é pequena né, cresceu né, mas ainda tem um campo enorme a ser trabalhado com os agricultores familiares. Tem algumas leis dos sistemas de cooperativismo de crédito que é generalizado no Brasil inteiro e para todos os sistemas, e essas é uma dessas leis que a gente tem que cumprir. Eu acho que tem algumas coisas que podem ser diferenciadas. Um exemplo que a gente conseguiu agora é a questão de segurança, colocar um vigilante ou dois na cooperativa. A despesa que ia gerar isso, e isso ia ser obrigado. Inclusive a gente recebeu uma notificação da polícia federal. Ai então a gente conseguiu via ancosol que as movimentação nas cooperativas singulares seria pequena, aí a gente conseguiu desdobrar isso aí né, ganhar tempo para mudar essa estratégia (Entrevistado 4T, meeiro, sócio fundador da Ecosol Tombos, coordenador financeiro da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010, grifo nosso).

Eu acho que o Banco Central trata a gente como um banco, não trata a gente como agricultura familiar que juntou lá e criou uma entidade não, eles não olham para essa visão da gente não. Eles olham para uma instituição financeira. Cobrando da gente como uma instituição financeira. Se não atingir sessenta mil reais de capital em cinco anos eles devem liquidar a cooperativa. (...) Hoje a cooperativa tem que ter em cinco anos um patrimônio líquido de sessenta mil, menos disso o banco central começa a cobrar e se não atender pode até fechar a cooperativa. E documentação, impostos, isso tudo direitinho, é fiscalizado o balanço, a parte contábil né. Se tiver algum erro eles já mandam a notificação (Entrevistado 8T, proprietário, coordenador geral da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

Na verdade eles [Banco Central] controlam, quem cobra mais é as centrais né, principalmente com a central né. Porque quem é responsável pela cooperativa são as centrais. Então se eu tenho uma cooperativa capengando ali, que não se viabiliza, que não sai do lugar, o Banco Central cobra é da Central. Ou dá-se um jeito, ou revitaliza ela, ou transforma ela num PAC, ou fecha. A Central Ecosol passa constantemente por isso por causa de uma cooperativa nossa lá do nordeste, ai o Banco Central não deixa abrir novas cooperativas enquanto não regularizar lá. Pegam pesado mesmo (Entrevistado 8EF, proprietário, sócio fundador do PAC Espera Feliz e contador da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

Estas falas destacam nitidamente as pressões coercitivas, não apenas pelo BC, mas também pela Central Ecosol. Permitem perceber a busca e a necessidade de adequação das cooperativas “às regras do jogo”, sem as quais as organizações não se tornam legítimas e “automaticamente se excluem dele”. Ao falar desse fenômeno não se pode deixar de retomar os conceitos de *isomorfismo* e *campo organizacional*, pois serão subsídio importante para interpretar os fundamentos das mudanças organizacionais identificadas. As pressões coercitivas configuram um processo de *isomorfismo coercitivo*, que condiciona as organizações em seu *campo organizacional*.

Nesta pesquisa, o cooperativismo de crédito rural solidário forma um *campo organizacional*, estruturado em Minas Gerais, através dos sistemas cooperativos em atuação. A composição desse campo abrange as cooperativas singulares do sistema Ecosol, as cooperativas singulares do sistema Creditag, a Base de Apoio Ecosol/MG, a Central Ecosol, o BC e a Ancosol. As três últimas atuam na regulação das cooperativas singulares e possuem papel importante na definição de padrões de coalizão inter-organizacional. As cooperativas singulares e a Base Minas atuam com o mesmo público e com produtos e serviços similares, mantendo constantes diálogos.

As mudanças organizacionais do sistema Ecosol discutidas são também fruto de um processo de *isomorfismo coercitivo*. Os fragmentos de entrevistas que foram reunidos sobre as pressões coercitivas vivenciadas pelas cooperativas permitem constatar que existe um processo de mudança nas organizações para sua adequação às exigências e aos modelos de funcionamento do setor.

As referências feitas anteriormente de que as cooperativas devem obedecer a leis que são iguais para todas; da necessidade de enquadramento em certos padrões de funcionamento; das cobranças da Central e da adequação a determinadas regras que coordenam o jogo (ou certo campo) são elementos empíricos que fundamentam o processo isomórfico coercitivo. A homogeneização organizacional é forçada, dentre outros motivos, pelas regulações e regulamentações dos órgãos fiscalizadores que constituem um ambiente legal comum e condicionam as organizações para uma padronização sistêmica. Valadares (2003) ao analisar um sistema de cooperativas de crédito rural tradicional em Minas Gerais (Crediminas) evidenciou em tal caso o *isomorfismo coercitivo*. Esta evidência partiu da constatação empírica de que o

sistema procurou atender aos imperativos do BC para se adequar às exigências do sistema financeiro.

As próprias metas progressivas de aumento de capital para os cinco primeiros anos de funcionamento das cooperativas, já mencionadas, são pressões coercitivas oriundas do ambiente legal. Elas induzem o crescimento a um ritmo externamente determinado. No caso da Ecosol Araponga, este ritmo impôs um “inchaço” do quadro social, que se tornou muito heterogêneo dado a necessidade de “arrumar novos sócios”.

As metas do Banco Central forçaram a gente a crescer muito de pressa, juntar muito sócio em pouco tempo. E isso eu acho que prejudicou, porque depois de conseguir atingir as metas paramos de crescer, não entrou mais sócio e a cooperativa parou, não estávamos preparados para crescer forçado, agora a inadimplência tá aí (Registro de diário de campo em reunião de planejamento da Ecosol Araponga, 2010).

No processo de expansão para alcance das metas, abriu muito rápido o quadro social e incluiu pessoas não conhecidas. A exigência de que para se associar sejam indicados formalmente os candidatos os sócios por dois sócios, com até assinatura deles, não foi cumprida como deveria, sendo que algumas pessoas [sócios] estavam indicando pessoas sem nem conhecer direito, só para não perder número de sócio (Registro de diário de campo em reunião de planejamento da Ecosol Araponga, 2010).

Essa meta para o crescimento interferiu de diversas formas na operacionalização das cooperativas. A necessidade imediata de ampliação do quadro social forçou a instrumentalização de um mecanismo que se apropriava das relações sociais como forma de controle (ficha de indicação), tornando-o quase uma formalidade, “só para não perder número de sócio”. A instrumentalização da ficha de indicação pode ser considerada uma ação para a consonância normativa. O aumento da inadimplência também é citado como consequência desse processo e levou a mudanças organizacionais visando suprimir essa deficiência.

A noção de dominação normativa e a busca pela consonância normativa podem ser interpretadas então a partir do conceito de *isomorfismo coercitivo*. O *isomorfismo*, dando conta da amplitude das interferências institucionais e suas implicações estruturais para as organizações, imprime às mudanças organizacionais do sistema Ecosol uma dimensão institucional.

As mudanças isomórficas também ocorrem como estratégia para a legitimidade no campo organizacional e no ambiente social. Os esforços de

adequação e homogeneização das organizações possuem um significado simbólico e ritual: manter as aparências e dar validade a uma organização (ALTAMIRANO, 2006). No caso do sistema Ecosol, a legitimidade buscada não é apenas perante as outras organizações do campo, mas como também observou Martins (2010), as cooperativas buscam demonstrar aos cooperados que são organizações mais seguras e eficientes, mais legítimas.

O que Martins (2010) observou como a padronização das cooperativas e que se compreende aqui como um processo de *isomorfismo coercitivo*, implica nas mudanças que foram relatadas pela autora e nas que estão referenciadas nas entrevistas citadas. A padronização do horário de funcionamento em similaridade aos bancos e o aumento dos mecanismos formais de controle para ter acesso ao crédito são resultados que associam pressões coercitivas a respostas concretas às mudanças do ambiente.

Este tipo de mudança organizacional (formalização de estruturas funcionais) busca garantir a legitimidade das cooperativas e sua viabilidade frente ao aumento da inadimplência e da perda dos contatos face a face pelo crescente aumento do quadro social e sua heterogeneidade. Ocorre, notadamente, a substituição de mecanismos sociais de controle e monitoramento por outros do tipo formal regulamentados. A questão a ser destacada é que não se trata de um processo natural, mas da institucionalização de novas práticas organizacionais. Estas mudanças das cooperativas e as mudanças em seus ambientes geram também a incerteza nas organizações.

A incerteza advém inicialmente como consequência das mudanças organizacionais, avaliadas pelo movimento político da agricultura familiar a partir de seus pressupostos político-ideológicos. A mudança, que por vezes é entendida como certo grau de “burocratização”, como relatado nos trechos de entrevistas citados anteriormente, se choca com as proposições solidárias das cooperativas. Este contexto retoma a abordagem do dilema, que se intensifica quando as mudanças são percebidas como incertezas. Portanto, referir-se ao dilema, não significa polarizar ou instaurar uma dualidade na gestão dessas organizações, mas observá-lo como o ponto inicial da incerteza.

(...) Mudou, mudou porque lá vai distanciando, vai distanciar da base, é uma preocupação que eu tenho, de ter reunião para entender porque que ele tá lá, porque a cooperativa só é forte quando o cooperado tem um grande entendimento porque ele está naquilo. Se não ele vai lá só por interesse financeiro, aí ele não gera consciência (Entrevistado cinco t, proprietário, sócio fundador da Ecosol Tombos e ex-presidente do STR de Tombos, 2010).

Quando se fala solidária a gente tem que pensar no modelo que está aí, nunca deixar de ser solidária assim, igual eu tô te falando, às vezes deixa de ser um pouco solidária. A partir do momento que começou a crescer muito e vêm outras pessoas, então modifica um pouco. Aí fica deixando a desejar um pouco nisso aí e ficando igual ao tradicional, exatamente por isso que falei o ponto negativo que acho é esse: nesse crescimento, nessa mudança toda, tá deixando a desejar nessa parte solidária e ficando igual às tradicionais. Então nessa medida de que vai crescendo, é aí que tem que pensar direito (Entrevistada um t, arrendatária, sócia fundadora da Ecosol Tombos, 2010).

A incerteza neste dilema é sobre o distanciamento da cooperativa de sua base social à medida que vai crescendo e aumentando seu quadro social. Existe a preocupação, inclusive por parte dos diretores, de que a cooperativa seja sustentável e continue em sua “linha de atuação”, voltada para a economia solidária. O dilema, como é compreendido neste trabalho, não conduz a uma disputa política interna e não é um determinante das mudanças, mas um balizador do sentido das estratégias adotadas.

A orientação (“pensar direito”) para as estratégias (“mudanças”) que devem ser estabelecidas não está desvinculada das proposições solidárias iniciais, porém conduzem-se pelo sentido de busca pela legitimidade e de reestruturação financeira da organização em resposta às pressões do ambiente institucional.

A estratégia proposta e buscada pelos diretores do sistema tem sido diversificar o portfólio de serviços para ampliar as fontes de receita e, de tal modo, garantir melhores rendimentos para cobrir as despesas e as perdas. O aumento do portfólio está ligado, além disso, à legitimidade do sistema, já que outros sistemas que atuam na região (Creditag e Sicoob) já possuem serviços diversificados. Um dos entrevistados do PAC Ecosol Simonésia expõe que “muitos sócio até para de movimentar porque nem tem esses produtos e serviços” (Diário de campo, 2010). O repasse de recursos externos, através do Pronaf, por exemplo – um serviço amplamente difundido por outras organizações desse campo –, é apontado como uma das “saídas” para que as cooperativas consigam ser independentes. No entanto, a ampliação do portfólio depende do estabelecimento de convênios com o Banco do

Brasil⁷². Neste sentido, os representantes do sistema Ecosol/MG já estabeleceram relações com o Banco do Brasil para tentarem efetivar os convênios, mas não encontraram êxito.

A Central Ecosol como representante do sistema é responsável por intervir nas relações institucionais para garantir o bom funcionamento de suas singulares. Entretanto, o ano de 2010 foi marcante para ao sistema Ecosol no Brasil. Ele era composto por cooperativas de crédito urbanas e rurais, as quais romperam sua atuação conjunta num mesmo sistema. A Central Ecosol que estava sediada em São Paulo com a coordenação das cooperativas urbanas passou para as rurais e está atualmente localizada em Pernambuco. Nesse rompimento as cooperativas urbanas se desligaram do sistema. Esse episódio da Central e sua limitada estrutura administrativa e financeira pouco contribuíram para a implantação dos convênios na Ecosol/MG⁷³.

A insegurança a gente tinha mesmo, até mesmo do Banco Central se ia deixar a gente vivo ou não né. Porque a Central Ecosol teria que ter trezentos mil reais de capital social para se viabilizar enquanto Central e nós estamos com cento e pouco, então o Banco Central pode bater o martelo lá e falar que a partir de então vocês vão ter que continuar e achar uma nova forma de sobreviver porque do jeito que está não dá, e aí, nós íamos para onde? É complicado... (Entrevistado quatro t, meeiro, sócio fundador da Ecosol Tombos, coordenador financeiro da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

A falta de amparo de uma Central se intensifica através das divergências internas entre as cooperativas de Minas Gerais e a direção da Central Ecosol. Segundo os dirigentes da Base Minas, a Central Ecosol possuía uma dívida com as cooperativas mineiras oriunda de despesas com deslocamento de dirigentes para reuniões da Central. Diante do não pagamento da dívida e do descontentamento dos diretores com os serviços prestados pela Central, a Base Minas decidiu não pagar as mensalidades à Central Ecosol para descontar do valor que a Central deveria repassar para as cooperativas.

⁷² Especialmente o convênio de compensação financeira.

⁷³ Essa contextualização sobre a Central Ecosol e sua relação com a implantação dos convênios em Minas Gerais foi elaborada com base nas entrevistas feitas entre os dirigentes do sistema Ecosol no estado, que são inclusive membros da Central Ecosol.

A essa situação precisa ser acrescentado o fato de que o sistema Creditag, que faz parte do mesmo campo organizacional e oferece os mesmos serviços para o mesmo público, estava se expandindo na Zona da Mata e reduzindo as possibilidades de expansão do sistema Ecosol⁷⁴. Assim, os altos índices de inadimplência, as dificuldades de ampliação do portfólio, as inseguranças sobre a Central Ecosol e a expansão do Creditag configuram o ambiente de incertezas vivenciado pelo sistema Ecosol/MG.

Dentro desse contexto, surge um fato essencialmente importante: a expansão do sistema Cresol no Brasil e sua “instalação” em Minas Gerais. Antes de analisar as implicações disso para o sistema Ecosol, será apresentada primeiramente uma análise sobre a conjuntura institucional na qual esse fato ocorre e como ele muda as configurações do *campo organizacional* do cooperativismo de crédito rural solidário, não apenas em Minas Gerais, mas sucintamente em todo o Brasil. Para fundamentar a análise sobre o campo, o entrevistado a seguir, coordenador financeiro da Central Ecosol e participa de discussões com a Ancosol, esclarece:

A Ancosol é como se fosse a mãe desses filhos meio perdidos, então ela acabou unificando e o Banco Central deu o ultimato de que no máximo a cinco anos não queria ver mais do que três ou quatro sistema financeiro da agricultura familiar, então eles juntou o Integrar com Creditag, aí ele pegou todas as cooperativas da Creditag na região nordeste e juntou com Ecosol, e tentou de maneira meia amarrada né, pegar as cooperativas da Ecosol mineira e agregar o Creditag, então era essa a maior vontade deles, então daí essa aproximação acontece por causa da Ancosol, e não diretamente Cresol, ou então Ecosol (Entrevistado 4T, meeiro, sócio fundador da Ecosol Tombos, coordenador financeiro da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

⁷⁴ A limitação da expansão do sistema Ecosol pela presença do sistema Creditag ocorre porque o BC não autorizaria a constituição de duas cooperativas de crédito rural e do mesmo segmento das “solidárias” atuando na mesma área de abrangência.

A Ancosol e o Banco Central⁷⁵ fazem parte do *campo organizacional* do cooperativismo de crédito rural solidário e interferem diretamente em sua configuração. Como comentado na entrevista citada, existe uma pressão coercitiva no campo (que pode ser simbólica) e vai ao encontro da homogeneização das organizações, visando unificar alguns sistemas. Esse movimento de unificação se inicia no *campo organizacional* estudado pela intervenção do BC (pressão coercitiva) sobre o sistema Creditag, que ainda não possuía uma Central Cooperativa (e não estava vinculada a outra). Por isso o entrevistado aponta que o BC e a Ancosol juntaram o sistema Integrar com o Creditag na região sudeste, ambos sem Central. Já no nordeste as cooperativas deste sistema se integraram ao sistema Ecosol. Essas articulações institucionais interferem diretamente na (re)organização do campo.

No entanto, o sistema Cresol, o mais antigo e consolidado desse campo que atuava exclusivamente no sul, tinha perspectivas de expansão de sua atuação para outras regiões do Brasil, principalmente para o sudeste. Com apoio institucional da Ancosol, do BC e do MDA, o sistema Cresol surge no sudeste com a proposta de criação de uma “Central Cresol Sudeste”, integrando principalmente os sistemas Creditag e Integrar, que ainda estavam desvinculados de uma Central.

Assim, em Minas Gerais, o sistema Creditag estabeleceu um convênio de cooperação técnica com o Cresol em meados de 2009, já com o propósito de integração dos sistemas, transformando o sistema Creditag em Cresol Sudeste. Por meio desse convênio um técnico do sistema Cresol se instalou na Zona da Mata para coordenar os trabalhos. Estes trabalhos estavam relacionados com a implantação de sistemas de informação, o controle das carteiras, o estabelecimento de metas de crescimento e a implantação de novos produtos e serviços, à imagem dos já implantados pelo Cresol e em funcionamento no sul do Brasil.

⁷⁵ Pinheiro (2008, p. 46-47), no livro “Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil”, editado pelo Banco Central, entidade a qual o autor está vinculado, ao discutir a criação de uma entidade única de auditoria para as cooperativas de crédito no Brasil, explicita essa questão da “unificação” de sistemas de que trata o entrevistado: “Das 38 cooperativas centrais de crédito existentes, apenas 25 participam da CNAC [Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa]. Não obstante, acreditamos que essa entidade de auditoria cooperativa é o embrião de um instituto único de auditoria e de um possível fundo garantidor único para o sistema cooperativo de crédito, as duas etapas preliminares para que possamos chegar, no futuro, à unificação do sistema cooperativista de crédito no Brasil, com uma única confederação de cooperativas de crédito e um único banco cooperativo. Quando se atingir esse objetivo, o sistema cooperativo brasileiro estará preparado para exercer, em toda plenitude, a importante função de ser uma ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico do País, fundado nos princípios do cooperativismo, notadamente no 6º princípio, o da intercooperação”.

A execução desse convênio reorientou a atuação do sistema Creditag, que passou a operar uma série de outros serviços e a buscar a ampliação de sua abrangência na Zona da Mata. O sistema Ecosol conheceu o convênio e seus resultados através dos coordenadores do sistema Creditag, com os quais mantinham contato. Frente às dificuldades do Ecosol para resolução de problemas, similares aos que a Creditag já havia resolvido com o convênio, os diretores do sistema Ecosol/MG se interessaram pela parceria. No primeiro semestre de 2010 aconteceu uma reunião em Belo Horizonte com representantes do BC, do sistema Cresol e do sistema Creditag para discutirem as articulações institucionais do cooperativismo de crédito rural solidário em Minas Gerais (o *campo organizacional*) e a possibilidade de convênio entre Ecosol e Cresol. Com o apoio institucional irrestrito do BC para a unificação dos sistemas, o convênio entre Ecosol e Cresol é assinado, sem a intenção explícita de integração entre estes dois sistemas, apenas acordando o apoio operacional às cooperativas mineiras. À medida que se intensificam as interações entre as organizações, se reforça o desenho institucional do campo organizacional do cooperativismo de crédito rural solidário em Minas Gerais.

O apoio operacional ao sistema Ecosol, assim como no sistema Creditag, passa pela institucionalização de mudanças organizacionais. As práticas organizacionais a serem implantadas são apropriadas daquelas já executadas pelo sistema Cresol. Para compreender esse processo é preciso retomar e desenvolver aqui o conceito de *isomorfismo mimético*. O *isomorfismo* não se refere à integração dos sistemas e às mudanças de suas marcas, mas como será visto no caso do sistema Ecosol, está associado ao mimetismo de práticas e estruturas organizacionais através do convênio.

Explorou-se anteriormente o isomorfismo como uma derivação da autoridade coercitiva, mas “[...] a incerteza também se torna uma força poderosa que encoraja a imitação” (DIMAGGIO e POWEL, 2005, p. 78). O mimetismo entre as organizações pode ser gerado quando práticas ou estruturas organizacionais não são eficientes, as metas são ambíguas ou o ambiente cria uma incerteza simbólica que coage as organizações à mudança. De acordo com os autores citados, as organizações buscam como modelo em seu campo organizacional outra organização que elas percebam ser mais legítimas ou bem-sucedidas. Tomam como modelo aquelas que são mais antigas e possuem maior *know-how*.

Segundo Mizruchi (2006), o *isomorfismo mimético* tende a ocorrer quando as organizações observam e tentam acompanhar seus pares em equivalência estrutural ou de papéis. Esse acompanhamento dos pares pode acontecer pelos vínculos em redes sociais. As relações estabelecidas pelos diretores do Ecosol/MG com diversas outras organizações que compõe a Ancosol, por exemplo, permitem que observem o desempenho de outros sistemas cooperativos da agricultura familiar. O sistema Cresol, sendo o sistema precursor do cooperativismo solidário no Brasil, respeitado institucionalmente pelo BC e uma referência internacional no tema, é inserido no contexto de mudanças organizacionais como uma organização institucionalmente legítima nesse campo, que se apresenta como modelo para todas as outras.

Destacam-se então três elementos que configuram o *isomorfismo mimético* nas cooperativas do sistema Ecosol/MG: i) a incerteza; ii) a percepção de outra organização como mais legítima em seu campo organizacional; iii) a validação institucional da mudança mimética ocorrida em outra organização do campo.

Sobre a incerteza já se discorreu anteriormente com base no material empírico, especialmente nas entrevistas. Entretanto cabe sinalizar que a incerteza decorre principalmente do surgimento da inadimplência, da ineficiência da Central, das dificuldades de ampliação do portfólio e da compressão da área de abrangência. Algumas das incertezas vividas pela Ecosol foram evidenciadas também por Martins (2010). A vivência do dilema também pode ser considerada como uma particularidade na operacionalização dessas organizações que implica em incerteza, especialmente no que se refere à gestão.

A percepção dos entrevistados sobre outra organização como sendo a mais legítima em seu *campo organizacional* é identificada através das entrevistas. O sistema Cresol é frequentemente apontado como a referência concreta do campo, a organização modelo na qual todas deveriam se inspirar. As falas dos entrevistados a seguir elucidam essa percepção.

Uai! A Cresol foi o espelho de tudo né. A Ecosol é praticamente filha da Cresol, pegou modelo de tudo, de estatuto... A Cresol sempre teve apoiando nos encontros, trazia assessoria pra Ecosol. Quantos cursos eu já não fiz que vinha gente lá da Cresol. Até o sistema que a gente usa é vindo da Cresol. Então, assim, nós tinha nada pra falar.. **nós sempre quisemos ser igual a Cresol!**... (Entrevistado 8EF, proprietário, sócio fundador do PAC Espera Feliz e contador da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010, grifo nosso).

A Cresol tem uma força política muito grande. Então chegou a Cresol pra falar é outro esquema (Entrevistado 8T, proprietário, coordenador geral da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

O sistema Cresol, que é um sistema consistente, já sabe algumas coisas, alguns caminho das pedras que hoje nos estamos trilhando, lá na frente eles já sabem qual o resultado que nós teremos (Entrevistado 4T, meeiro, sócio fundador da Ecosol Tombos, coordenador financeiro da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

O convênio foi com a Cresol porque eu acho que a Cresol é a mais forte né, é a que tem mais poder de negociação. É a que já esta mais bem firmada, então já tem mais poder de negociação, igual com Banco do Brasil, com essas entidades aí (Entrevistado 1A, proprietário, sócio fundador e coordenador geral da Ecosol Araponga, 2010).

Os entrevistados explicitam a legitimidade outorgada ao sistema Cresol. Sendo esse sistema o mais legítimo no campo, é também considerado aquele que deve ser o “espelho” para as mudanças. Os esforços para aumentar a legitimidade do sistema Ecosol e as competências para garantir sua sobrevivência incidem no processo de mimetismo organizacional “espelhado” no sistema Cresol. Estas competências traduzem as habilidades e o respaldo institucional, a “força política” de que trata o entrevistado para, por exemplo, intervirem nas relações com o Banco do Brasil e conseguirem a efetivação de convênios. A legitimidade do sistema Cresol está também em seu *know-how* acerca das especificidades operacionais desse tipo de organização, adquirido por ser o mais antigo neste campo.

A existência prévia do processo de mudança isomórfica no sistema Creditag, que antecede a fusão com o sistema Cresol, serve também de parâmetro para o mimetismo no sistema Ecosol. A validação institucional dessa mudança mimética ocorrida nesta outra organização do campo se agrega aos outros elementos que induzem o *isomorfismo mimético* no sistema Ecosol/MG.

Os relatos a seguir sustentam essa constatação:

Participando de diversas reuniões a gente viu que eles [Creditag] fizeram uma parceria com o sistema Cresol, e eu fiquei sabendo disso através da Ancosol né, e ficamos observando o que isso tava frutificando com eles. E aí foi uma parceria que deu certo. O sistema Cresol manifestou o interesse de integrar também a região sudeste, tendo em vista que a capacidade financeira aqui é bastante almejada no Brasil inteiro, a região da zona da mata mineira também. Aí então eles fizeram um convênio de competência técnica, vamos chamar um noivado, com o sistema Creditag, para depois futuramente enquadrar no sistema. E a evolução deles foi de 400%, eles conseguiram implantar todos os serviços (Entrevistado 4T,

meeiro, sócio fundador da Ecosol Tombos, coordenador financeiro da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

A gente vendo a evolução da Creditag depois da parceria, opa! Esse negócio é bom pra gente! O contexto que levou então a fechar esse convênio é de tanto bater na mesma tecla e não conseguir os tais convênios. A Ecosol não conseguia. A gente agora é da diretoria da Ecosol e nós vamos conseguir esses convênios. Fomos todos animados lá para recife, pro planejamento... entramos lá e vimos que não é bem assim, que precisa de uma força política e a Ecosol ainda não tem essa força política e também não tem recurso financeiro para acompanhar nós de perto. Assim, nós precisamos desses produtos e serviços e vimos a Creditag conseguir isso rapidinho. Com um ano eles cresceram lá em cima com a implantação desses serviços (Entrevistado 8EF, proprietário, sócio fundador do PAC Espera Feliz e contador da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

Tem uma cooperativa vizinha aqui nossa, da Creditag, e essa cooperativa era menor que a nossa cooperativa, e em um ano ela cresceu absurdamente, depois da parceria com a Cresol. Tem um ano que a Cresol tem parceria lá com eles e nesse um ano ela cresceu, assim, absurdamente (Entrevistado 8T, proprietário, coordenador geral da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010).

A mudança ocorrida no sistema Creditag é tomada, então, como referência para o sistema Ecosol. A legitimidade do sistema Cresol é parcialmente estendida ao sistema Creditag por sua associação e pelo sucesso das mudanças organizacionais. A incerteza simbólica do ambiente, de que tratam DiMaggio e Powel (2005), pode ser expressa no avanço do sistema Creditag na Zona da Mata, que estaria “deixando a Ecosol pra trás” (Diário de Campo, 2010). Como observou Valadares (2003), cooperativas tendem a modelar a si mesmas após outras cooperativas terem demonstrado que as novas adoções (inovações) contribuíram para sua legitimação e sucesso empresarial.

Contudo, como já mencionado, a essência do *isomorfismo mimético* neste campo não se concentra na fusão ou convênio entre os sistemas e sim nas práticas organizacionais mimetizadas. Após o convênio com o sistema Cresol destacam-se três principais mudanças no sistema Ecosol: i) adoção de planejamento regular de metas financeiras⁷⁶; ii) implantação de um novo sistema de informação e iii) modificação na estrutura organizacional com a constituição de um conselho

⁷⁶ Cabe esclarecer que o sistema Ecosol/MG já realizava planejamentos anuais das cooperativas e PACs, assim como o foi em 2008 e 2009 com o apoio do CTA e da UFV. Entretanto esses planejamentos implantados pelo Cresol possuem características diferentes: são planejamentos de metas financeiras que consideram a evolução dos indicadores financeiros da cooperativa, como a evolução das carteiras e do capital social.

consultivo. Essas práticas, adotadas pelo sistema Ecosol, são utilizadas tradicionalmente pelo Cresol e também já estão em curso no Creditag.

Tais práticas interferem diretamente nas rotinas operacionais do sistema e mudam a organização do trabalho. São práticas que visam reestruturar as organizações com vistas ao seu crescimento, principalmente a partir da implantação de convênios com o Banco do Brasil. A adoção destas práticas ou a decisão sobre a assinatura do convênio, não contou com discussões prévias com os cooperados, nem com as organizações locais parceiras⁷⁷. O imediatismo do processo concentrou as decisões entre os diretores dos PACs e das cooperativas. Neste sentido, as mudanças em curso precisam ser legitimadas pela base social, para conferir validade ao processo.

Para Berger e Luckman (1996), a legitimação, como parte de um processo de institucionalização, é necessária para transmissões objetivas da ordem institucional. É um processo de produção de novos significados sobre a organização. A legitimação de novas práticas, de um processo de mudança, interfere também nas representações sociais e implica em tornar a própria organização mais legítima.

Os diretores da Ecosol buscam a legitimação da mudança organizacional e da parceria com o Cresol através dos discursos objetivados nos espaços de interação com o quadro social, principalmente os planejamentos, práticas implantadas pelo Cresol. Esse processo de legitimação poderia ser caracterizado como a busca por justificação e respaldo do quadro social, assim como das entidades parceiras, para com as mudanças decorrentes do convênio, das novas dinâmicas a serem incorporadas na operacionalização da organização. Em outras palavras, pode-se dizer que a legitimação visa outorgar validade institucional ao processo, objetivando os significados operacionais da mudança.

A legitimação possui duas principais dimensões: cognoscitiva e normativa (BERGER e LUCKMAN, 1996). A primeira ancora-se na premissa de que a legitimação implica em conhecimento, seja por parte do quadro diretor como da totalidade do quadro social. O conhecimento se expressa em termos de informação e apreensão da mudança, buscando apropriação e apoio à inovação. A segunda, por sua vez, busca normatizar os elementos e práticas essenciais à mudança, como novas

⁷⁷ Fala-se aqui de espaços formais de discussão sobre o assunto.

instâncias deliberativas, rotinas internas e papéis no interior da estrutura organizacional, regulamentados através das resoluções internas.

É possível compreender analiticamente o processo de legitimação através dos planejamentos efetuados pela Base Minas como demanda exclusiva do sistema Cresol por via do convênio firmado⁷⁸. A primeira ação do convênio foi a realização de planejamentos de metas financeiras para o segundo semestre de 2010 em todas as unidades do sistema Ecosol/MG. O planejamento visava definir metas financeiras de crescimento, que deveriam ser elaboradas pelos próprios membros dos PACs e das cooperativas. Os planejamentos geralmente começavam com a apresentação do convênio com o Cresol, esclarecendo do que se tratava e o que implicava para a cooperativa. Alguns registros do diário de campo durante os planejamentos explicitam isto:

O convênio com a Cresol é dar serviço e ensinar a ganhar dinheiro, em contrapartida teremos que cumprir todas as metas que forem tiradas (coordenador da Base Minas durante planejamento em Araponga, Diário de campo, 2010).

A reunião teve início com a apresentação do convênio de cooperação técnica estabelecido entre Ecosol/MG e Cresol, reforçando que não se trata de um processo de fusão, mas de implantação de novos serviços que irão melhorar o desempenho das cooperativas (registro do pesquisador durante o planejamento do PAC Espera Feliz, Diário de campo, 2010).

As organizações locais parceiras da Ecosol, como os STRs e as associações, também estavam presentes nos planejamentos. Os representantes da Base Minas que coordenavam os planejamentos deixavam claro que não estava acontecendo uma fusão, mas a implantação de novos serviços para melhorar as cooperativas. A legitimidade conferida ao sistema Cresol era transmitida aos participantes dos planejamentos. As imagens de “organização consolidada” e “da agricultura familiar” buscavam a legitimação do processo.

Os planejamentos, para além de espaços de divulgação do convênio, são “novas” práticas organizacionais implantadas pelo sistema Ecosol. A realização de planejamentos de metas financeiras de crescimento já era uma das práticas usadas no Cresol e foram implantadas e executadas no Creditag. Os planejamentos foram

⁷⁸ Foi feita observação participante durante os planejamentos dos PACs Ecosol em Espera Feliz e Divino e da Ecosol Araponga, registrados em diário de campo.

operacionalizados usando um modelo de planilha de descrição de metas e ações fornecido pelo técnico do Cresol. As planilhas deveriam ser preenchidas a partir das discussões feitas pelo grupo de cooperados e, após todos os PACs e cooperativas terem essas informações, deveriam remetê-las ao técnico do Cresol que iria monitorar o desempenho das cooperativas. Um dos coordenadores da Base Minas, presente no planejamento do PAC Ecosol Divino, explica que “os planejamentos são para serem cumpridos! Já são parte do convênio com a Cresol e eles vão exigir o cumprimento da gente” (Diário de campo, 2010). O desempenho financeiro das cooperativas será monitorado através da implantação de um novo sistema de informação.

O técnico do sistema Cresol que assessora as organizações em Minas Gerais tem acesso a informações contábeis das organizações conveniadas através de um sistema de informação (armazenagem de dados) implantado pelo Cresol. Segundo os dirigentes do Ecosol/MG o sistema de informação é mais atualizado e também já foi implantado no Creditag: “Na verdade, o nosso sistema da cooperativa, tá meio atrasado. É o banco de dados que a Cresol usava lá em 2002” (Entrevistado 8EF, proprietário, sócio fundador do PAC Espera Feliz e contador da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010). O acesso direto do técnico do Cresol aos dados do Ecosol permite ampliar o monitoramento (técnico) das carteiras, uma das funções do convênio. Após estabelecidas as metas financeiras nos planejamentos elas serão rigorosamente monitoradas através do sistema, tanto pelo Cresol como pelos próprios diretores do Ecosol.

Por meio do convênio, a Ecosol modificou sua estrutura organizacional, criando um conselho consultivo, ligado ao conselho de administração. A função do conselho consultivo é contribuir com o monitoramento das metas e ações planejadas. O conselho consultivo já fazia parte da estrutura organizacional do sistema Cresol e já estava em execução no Creditag. Um dos objetivos do conselho consultivo é contribuir para a formação de futuros dirigentes. Os membros do conselho consultivo, que ainda não foram ocupantes de outros cargos, acompanhariam a execução das metas e o cotidiano operacional das organizações. A inserção desses novos conselheiros no cotidiano da organização permite a interação deles com o quadro social e com o aparato técnico-gerencial utilizado pela cooperativa. O

conselho consultivo se torna, então, um espaço institucional de “aprendizagem pela interação”.

A ideia do conselho consultivo surgiu a partir da aproximação nossa com o pessoal da Cresol e da Creditag que já existe esse conselho lá. A ideia nossa é aproveitar a experiência que está dando certo, então deu certo a ideia lá a experiência, que aproximou, criou um grupo lá que são os conselheiros, então porque não trazer isso para nossas cooperativas. (...) O conselho consultivo foi ideia deles [Cresol]. **A ideia é pegar o que eles têm implantado dando certo e implantar aqui dentro da nossa cooperativa** (Entrevistado 4T, meeiro, sócio fundador da Ecosol Tombos, coordenador financeiro da Ecosol ZM e Leste de Minas e dirigente da Base de Serviços Ecosol/MG, 2010, 2010, grifo nosso).

O conselho consultivo modela a estrutura organizacional do Ecosol e corresponde a uma mudança mimética, apropriada do sistema Cresol. Assim como os conselhos consultivos, os planejamentos financeiros e o sistema de informação foram práticas e estruturas organizacionais “imitadas” de uma organização mais legítima, elementos que DiMaggio e Powel (2005) afirmam configurar o *isomorfismo mimético*.

Além dessas mudanças, outras mais pontuais também foram apropriadas, especialmente na rotina operacional, como a padronização dos horários de funcionamento, que deverão se igualar aos operados pelo Cresol. Essas mudanças surgem justamente no ambiente de incerteza que descrevemos. As práticas e estruturas organizacionais apropriadas do Cresol, de fato, suprem limitações do Ecosol, como a formação de futuros dirigentes através do conselho consultivo, a definição de metas próprias para crescimento (adequadas aos contextos locais) e maior nível de controle sobre as operações com o novo sistema de informação. Existem ainda possibilidades de implantação do convênio com o Banco do Brasil para operação do Pronaf e de talão de cheques, ações nas quais o Cresol assumiu a mediação.

Pode-se argumentar, com base nas análises de Valadares (2003), que o mimetismo surge como um mecanismo estratégico para amenizar as pressões coercitivas. Acrescenta-se a esta análise que o mimetismo é adotado como resposta a estas pressões, como um posicionamento organizacional estratégico do sistema Ecosol em seu ambiente institucional. A parceria com o Cresol pode permitir maior legitimidade do sistema no campo organizacional, como a credibilidade e apoio

institucional do BC. E legitimidade com sua base social, que teria disponível novos serviços financeiros. Mas é preciso acrescentar que o mimetismo é adotado principalmente para suprir as incertezas vivenciadas pelas cooperativas do sistema Ecosol. A busca por legitimidade e a redução de incertezas, então, configuram dois elementos constitutivos de um processo de *isomorfismo mimético*.

Ainda não é possível extrair do contexto, pois o processo está em andamento, se as mudanças em curso através do convênio com o Cresol alteram substancialmente a lógica da proximidade na operacionalização dos serviços financeiros. Entretanto, pela dinâmica profissionalizada com que atua o sistema Cresol (BÚRIGO, 2006) e as mudanças na rotina operacional, sobretudo após a execução de novos produtos e serviços, pode-se visualizar a formalização de certos processos de controle e o aumento do nível de burocracia interna, como foi indicado nas entrevistas. O que não necessariamente corresponde à seletividade do público, tampouco à instrumentalização dos vínculos sociais entre diretores e cooperados. Estas consequências vão depender das estratégias a serem adotadas pela organização frente à ampliação do quadro social e de sua heterogeneidade.

Após a conclusão da pesquisa de campo, o processo de (re)estruturação institucional do cooperativismo de crédito rural solidário em Minas Gerais alterou sua configuração e trouxe elementos novos à análise. Esta novidade se refere à desvinculação das cooperativas de crédito do sistema Ecosol Minas Gerais de sua Central Ecosol, em outubro de 2010.

Já foram mencionadas algumas inseguranças e divergências em pauta nas relações entre a Central e as cooperativas mineiras. O não pagamento das mensalidades e o convênio assinado entre a Base Minas e o Cresol intensificaram as divergências e culminaram no rompimento. A consequência desse processo se deu mediante a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária da Central Ecosol para discutir a questão. As cooperativas de Minas Gerais não estiveram presentes e a decisão da Central foi a exclusão definitiva destas cooperativas de seu quadro social. Isso implica que a marca “Ecosol” não se aplica mais às cooperativas de Minas Gerais⁷⁹.

⁷⁹ No entanto, vale ressaltar que em novembro de 2010 as cooperativas mineiras ainda operam como “Ecosol” e devem mudar a nomenclatura do sistema na Assembleia Geral Ordinária que se realizará no início de 2011.

Esta definição restringe as opções de mudança das cooperativas Ecosol/MG e legitima a criação de uma Central Cresol no Sudeste com a inserção das duas cooperativas e dos quatro postos de atendimento do sistema Ecosol/MG. A decisão da Central Ecosol, segundo o contador da Base Minas, já foi comunicada ao BC, mas – até a escrita desta dissertação – nenhuma notificação oficial foi expedida para as cooperativas, provavelmente devido ao conhecimento que o BC possui sobre este processo e o fato dele estar apoiando a constituição da Central Cresol Sudeste.

Como o processo está em curso, não é possível analisar como esse campo irá de fato se estruturar, como será a interação das organizações no campo e as regras que condicionarão seu comportamento e suas formas e práticas. Todavia, este fato pode indicar modificações na configuração do *campo organizacional* do cooperativismo de crédito rural solidário em Minas Gerais. Os sistemas cooperativos que existiam no estado, Creditag e Ecosol, já estão em processo de mudança para a integração em curto prazo a um novo sistema, o Cresol. A integração é acompanhada da formação de uma nova organização (Central) que coordenará o funcionamento das cooperativas singulares. A Central surge no campo como uma “estrutura de dominação” (DIMAGGIO e POWEL, 2005) e, como tal, representa novas forças coercitivas sobre as práticas e estruturas organizacionais das cooperativas a elas vinculadas.

O convênio estabelecido entre Cresol e Ecosol/MG já representa mudanças isomórficas para que as futuras cooperativas sejam de fato similares e adequadas às orientações de sua nova Central. De acordo com o contador da Base Minas, as cooperativas estão buscando agora melhores indicadores de desempenho para a integração à Cresol. O *isomorfismo coercitivo* age paralelamente ao *isomorfismo mimético*, uma vez que a vulnerabilidade das cooperativas sem uma Central as induz a se adequarem definitivamente à estrutura proposta pelo Cresol.

6. CONCLUSÕES

Acompanhando o movimento do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil, as cooperativas do sistema Ecosol em Minas Gerais surgem de um substrato social moldado pela ação política das organizações de agricultura familiar. A construção da consciência política desse segmento na Zona da Mata Mineira possui como fundamento incontestável a intervenção político-religiosa das CEBs. As *redes sociais* tecidas neste contexto e expandidas pela atuação dos STRs possibilitaram a criação de organizações locais para suprirem demandas da agricultura familiar. A herança político-religiosa do movimento de base marca fundamentalmente a construção social do cooperativismo de crédito rural solidário.

As cooperativas de crédito, como herdeiras diretas desse arcabouço ideológico, assimilam os pressupostos sociopolíticos na operacionalização dos serviços financeiros. Isso imprime uma lógica particular à organização, corroborando a hipótese H1 estabelecida neste trabalho⁸⁰. As cooperativas se aproveitam da proximidade física e social com os cooperados para reduzir a incerteza e flexibilizar a concessão do crédito. A proximidade permite ampliar a capacidade de mecanismos sociais de controle, como a reputação, que se torna um ativo intangível, um recurso importante na regulação das operações financeiras. A *confiança*, neste contexto, se torna um catalisador na operacionalização dos serviços financeiros.

O fortalecimento dos laços de *confiança* e de sua efetividade como mecanismo de regulação social das operações financeiras se orienta por alguns fatores importantes que fundamentam as cooperativas de crédito do sistema Ecosol/MG:

- i) *A proximidade física*: que permite ampliar as interações entre os membros de uma organização e aprofundar o conhecimento mútuo.
- ii) *O fator tempo na relação entre os sócios*: quanto maior o tempo de relacionamento, maior poderá ser a aprendizagem individual e coletiva. A *confiança*, neste caso, está ligada ao conhecimento mútuo, que possibilita

⁸⁰ A hipótese H1 enunciava que a lógica de operacionalização dos serviços financeiros destas cooperativas é sedimentada sobre as redes sociais das quais elas emergem, se apropriando de mecanismos sociais, como a reputação e a confiança, por meio da proximidade entre diretores e cooperados, na regulação das operações financeiras.

parâmetros concretos para analisar a reputação e antecipar comportamentos confiáveis. Neste sentido, uma perspectiva de longo prazo nas relações, ou seja, a não finitude da relação cooperativa/cooperado, contribui para a formação da *confiança*.

iii) *Qualidade e intensidade das informações prestadas*: informações claras e compreensíveis sobre as movimentações financeiras da cooperativa, assim como outras necessárias ao entendimento do “todo” organizacional, são essenciais para a fidelização dos sócios e a *confiança* na organização.

iv) *Sentimento de pertença*: os vínculos formados entre as cooperativas e seus sócios devem superar uma relação profissional despersonalizada e emergir de relações interpessoais. Isto pode gerar, conseqüentemente, uma integração do campo de atuação individual a um pertencimento gradual ao coletivo, em que o sentimento de pertença se transforma em sentimento de propriedade.

A lógica da proximidade, nestas circunstâncias, tem pelo menos três funções qualitativas e competitivas para as cooperativas: i) ampliar a compreensão sobre os negócios dos cooperados e, por conseguinte, sobre suas demandas financeiras; ii) facilitar a captação de informações sobre os cooperados e a difusão de informações sobre a cooperativa e iii) promover a criação e/ou fortalecimento de vínculos de confiança entre os cooperados e dirigentes da cooperativa. Estas funções possibilitam formular produtos e serviços mais adequados à realidade financeira de seu público e captar informações qualificadas para a avaliação de risco, atuando diretamente na minimização dos problemas de risco moral e seleção adversa.

Tais experiências, portanto, não são facilmente replicáveis em qualquer contexto e lugar. O caso analisado permite inferir que elas são a convergência de densas *redes sociais*, de grupos coesos de agricultores familiares que estão conectados entre si também pela ação sociopolítica de outras organizações, como sindicatos e associações. A *confiança* que sustenta a atividade financeira não é produzida em mobilizações pontuais e imediatistas, mas decorre de processos históricos de interação social e cooperação que antecedem a constituição das cooperativas. O aparato técnico-operacional das organizações é modelado por este contexto, o que contribui para a adequação das estratégias de controle e monitoramento do crédito à realidade do público com o qual a cooperativa interage.

Isto contribui com a ampliação do acesso dos agricultores familiares a serviços financeiros formais, o que pode possibilitar o planejamento da renda e o fortalecimento das estratégias de reprodução das famílias. No entanto, para que as cooperativas alcancem de fato esse objetivo, elas precisam ser sustentáveis economicamente e operacionalmente eficientes, o que implica na articulação entre o contexto sociopolítico e outras dimensões do funcionamento dessas organizações.

A cooperativa de crédito é uma instituição financeira e, por isso, altamente regulamentada e com padrões de funcionamento determinados por outras instituições. Neste sentido, a sustentabilidade de uma cooperativa de crédito não depende somente da qualidade de suas relações com seu quadro social. É condicionada, também, pelo ambiente institucional e pelas estruturas de governança que coordenam as transações, ligados diretamente a sua capacidade econômica e financeira. As cooperativas de crédito analisadas nesta pesquisa sublinham os “dois lados da moeda”.

O BC estabelece metas iniciais de crescimento para estas organizações, parâmetros para análise de seu desempenho. Essas e outras pressões coercitivas do ambiente institucional “forçam” mudanças organizacionais nas cooperativas, principalmente pela necessidade de crescimento. Quando o crescimento não é acompanhado de uma adequação das estruturas de governança à heterogeneidade do quadro social, ocorre um aumento dos riscos, como a inadimplência e o risco moral. Associado a outros fatores, como as dificuldades de ampliação do portfólio de serviços, o processo de crescimento redundou em aumento das incertezas.

Um ritmo de crescimento muito rápido, ditado por mecanismos externos, como para atingir as metas do BC, ao mesmo tempo em que amplia a base social, o alcance do crédito e o capital social, pode trazer inconsistências organizacionais. Um aumento descontrolado do quadro social e uma rápida expansão de suas operações demandam a formalização de estruturas funcionais, principalmente para aumentar o controle, e podem resultar na despersonalização das relações entre diretores e cooperados, característica que fundamenta os aspectos das tecnologias creditícias existentes. Romper com estes fatores que caracterizam uma certa lógica de funcionamento, sem estruturas de governança adequadas, pode minar a comunicação e levar a uma crescente vulnerabilidade da organização.

Porém, a trajetória institucional do sistema Ecosol em Minas Gerais não segue um movimento linear, passando de uma estrutura informal para outra formalizada e profissionalizada, da adoção de mecanismos sociais na operacionalização do crédito para relações estritamente contratuais. Esta perspectiva, inclusive, não pode ser adotada como uma tendência natural das instituições financeiras que trabalham com populações de baixa renda. Compreende-se a trajetória como uma mudança induzida pelo ambiente institucional. As mudanças organizacionais, portanto, não são apenas uma resposta aos estímulos e demandas do mercado, mas também, e principalmente, às pressões institucionais. Elas ocorrem nas estruturas e práticas organizacionais, que buscam adequar a organização às condições do ambiente, por meio de um processo isomórfico coercitivo. A busca por legitimidade, no caso do sistema Ecosol, imprime ao processo de mudança um aspecto institucional e não apenas técnico.

De fato, pode-se concluir que existe um processo inerente de formalização de algumas estruturas funcionais, que vai modelando a estrutura organizacional das cooperativas. Entretanto, o contexto sociopolítico que as sustenta continua imprimindo características particulares à arquitetura organizacional do sistema Ecosol em Minas Gerais, embora a intensidade da interferência seja alterada.

Um argumento a ser considerado é que, pela própria história (curta) das cooperativas, seu crescimento necessariamente deverá promover, assim como está acontecendo, a substituição de alguns mecanismos informais de regulação do crédito por outros de tipo formal regulamentados. Pode-se concluir, corroborando a hipótese H2⁸¹, que a regulação econômica exercida por meio da *confiança* entre os atores, em parte é substituída pela *confiança* na organização, expressa principalmente nas consultas ao SPC e SERASA, nos avalistas, na formalização dos contratos, etc. Isso indica que as mudanças isomórficas reforçam um modelo híbrido de regulação, articulando os mecanismos institucionais com os sociais, mas enfatizam o papel da formalização no processo de institucionalização das cooperativas.

⁸¹ A hipótese H2 enunciava que à medida que as cooperativas crescem em seus indicadores econômicos, induzidas principalmente por pressões e exigências de órgãos reguladores, elas se tornam mais heterogêneas e complexificam sua organização, aumentando o nível de formalização dos contratos e reduzindo a influência dos mecanismos sociais na avaliação, concessão e monitoramento do crédito.

As mudanças organizacionais em curso no sistema Ecosol decorrem do mesmo modo de um *isomorfismo mimético*, como estratégia de sobrevivência e legitimidade das cooperativas. O mimetismo foi induzido principalmente pelo ambiente de incerteza vivido pelas organizações do sistema Ecosol. Estas mudanças implicaram na adoção de novas práticas organizacionais, em conformidade com práticas já executadas pelo sistema Cresol, identificado como o mais legítimo do campo, e pelo sistema Creditag, parâmetro de avaliação do sucesso das inovações (avaliação também simbólica, relacionada ao aumento da legitimidade desse sistema no campo após o processamento das mudanças ocorridas através do convênio com o sistema Cresol). A construção de um novo acervo de rotinas, formado por novas práticas de gestão e controle, cria possibilidades e a necessidade de reorganização do trabalho. Estas inovações exigem um nível mais alto de atenção sobre as organizações e conduzirão à formação de novos hábitos, para a apreensão e a rotinização das novas práticas.

A forma como as organizações conduzirão o processo de mudança organizacional será decisiva para seu futuro. Os novos hábitos e rotinas interferirão diretamente na lógica de operacionalização dos serviços financeiros. A estrutura organizacional e a forma de gestão interferem nas condições de pertencimento dos diretores às *redes sociais* dos cooperados e, assim, nos mecanismos sociais de controle. Buscar meios de reduzir os impactos das pressões coercitivas que forçam a homogeneização das organizações e até sua burocratização, podem ser um passo importante para a manutenção da lógica da proximidade e das suas vantagens.

Pode-se concluir que o *isomorfismo mimético* no sistema Ecosol surge em resposta às pressões coercitivas, configurando um processo estratégico de reestruturação organizacional, que relativiza os impactos do *isomorfismo coercitivo*. Contudo, a futura constituição de uma Central Cresol Sudeste representa a formação de uma estrutura de dominação no campo e novos padrões de coalizão interorganizacionais. A integração das cooperativas do sistema Ecosol/MG a ela submete-as a novos tipos de pressão institucional, que as conduzirão a novas práticas e formas organizacionais. Sinaliza-se que o futuro dessas organizações e a forma como elas conduzirão a mudança está ligado diretamente às configurações do *campo organizacional* de que fazem parte.

Desta maneira, a integração das cooperativas do sistema Ecosol/MG ao sistema Cresol não pode ser considerada apenas a consequência de um fracasso organizacional ou de incompetências técnicas da Central ou das cooperativas singulares. Por outro lado, um processo de *isomorfismo institucional* incidiu diretamente nas configurações desse *campo organizacional* em Minas Gerais e nas mudanças em curso nas cooperativas. O cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata Mineira é uma construção social que reflete o ambiente institucional no qual está inserido.

É importante destacar que o crescimento desse tipo de organização não traduz a perda de suas características solidárias, mas pode conduzir ao aumento da heterogeneidade do quadro social, que deve ser acompanhado por mecanismos de governança que facilitem o controle das operações financeiras. Sinaliza-se, neste sentido, que o crescimento dessas organizações, para que elas não se afastem de sua dimensão sociopolítica, deve ser seguido de estratégias que possibilitem a manutenção da proximidade entre a estrutura operacional da organização (diretores/gestores) e os espaços de interação do público-alvo (cooperados). A manutenção das relações de proximidade, embora se amplie a área de abrangência e o público, viabiliza o controle social e a leitura de realidades específicas. Ativar e fortalecer a atuação dos agentes de crédito, conjugados à organização do quadro social sob a qual eles (que poderiam ser membros das próprias comunidades e, assim, pertencentes às mesmas *redes sociais* dos cooperados que estarão sob sua supervisão) irão atuar na captação e difusão de informações (monitoramento), pode ser uma estratégia importante para manter a lógica da proximidade.

A questão que ficará para futuras pesquisas, buscando aprofundar o recorte analítico aqui proposto e complexificar a abordagem, é saber como o processo de integração do sistema Ecosol/MG ao sistema Cresol e suas respectivas mudanças organizacionais alterarão a lógica de operacionalização dos serviços financeiros de tais cooperativas e como as mudanças serão percebidas e interpretadas pelo movimento político da agricultura familiar na Zona da Mata Mineira. Pode ser deixado como indicativo também a análise da reestruturação do *campo organizacional* do cooperativismo de crédito rural solidário em MG e dos padrões de comportamento a que as organizações nele inseridas serão submetidas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. (2006). Cinco temas em torno do cooperativismo de crédito (Prefácio). In: JUNQUEIRA, R.; MAGALHÃES, R. **Solidariedade Social e Racionalidade Econômica: Experiências de um Novo Cooperativismo de Crédito**. São Paulo: Saint Paul Editora.

_____. (2004b). A densa vida financeira das famílias pobres. In: ABRAMOVAY, R. (org.) **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Ed. FAPESP/Annablume. 246p.

_____. (2004a). Entre Deus e o Diabo: mercados e interações humanas nas ciências sociais. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**, v. 16, n. 2. p. 35-64.

ALTAMIRANO, S. A. (2006). Metamorfosis de la concepción del cambio organizacional em el nuevo institucionalismo. **Contaduría y Administración**. V. maio-agosto, n. 219. México.

ALTIERI, M. A. (1999). **Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo: Nordan- Comunidad. 325p.

APPENDINI, K.; NUIJTEN, M. (2002). El papel de las instituciones em contextos locales. **Revista de la CEPAL**. N. 76, abr. 2002. p. 71-88.

BABBIE, E. (1999). **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: UFMG.

_____. (1992). **The practice of social research**. 6^o ed. Belmont, CA: Wadsworth.

BC. Banco Central do Brasil.(2010). **Cooperativismo de crédito no Brasil: diagnósticos e desafios**. (Apresentação de ppt). São Paulo: Encontro de presidentes de cooperativas de crédito da Organização das Cooperativas do estado de São Paulo – OCESP.

_____. (2009a). **Governança Cooperativa: diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília: Banco Central do Brasil.

_____. (2009). **Regulação e supervisão do sistema cooperativo após a lc-130**. (apresentação ppt.). Atibaia: 22º Seminário de Cooperativismo de Crédito.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. (1996). **A construção social da realidade**. 13ª ed. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis/RJ: Vozes.

BITTENCOURT, G. A. (2003). **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 213f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. (2001). **Cooperativas de Crédito Solidário: Constituição e Funcionamento**. 2. ed. Brasília: NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural).

BITTENCOURT, G. A.; ABRAMOVAY, R. (2003). Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. **Revista Economia Ensaios**. v. 16, n. 1. p. 179-207.

BOURDIEU, P. (1989). **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BÚRIGO, F. L. (2007). **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Chapecó: Argos. 135p.

_____. (2006). **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. 374f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CARVALHO, D. M. *et al.* (2009) Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza? In: Congresso brasileiro de economia e sociologia rural, 47º, jul. 2009, Porto Alegre. **Anais...** Brasília: SOBER.

CASTILLA, E. J. *et al.* (2000) Social Networks in Silicon Valley. In: LEE, C. M.; MILLER, W. F.; HANCOCK, M. G.; HENRY S.; ROWEN, H. S. (Orgs.). **The Silicon Valley Edge**. Stanford: Stanford University Press. 2000. p. 218-247. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/dept/soc/people/mgranovetter/documents/gransocnetsilvalley>>. Acesso: 06 set. 2010.

CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L. (2009). Inclusão financeira e desenvolvimento rural: a importância das organizações territoriais. **Política e Sociedade**, Florianópolis. v.14. p. 301-331.

CINTRÃO, R. P. (1996). **ONGs, Tecnologias alternativas e representação política do campesinato: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na Zona da Mata Mineira**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COUTO, C. G.; ABRUCIO, F. (2003). O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo social** [online]. 2003, vol.15, n.2, p. 269-301.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. (2005). A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**. v. 45, n. 2. p. 74-89.

FERRARY, M. (2003). Trust and social capital in the regulation of lending activities. **Journal of Socio-economics**. n. 31. p. 673-699.

FLIGSTEIN, N. (2009). Habilidade social e teoria dos campos. In: MARTES, A. C. B. (Org.) **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar. 336p.

_____. (2003). Mercado enquanto política: Uma abordagem político-cultural às instituições de mercado. In: MARQUES, R. E PEIXOTO, J. (Orgs). **A nova sociologia econômica**. Oeiras, Portugal: Celta Editora. p. 195-227.

FREITAS, A. F. *et al.* (2009). Por un sistema financiero solidario en agricultura familiar: el sistema Ecosol en Minas Gerais. **Cooperativismo e Desarrollo**. Bogotá, Colombia. n.95. v. 17. Diciembre 2009. p. 61-80

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; BRAGA, M. J. (2008). **Relatório do Planejamento Estratégico Participativo da Base de serviços Ecosol/MG**. Espera Feliz: Base de Serviços do Sistema Ecosol, MG.

FUKUYAMA, F. (1996). **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco.

GAMBETTA, D. (Ed.). (1988) **Trust**: making and breaking cooperative relations. Oxford, Basil Blackwell.

GIOVANINI, R. R.; MATOS, R. E. S. (2004). **Geohistória econômica da Zona da Mata Mineira**. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A066.PDF>>. Acesso em 11/11/2010>. Acesso: 11 nov. 2010

GRANOVETTER, M (1991). **Economic Institutions as Social Constructions**: a Framework for Analysis. Paper prepared for the CREA conference on 'The Economics of Conventions'. Paris.

_____. (1985). Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**. v. 91, n.3, p. 481-510.

_____. (1983). The strength of weak ties: a network theory revisited. **Sociological Theory**. v. 1. p. 201-233.

_____. (1973). The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**. v. 78, n. 6. p. 1360-1380.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. (2003). As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**. n. 58. p. 193-223.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 07 jan. 2011.

_____. **Produção agrícola municipal 2009**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 11 nov.2010.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 10 nov. 2010.

JANSSON, T. (2000). **Regulação do setor de microfinanças**. Relatório do Seminário Internacional de Microfinanças. Rio de Janeiro: BNDES.

JODELET, D. (2002). Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj. p.17-44.

JONES, C.; HESTERLY, W. S.; BORGATTI, S. P. (1997). A general theory of network governance: exchange conditions and social mechanisms. **Academy of Management Journal**. v. 22, n. 4. p. 911- 945.

JONES, P. (2004). Growing Credit Unions in the West Midlands – the case for restructuring. Liverpool: **Journal of Co-operative Studies**, 37.1, April 2004. p. 5-21.

JUNQUEIRA, R. G. P. (2003). **Finanças solidárias e agricultura familiar**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, PROCAM/USP, São Paulo.

KIRSCHBAUM, C. (2010). **Mecanismos Mediadores entre Controle e Confiança**. Insper/IBMEC: São Paulo. 19p.

LAPENU, C.; PIERRET, D. (2007). **Guía Operacional de Análisis de La Gobernabilidad de una Institución de microfinanzas**. París : CERISE, IRAM. 84p.

LEMIEUX, V.; OUMET, M. (2008). **Análise estrutural das redes sociais**. Tradução: Sérgio Pereira. Instituto Piaget: Lisboa. 128p.

LOCKE, R. M. (2001). Construindo confiança. **Econômica**. v. 3, n. 2. p. 253-281.

MAGALHÃES, R. (2005). **Economia, Natureza e Cultura: Uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no sertão da Bahia**. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAGALHÃES, R. S.; ABRAMOVAY, R. (2007). A formação de uma mercado de microfinanças no sertão da Bahia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 22, n. 63.

MARQUES, E. C. L. (2009). As redes sociais importam para o acesso a bens e serviços obtidos fora de mercados? **Revista Brasileira de Ciências Sociais/ANPOCS**. v. 24 n. 71.

_____. (2007). Os mecanismos relacionais. **Revista brasileira de ciências sociais/ANPOCS**. v. 22, n. 64.

MARTINS, M. E. (2010). **O cooperativismo de crédito solidário e as representações sociais da cooperação nos municípios de Araponga e Tombos/MG**. 121 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário (2007). **Plano territorial de cadeias de produção cooperativa: orientações metodológicas e operacionais para a elaboração**. Brasília: MDA/SDT. 56 p.

MERTON, R. K.; FISKE, M.; KENDALL, P. L. (1998). Propósitos y criterios de la entrevista focalizada. **Empiria – Revista de metodologia de ciencias sociales**. n.1, p. 215-271.

MINAS GERAIS.NET. **Zona da Mata**. Disponível em <http://www.minas-gerais.net>. Acesso: 23/11/2010.

MISZTAL, B. (1996). **Trust in Modern Societies**: the search for the basis of social order. Cambridge: Polity Press.

MIZRUCHI, M. S. (2006). Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **Revista de Administração de Empresas**. v. 46, n. 3, p. 72-86.

NERI, M. (org.) (2008). **Microcrédito**: o mistério nordestino e o grameen brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV. 376p.

NORTH, D. C. (1990). **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press.

OLIVEIRA, G. C. (2008). Sistema Financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1 (109), p. 178-182, janeiro-março/2008.

PETRINI, J. C. (1984). **CEBs**: um novo sujeito popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 147p.

PINHEIRO, M. A. H. (2008). **Cooperativas de crédito**: história da evolução normativa no Brasil. 6. ed. Brasília: Banco Central do Brasil. 94p.

POLANYI, K. (2000). **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

POWELL, W. W., DIMAGGIO, P. J. (1991). **The New Institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press.

RAUD, C. (2005). A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na Sociologia Econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, fevereiro 2005.

RICHARDSON, R. J. (1985). **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 286p.

SABEL, C. F.; ZEITLIN, J. (2008). Learning from Difference: The New Architecture of Experimentalist Governance in the EU. **European Law Journal**, v. 14, n. 3, p. 271–327, May 2008.

SANTOS, A. D.; FLORISBELO, G. R. (2004). **Desarrollo territorial, cambio institucional y productividad**: sistematización de três experiencias en el Estado de Minas Gerais, Brasil. Disponível em: <<http://www.grupochorlavi.org/desarrolloterritorial>>. Acesso em 11 nov. 2007.

SCHEIN, E. (1986). **Organizational culture and leadership**. San Francisco: Jossey Bass.

SCHRÖDER, M. (2005). **Finanças, comunidades e Inovações**: organizações financeiras da agricultura familiar – O sistema Cresol (1995 a 2003). 215f. Tese

(Doutorado em Ciências Econômicas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, UNICAMP, Campinas.

_____. (1998). **O cooperativismo de crédito rural em Santa Catarina: possibilidades e limites de uma alternativa para a agricultura familiar**. 1998. 138f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, M. G. (2010). **Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar em Espera Feliz – MG**. 127f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

SILVEIRA, J. M. P. (2009). O café e a estrada de ferro leopoldina: uma confluência de interesses – 1874 – 1898. **Revista de Ciências Humanas**. v. 9, n. 1, jan./jun. 2009. p. 107-117.

SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). (1994). **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton University Press: New York.

SOARES, M. M.; MELO SOBRINHO, A. D. (2008). **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. 2. ed. Brasília: BANCO CENTRAL DO BRASIL. 202p.

STEINER, P. (2006). **A sociologia econômica**. Editora Atlas: São Paulo.

SWEDBERG, R. (2004). Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social - revista de sociologia da USP**, v. 16, n. 2. p. 7-34.

VALADARES, J. H. (2003). **Estrutura e estratégia institucional: formação de campo organizacional e isomorfismo no cooperativismo de crédito rural de Minas Gerais**. 126f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

VERGARA, S. C. (1998). **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas.

WEBER, M. (1991). **Economia e Sociedade**. Editora UNB: Brasília.

YUNUS, M. (2000). **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Editora Ática.

Fontes e documentos:

BRASIL. Resolução 3.859 de 27 de maio de 2010. Altera e consolida as normas relativas à constituição e ao funcionamento de cooperativas de crédito. **Diário Oficial**. 27 maio 2010.

_____. Resolução 3.442 de 28 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito. **Diário Oficial**. 28 fev. 2007.

_____. Resolução 3.321 de 30 de setembro de 2005. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, alterações estatutárias e o cancelamento de autorização de cooperativa de crédito e sobre a realização de

auditoria externa em cooperativa singular de crédito. **Diário Oficial da União**. 30 set. 2005.

_____. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. 24 jul. 2006.

_____. Lei complementar nº. 130 de 17 de abril de 2009. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Diário Oficial da União**. 17 abr. 2009.

_____. Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 16 dez. 1971.

_____. Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 31 dez. 1964.

CTA. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (2004). **Apresentação sobre os Fundos de Crédito Rotativo**. Viçosa: CTA.

ECOSOL. Ecosol Zona da Mata e Leste de Minas. (2003). **Estatuto social**. Tombos/MG.

8. APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA COOPERADOS:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

PROJETO: “Cooperativismo de Crédito Rural Solidário: Entre a Solidariedade e a Racionalidade Econômica”

Esta é uma pesquisa vinculada ao programa de *Mestrado em Extensão Rural* da UFV, sob responsabilidade do mestrando **Alair Ferreira de Freitas** (Bolsista CNPq) e sob orientação da Professora Nora B. Presno Amodeo.

Roteiro de Entrevistas – COOPERADOS

Município _____

1. _____ Nome _____ do _____ entrevistado(a):

2. Idade: _____ 3. Sexo: () F - () M.

4. Comunidade: _____ 5. Vínculo com a terra:

6. Há quanto tempo o Sr(a) é associado à Ecosol?

() 6 meses a 1 ano () 3 a 4 anos

() 1 a 2 anos () 4 a 5 anos

() 2 a 3 anos () outro: _____

7. O Sr(a) faz parte de alguma outra entidade ligada a agricultura familiar aqui do município? () Sim – () Não

7.1. Se Sim, Qual? Há quanto tempo? Essa entidade tem alguma relação com a Ecosol Hoje?

8. Antes do(a) Sr(a) se associar à Ecosol já conhecia o pessoal da diretoria da cooperativa ou alguém que era sócio? (anotar os nomes que forem citados, se não falar,

perguntar quem era) Que tipo de relação o(a) Sr(a) tinha com eles? Esses conhecidos faziam parte de outra entidade também?

9. Antes de ser criada a Ecosol que tipo de serviço financeiro o(a) Sr(a) acessava (pegava empréstimo com alguém ou em algum lugar, tinha alguma forma de guardar o dinheiro...)? Como fazia para conseguir esse serviço?

10. E agora com a Ecosol, Que tipo de serviço financeiro o(a) Sr(a) acessa?

10.1. () Empréstimo

10.1.1. () Pró-colheita

10.1.2. () Crédito Pessoal

10.1.3. () Pró-insumos

10. 2. () Poupança

10.3. () Pagamento de contas

10.4. () Recebimento de aposentadoria

10.5. () PRONAF

10.6. () Outro, qual? _____

11. Quais são as principais dificuldades e facilidades para acessar o crédito ou depositar um dinheiro na Ecosol?

12. Já participou de algum empréstimo com aval solidário?

12.1. Se Sim, como foi? Se Não, por quê?

13. O(a) Sr(a) sabe em quais atividades da cooperativa pode participar? O Sr(a) participa?

13.1. Se sim, Como? Se não, Por quê?

14. O Sr(a) conhece o pessoal que coordena atualmente a Cooperativa? Que tipo de relação o(a) Sr(a) tem com eles?

15. Como os cooperados são tratados quando vão à cooperativa pegar empréstimo? (Esse tratamento é diferente do tratamento em um banco, por exemplo?)

16. Como o(a) Sr(a) faz para pegar um empréstimo ou depositar um dinheiro na Ecosol? Lhe é exigido alguma coisa? E acha que essas exigências mudaram ou é a mesma coisa de antes?

17. A cooperativa tem alguma forma de monitorar o investimento do crédito, ou seja, de ver se o crédito que um cooperado pegou para uma coisa está mesmo sendo investido nisso?

18. O(a) Sr(a) tem notado alguma mudança no funcionamento da cooperativa ao longo do tempo? O que acha dessas mudanças?

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA DIRETORES:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

PROJETO: “Cooperativismo de Crédito Rural Solidário: Entre a Solidariedade e a Racionalidade Econômica”

Esta é uma pesquisa vinculada ao programa de Mestrado em Extensão Rural da UFV, sob responsabilidade do mestrando Alair Ferreira de Freitas (Bolsista CNPq) e sob orientação da Professora Nora B. Presno Amodeo.

Roteiro de Entrevistas – DIRETORES

Município _____

1. Nome do entrevistado(a):

2. Idade: _____ 3. Sexo: () F - () M.

4. Comunidade: _____ 5. Vínculo com a terra:

6. Cargo que assume na Ecosol: _____

7. Há quanto tempo o Sr(a) é associado à Ecosol?

() 6 meses a 1 ano () 3 a 4 anos

() 1 a 2 anos () 4 a 5 anos

() 2 a 3 anos () outro: _____

8. O Sr(a) faz parte de alguma outra entidade ligada a agricultura familiar aqui do município? () Sim – () Não

8.1. Se Sim, Qual? Há quanto tempo? Essa entidade tem alguma relação com a Ecosol Hoje?

9. Antes do(a) Sr(a) entrar para a Ecosol já conhecia o grupo que estava na coordenação ou alguém que já era sócio? (anotar os nomes que forem citados, se não falar, perguntar quem era) Que tipo de relação o(a) Sr(a) tinha com eles? Esses conhecidos faziam parte de outra entidade também?

10. Antes de constituir a Ecosol como o(a) Sr(a) fazia quando precisava de dinheiro para investir ou precisava de guardar o dinheiro?
11. Quando se constituiu a Ecosol aqui no município, como era a relação com o STR? Alguém do STR participou da constituição da Ecosol? Como está essa relação hoje?
12. A Ecosol tem relação com alguma outra entidade? Quais? Como é essa relação?
13. Existe algum órgão que fiscaliza a cooperativa? Como é essa fiscalização? O Banco Central exige alguma coisa para o desempenho da cooperativa?
14. Como foi sua trajetória na Ecosol até chegar a ser diretor? Como é sua participação na gestão da Ecosol? (é liberado e fica direto? Vem em dias determinados? Recebe diária para isso? Quem paga?)
15. O que é exigido do cooperado para pegar um empréstimo na Ecosol?
16. Existe alguma forma de aval solidário? Como está funcionando? Como é a inadimplência nesses grupos?
17. Existe alguma forma de monitoramento dos investimentos com crédito da Ecosol, (ou seja, de Verificar se o crédito está sendo usado para o que foi pedido?) Como é feito?
18. Como fazem para liberar um empréstimo? Que critérios são usados? Quem definiu esses critérios?
19. Esses critérios de liberação e as exigências aos cooperados para tomarem empréstimo, tem mudado? Porque? Quais as consequências disso?
20. O Sr(a) tem notado alguma mudança no funcionamento da cooperativa ao longo do tempo?
 - 20.1. Se Sim, Quais? Quais as principais consequências disso?
21. Como a Ecosol está lidando com a necessidade de crescer e ao mesmo tempo se manter uma cooperativa solidária?
22. Como começou a parceria da Ecosol em MG com o sistema Cresol? Como foi feita a proposta e tomada a decisão de assinar um convênio? O que a Ecosol ganha e perde com essa parceria?

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA DIRETORES DA BASE MINAS:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL**

PROJETO: “Cooperativismo de Crédito Rural Solidário: Entre a Solidariedade e a Racionalidade Econômica”

Esta é uma pesquisa vinculada ao programa de Mestrado em Extensão Rural da UFV, sob responsabilidade do mestrando Alair Ferreira de Freitas (Bolsista CNPq) e sob orientação da Professora Nora B. Presno Amodeo.

Roteiro de Entrevistas – DIRETORES DA BASE MINAS

Município _____

1. _____ Nome _____ do _____ entrevistado(a):

2. Idade: _____ 3. Sexo: () F - () M.

4. Comunidade: _____ 5. Vínculo com a terra:

6. Cargo que assume na Ecosol: _____

7. Há quanto tempo o Sr(a) é associado à Ecosol?

() 6 meses a 1 ano () 3 a 4 anos

() 1 a 2 anos () 4 a 5 anos

() 2 a 3 anos () outro: _____

8. O Sr(a) faz parte de alguma outra entidade ligada a agricultura familiar aqui do município? () Sim – () Não

8.1. Se Sim, Qual? Há quanto tempo? Essa entidade tem alguma relação com a Ecosol Hoje?

9. No processo de constituição o Sr já conhecia o grupo que estava na coordenação? (anotar nomes) Que tipo de vínculo o Sr tinha com esses conhecidos? Eles faziam parte de outras entidades da agricultura familiar?

10. Como a Ecosol veio parar aqui em MG? Quem eram os parceiros na constituição? Eles ainda permanecem? Entraram outros parceiros depois?

11. Qual era o perfil dos sócios da Ecosol nos dois primeiros anos de funcionamento? E agora como é? (Se mudou) Porque mudou?
12. Existe algum órgão que fiscaliza a cooperativa? Como é essa fiscalização? O Banco Central exige alguma coisa para o desempenho da cooperativa?
13. Como está organizado o sistema Ecosol em MG?
14. Como é feita a gestão do PAC(Sede)? Quais os cargos existentes e o papel deles? Foram criados ou extintos alguns cargos? Por quê?
15. Como foi sua trajetória no Ecosol até chegar a ser diretor? Como é sua participação na gestão da Ecosol? (é liberado e fica direto? Vem em dias determinados? Recebe diária para isso? Quem paga?).
16. O que é exigido do cooperado para pegar um empréstimo na Ecosol?
17. Existe alguma forma de aval solidário? Como está funcionando? Como é a inadimplência nesses grupos?
18. Existe alguma forma de monitoramento dos investimentos com crédito da Ecosol? Como é feito?
19. Como fazem para liberar um empréstimo? Que critérios são usados? Quem definiu esses critérios?
20. Esses critérios de liberação e as exigências aos cooperados para tomarem empréstimo, tem mudado? Porque? Quais as conseqüências disso?
21. Como a Ecosol está lidando com a necessidade de crescer e ao mesmo tempo se manter uma cooperativa solidária?
22. Quais as principais mudanças ocorreram no funcionamento da cooperativa ao longo do tempo?
23. Como surgiu o convênio com a Cresol e porque a Cresol? Quais as mudanças esse convênio traz para a Ecosol? Quais as perspectivas e desdobramentos futuros desse convênio para a Ecosol em MG?

9. ANEXOS

ANEXO A: LOGOTIPO DO SISTEMA ECOSOL



Fonte: Extraído de <www.ecosol.org.br>.

ANEXO B: AVALIAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UFV SOBRE A PESQUISA.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS
Campus Universitário - Viçosa, MG - 36570-000 - Telefone: (31) 3899-1269

Of. Ref. Nº 0112/2010/Comitê de Ética

Viçosa, 31 de agosto de 2010.

Prezada Professora:

Cientificamos V.S^a. de que o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, em sua 6^a Reunião de 2010, realizada nesta data, analisou e aprovou, sob o aspecto ético, o projeto de pesquisa intitulado *Cooperativismo de Crédito Rural Solidário: Entre a Solidariedade e a Racionalidade Econômica*.

Atenciosamente,

Professor Gilberto Paixão Rosado
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Presidente

Professora
Nora Beatriz Presno Amodeo
Departamento de Economia Rural

/rhs.